



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE LETRAS (FL)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA (PPGLL)

LETÍCIA SANTOS GOMES

Ocupação Ideológica no Sudeste do Pará: os impactos dos processos migratórios expressos em práticas de nomeação de lugares

GOIÂNIA

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE LETRAS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

LETÍCIA SANTOS GOMES

3. Título do trabalho

"OCUPAÇÃO IDEOLÓGICA NO SUDESTE DO PARÁ: OS IMPACTOS DOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS EXPRESSOS EM PRÁTICAS DE NOMEAÇÃO DE LUGARES"

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Tânia Ferreira Rezende, Professor do Magistério Superior**, em 03/05/2022, às 09:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **LETÍCIA SANTOS GOMES, Discente**, em 03/05/2022, às 11:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543](#),



[de 13 de novembro de 2020.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2872109** e o código CRC **2F9A6959**.

LETÍCIA SANTOS GOMES

Ocupação Ideológica no Sudeste do Pará: os impactos dos processos migratórios expressos em práticas de nomeação de lugares

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Letras e Linguística.

Área de concentração: Estudos Linguísticos.

Linha de pesquisa: Linguagem, Sociedade e Cultura.

Orientadora: Professora Doutora Tânia Ferreira Rezende.

GOIÂNIA

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Gomes, Letícia Santos

OCUPAÇÃO IDEOLÓGICA NO SUDESTE DO PARÁ: OS IMPACTOS DOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS EXPRESSOS EM PRÁTICAS DE NOMEAÇÃO DE LUGARES [manuscrito] / Letícia Santos Gomes. - 2022.

122 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Tânia Ferreira Rezende.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras (FL), Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Goiânia, 2022.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui siglas, abreviaturas, gráfico.

1. Sudeste do Pará. 2. Processos migratórios. 3. Práticas de nomeação. 4. Topônimos. 5. Relações de poder. I. Rezende, Tânia Ferreira, orient. II. Título.

CDU 82



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE LETRAS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata Nº 6 da sessão de defesa de dissertação de **Letícia Santos Gomes** que confere o título de **Mestra** em Letras e Linguística, na área de concentração em Estudos Linguísticos

Aos **dezoito** dias do mês de **março** do ano de **dois mil e vinte e dois**, a partir das **quinze** horas, via Google Meet, realizou-se a sessão pública de defesa de dissertação intitulada "OCUPAÇÃO IDEOLÓGICA NO SUDESTE DO PARÁ: OS IMPACTOS DOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS EXPRESSOS EM PRÁTICAS DE NOMEAÇÃO DE LUGARES". Os trabalhos foram instalados pela orientadora, **Profa. Dra. Tânia Ferreira Rezende** (Presidente/PPGLL/FL/UFG), com a participação dos demais membros da banca examinadora: **Prof. Dr. Hildomar José de Lima** (FL/UFG) e **Prof. Dr. Welton Diego Carmim Lavareda**, (UFPA), membros titulares externos. Durante a arguição, os membros da banca **não** fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A banca examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da dissertação tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pela **Profa. Dra. Tânia Ferreira Rezende**, presidente da banca examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos membros da banca examinadora, aos **dezoito** dias do mês de **março** do ano de **dois mil e vinte e dois**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Welton Diego Carmim Lavareda, Usuário Externo**, em 23/03/2022, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hildomar José De Lima, Professor do Magistério Superior**, em 14/04/2022, às 12:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tânia Ferreira Rezende, Professor do Magistério Superior**, em 14/04/2022, às 12:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2771459** e o código CRC **468CDDEA**.

À minha amada avó,
Amélia Macário dos Santos (*in memoriam*),
mulher, preta, baiana, esposa, mãe, avó,
migrante ao Sul do Pará, na década de 80,
que sonhava com o universo das “letras” e da leitura,
com todo meu amor e eternas saudades.

AGRADECIMENTOS

A Deus, e sua força divina que se faz presente comigo em todos os momentos da minha vida e não permite que eu desanime perante as adversidades;

A minha família, minha mãe Maria Aparecida, meus irmãos Félix André e João Henrique, meu avô Gerolino Gomes, por serem minha base, ponto de apoio e acolhimento;

Ao meu esposo, Jonailton Souza, por todo amor, paciência, compreensão e incentivo durante toda essa caminhada do mestrado de quase três anos.

A minha filha, Amélia, que mesmo tão pequena e sem saber, foi e tem sido minha motivação nesses últimos degraus para finalização deste trabalho;

A minha professora orientadora Doutora Tânia Ferreira Rezende, por me mostrar e direcionar pelos caminhos decoloniais, orientando-me na (des)(re)construção de mim mesma e construção desta pesquisa;

À CAPES, por ter disponibilizados recursos financeiros, sem os quais esta pesquisa não seria possível;

Ao grupo Obiah e a Gira Leodegária de Jesus pelas discussões, compartilhamentos de saberes e acolhimento;

Aos amigos Geruza Tomás, Renato Dering, Angélica Rodrigues, Fernanda Pereira e Gabriela Lino pelas trocas, conversas, amparo e escuta;

Ao professor e amigo Paulo Antônio, a quem sou eternamente grata pelos seus ensinamentos ainda na graduação, por sua motivação e incentivo para o mestrado e por suas acolhidas durante as etapas do processo seletivo.

Ao professor Elias, que por meio de suas aulas de inglês possibilitou o meu ingresso na Pós-Graduação.

A todos aqueles que, ajudaram-me com indicações de leituras, opiniões, fatos, comentários, incentivos, compartilhamento de experiências e palavras de ânimo nos momentos difíceis, enfim, a quem de qualquer forma, contribuiu para a realização desta pesquisa.

Eu tenho apoiado no passado aqueles que afirmam que não basta mudar o conteúdo da conversa, que é essencial mudar os termos da conversa. Alterar os termos da conversa implica ir além das controvérsias disciplinares ou interdisciplinares e do conflito de interpretações.

Tania Ferreira Rezende

RESUMO

A formação territorial, social e cultural da mesorregião sudeste do Pará é marcada pelo violento processo de colonização da fronteira amazônica. Esse processo abrangeu vários embates entorno da terra, do povo, da cultura e da língua. Nessa região, a população é formada por diversos grupos, povos que já residiam nas localidades antes do processo de colonização e grupos atraídos para a região em busca de riquezas durante os fluxos migratórios. Com esta pesquisa, objetiva-se discutir os impactos dos processos migratórios nas práticas de nomeação dos municípios que compõem a mesorregião sudeste paraense. De forma específica, pretende-se com a pesquisa discorrer como o processo de migração interferiu na designação dos topônimos, sustentando a manutenção da colonialidade do poder inscrita na nomeação desses lugares. A materialidade empírica da pesquisa são os 39 topônimos que compõem a mesorregião sudeste do Pará. Os resultados preliminares mostram a influência dos estados de Goiás, Minas Gerais, Rondônia, dentre outros, além de referência de sobrenomes de famílias de outras regiões, como, por exemplo, Bannach, nome de origem alemã, de família da região do sul do Brasil, Santa Catarina. A metodologia empregada é a pesquisa bibliográfica e documental. Os critérios de classificação das categorias taxionômicas utilizadas seguem a proposta de Dick (1990). Após a descrição linguística e classificação taxionômica dos nomes em estudo, os resultados serão interpretados e discutidos na perspectiva da Sociolinguística, com uma postura decolonial.

Palavras-chave: Sudeste do Pará; Processos migratórios; Práticas de nomeação; Topônimos; Relações de poder.

ABSTRACTO

La formación territorial, social y cultural de la mesorregión sureste de Pará está marcada por el violento proceso de colonización de la frontera amazónica. Este proceso abarcó varios enfrentamientos en torno a la tierra, la gente, la cultura y el idioma. En esta región, la población está conformada por varios grupos, personas que ya residían en las localidades antes del proceso de colonización y grupos atraídos a la región en busca de riqueza durante los flujos migratorios. Con esta investigación, el objetivo es discutir los impactos de los procesos migratorios en las prácticas de nomenclatura de los municipios que conforman la mesorregión sureste de Pará. Específicamente, la investigación pretende discutir cómo el proceso migratorio interfirió en la designación de topónimos, sustentando el mantenimiento de la colonialidad del poder inscrita en la denominación de estos lugares. La materialidad empírica de la investigación son los 39 topónimos que componen la mesorregión sureste de Pará. Resultados preliminares muestran la influencia de los estados de Goiás, Minas Gerais, Rondônia, entre otros, así como referencias a apellidos de otras regiones, como por ejemplo, Bannach, nombre de origen alemán, familia de la región sur de Brasil, Santa Catarina. La metodología utilizada es la investigación bibliográfica y documental. Los criterios de clasificación de las categorías taxonómicas utilizadas siguen la propuesta de Dick (1990). Luego de la descripción lingüística y clasificación taxonómica de los nombres en estudio, los resultados serán interpretados y discutidos desde la perspectiva de la Sociolingüística, con una postura decolonial.

Palabras-Clave: Sureste de Pará; Procesos migratorios; Prácticas de nomenclatura; Topónimos; Relaciones de poder.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa da mesorregião do sudeste paraense	52
Quadro 1: Taxionomia de Natureza Física	49
Quadro 2: Taxionomias de Natureza Antropoculturais	50
Quadro 3: Municípios da mesorregião sudeste do Pará	52
Quadro 4: Modelo de ficha lexicográfico-toponímica	55
Quadro 5: Classificação dos Topônimos	57
Quadro 6: Topônimos compostos.....	59
Quadro 7: Topônimos simples.....	60
Quadro 8: Descrição histórica e etimológica.....	61
Quadro 9: Estrutura morfológica dos topônimos	71
Quadro 10: Topônimos masculinos e femininos	73
Quadro 11: Topônimos singular e plural.....	74
Gráfico 1: Divisão taxionômicas dos topônimos.....	58
Gráfico 2: Flexão de gênero dos topônimos	74

ABREVIATURAS E SIGLAS

Adj. = Adjetivo

Art. = Artigo

ASSEL = Associação dos Servidores da Eletronorte

CEDERE = Centro de Desenvolvimento Regional

Conec. = Conectivo

Fem. = Feminino

GETAT = Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins

IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA = Instituto Nacional de Reforma Agrária

Masc. = Masculino

NA= Natureza Antropocultural

Nc = Nome composto

NF = Natureza Física

Ns = Nome simples

Num. = Numeral

Pl. = Plural

Prep. = Preposição

PVEA = Plano de Valorização Econômico da Amazônia

Sb = Substantivo

Sing. = Singular

SUDAM = Superintendência de Desenvolvimento Econômico da Amazônia

Vb = Verbo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 ENUNCIÇÃO DA PROBLEMÁTICA DA PESQUISA	19
1.1 Processos (i)migratórios na colonização da mesorregião sudeste do Pará	21
1.1.1 Processos migratórios físicos extrativistas	24
1.1.2 Processos migratórios simbólicos: movimentos religiosos	27
1.2 Povos indígenas: da resistência à insurgência	38
1.3 Enunciação da problemática da pesquisa.....	43
2 NOÇÕES DE TOPONÍMIA	45
2.1 As taxionomias toponímicas	47
2.1.1 Classificação das taxes	48
3 POSTURAS E ABORDAGENS ADOTADAS NA PESQUISA	52
3.1 O Lócus de Enunciação	52
3.1.1 Mesorregião sudeste do Pará	52
3.2 Abordagens à materialidade empírica.....	54
3.2.1 Organização da materialidade empírica da pesquisa	55
3.2.2 Classificação Taxonômica da materialidade empírica	56
3.3 Toponímia e etimologia	61
3.4 Descrição Morfológica dos topônimos	70
3.4.1 Morfologia Flexional dos topônimos	72
3.4.2 Morfologia Derivacional dos topônimos	75
4 PROCESSOS DE PRÁTICAS DE NOMEAÇÃO NO SUDESTE DO PARÁ: MANUTENÇÃO DA COLONIALIDADE	77
4.1 Opção decolonial	77
4.2 Manutenção da colonialidade nos processos e práticas de nomeação das cidades do sudeste do Pará.....	80
4.2.1 Identidades sulparaense	84
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	91
APÊNDICE – Fichas lexicográfico-toponímicas dos municípios em estudo	96

INTRODUÇÃO

O estudo dos nomes próprios, suas origens e os processos de nomeação, no âmbito de uma ou mais línguas, constituem objeto de estudo da Onomástica, um ramo da Linguística, que mantém relações com a História, Geografia, Sociologia, dentre outras ciências. Essa ciência divide-se em duas áreas, a Antroponímia e a Toponímia. A Antroponímia dedica-se ao estudo e à etimologia dos nomes próprios e apelidos de pessoa, ao passo que a Toponímia se ocupa do estudo dos topônimos: nomes de lugares, seus significados, suas origens, suas transformações e as motivações que influíram nas escolhas desses designativos.

Esta pesquisa objetiva estudar as práticas de nomeação dos municípios que compõem a mesorregião sudeste do Pará, localizada no Sul do Pará, na região Norte do Brasil. Este é um estudo sociolinguístico, em diálogo com a pragmática dos nomes e dos processos implicados nas designações dos topônimos da mesorregião sudeste do Pará, dentre eles o migratório. Busca-se relacionar os aspectos históricos de formação da mesorregião às práticas linguísticas e culturais de nomeação que atuaram nesse espaço. Com isso, visa-se problematizar a manutenção da colonialidade do poder, evidenciando as ideologias linguísticas subjacentes às práticas de nomeação dos lugares, os topônimos.

Uma das motivações de realizar esta pesquisa foi o fato de eu morar em São Félix do Xingu, um dos municípios que compõem a mesorregião sudeste do Pará, desde os 5 anos de idade, pois assim como minha mãe e os pais dela, também sou migrante de outro estado, mas tive e tenho minha subjetividade e identidade construídas como paraense, fato esse que agrega um teor subjetivo a este estudo.

A proposta desta pesquisa surgiu ainda na graduação, junto ao um grupo de pesquisa intitulado *A Toponímia do Sudeste do Pará*, em que as inquietações visavam compreender o porquê dos nomes dos municípios da mesorregião sudeste do Pará serem diferentes dos nomes dos municípios do restante do estado, como, por exemplo, da região norte, em que vários municípios possuem nomes de origem indígenas, tais como, Ananindeua, Abaetetuba, Bujaru e Capanema, de acordo com Ferreira (2003), todos são de origem Tupi e significam, respectivamente, “lugar de muitas árvores ananim”, “homem verdadeiro valente e forte”, “rios dos escravos e mato de madeira fraca e sem frutos”.

Então, percebi inicialmente que os topônimos da mesorregião sudeste do Pará, em sua maioria, fazem referência a aspectos históricos ocasionados devido ao processo de colonização da região, como, por exemplo, a religião, a exploração de recursos vegetais e minerais e os

processos migratórios. Os primeiros dados obtidos acerca dos topônimos da mesorregião sudeste do Pará pelo grupo de pesquisa resultaram em três Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), intitulados “Processos Migratórios e a Formação da Identidade da Mesorregião do Sudeste do Pará: estudos dos topônimos com motivação em nome de pessoas e regiões” (GOMES, 2018), “Toponímia e Identidade: um estudo dos hidrotopônimos do sudeste do Pará” (SILVA, 2018) e “Marcadores Ideológicos na Toponímia do Sudeste do Pará: estudos de hagiotoponímia” (FEITOSA, 2021).

No TCC sob o título “Processos Migratórios e a Formação da Identidade da Mesorregião do Sudeste do Pará: estudos dos topônimos com motivação em nome de pessoas e regiões” (GOMES, 2018) busquei investigar os processos migratórios e a formação da identidade da mesorregião do sudeste do Pará e discutir como o processo de migração refletiu na designação dos topônimos, restringindo especificamente aos topônimos com motivação em nomes de pessoas e regiões. O estudo deteve-se em nove topônimos, sendo cinco com motivação em nomes de cidades, países e regiões (corotopônimos) e quatro com motivação em nomes próprios de pessoas (antropotopônimo). No entanto, ao final do trabalho, restaram-se ainda indagações as quais impulsionaram para o andamento desta pesquisa.

Com o propósito de aprofundar a pesquisa acerca das práticas de nomeação dos topônimos na localidade da mesorregião sudeste do Pará, pretendo contribuir para a compreensão da identidade sul-paraense, a partir dos processos de sua formação, tendo em vista as diversidades culturais, ideológicas, sociais e linguísticas existentes na região. Uma vez que os nomes de lugares, em específico, possuem carga significativa e reflexiva de aspectos físicos do local nomeado. Por meio dos nomes de lugares, é possível compreender as influências linguísticas de outras línguas, reconstruir situações pretéritas, em seus aspectos físicos, sociais, ideológicos, econômicos e políticos, o que possibilita observar traços da identidade de um determinado grupo social.

Em consonância com Dick (1990), a importância da toponímia está na sua função de preservação dos registros mais importantes de um povo, como sua história e memória. A memória aqui considerada é a coletiva, fruto de “uma reconstrução continuamente atualizada do passado” (CANDAUI, 2016, p. 9). Mais do que isso, a memória surge fundamentada na vivência/experiência, se constrói gradativamente de acordo com as ocorrências, o que difere da história, que é estabelecida por meio de acontecimentos do passado.

Tendo em vista o valor histórico, social e linguístico dos estudos toponímicos, atualmente, existem diversos trabalhos voltados para os estudos dos topônimos em todo o país,

principalmente nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Tocantins. O Pará, segundo estado em extensão territorial do Brasil, é um dos estados com poucos estudos sobre sua toponímia.

No decorrer da pesquisa, entendi que meu trabalho precisava mais do que uma análise direcionada aos aspectos culturais e linguísticos. Demandava uma interpretação e discussão que tentasse evidenciar e romper com os efeitos da colonialidade, desestabilizando a história de colonização da região de forma pacífica, harmoniosa e progressista. Então, foi necessário problematizar o contexto histórico hegemônico estabelecido no interior do Pará, a noção de ahistoricidade (QUIJANO, 2009), que embasa todo o mito de formação e de desenvolvimento da região, destacando os colonizadores como “fundadores”, “pioneiros” e “desbravadores”, e apagando toda e qualquer possibilidade de existência de história, cultura e indivíduos antes da chegada dos colonizadores à região.

Com isso, em vez realizar uma pesquisa descritiva da toponímia, apresentando os nomes de lugares, suas motivações e consequentemente suas classificações taxonômicas, essa pesquisa objetiva contribuir com a desconstrução do mito de uma colonização/civilização sem lutas e conflitos, a ideia de que os colonizadores chegaram em uma terra desocupada: sem ninguém, sem nome e sem dono. Para isso, é necessário trazer à tona reflexões acerca dos conflitos sociais, políticos e ideológicos expressos nas práticas de nomeação dos municípios que compõem a mesorregião sudeste do Pará.

Para tais reflexões, a princípio, tive que (re)conhecer meu lugar de fala e de existência (RIBEIRO, 2017) no contexto da pesquisa. De onde eu existo e de que perspectiva eu falo sobre esse lugar e sobre as práticas de nomeação desse lugar? Lugar de mulher, negra, filha de mãe solo, empobrecida e mantida no empobrecimento, que ingressou na universidade, e no meio acadêmico, por meio das cotas, a primeira e a única da família, até o momento, a concluir um curso superior e, ainda, persistindo nesse caminho, tão cheio de obstáculos para um corpo imensamente marcado pela “diferença colonial” e afetado pela “ferida colonial” (KILOMBA, 2019).

Um lugar de “feridas”, como o do corpo da mulher negra do Norte, em uma sociedade imperada pelo patriarcalismo branco do sul/sudeste, pelo favorecimento do homem e da manutenção de uma cultura machista branca, regida pela discriminação, exploração e ridicularização do corpo feminino negro, moradora na região Norte do Brasil, a nortista, a índia¹, sem lei, sem cultura, sem religião. Esses são marcadores da *ferida colonial*, ou seja, são

¹ Forma pejorativa de tratamento usada pelo “corpo padrão”, o “não-índio”, para se referir a mim, a “outra” do “outro”. Contudo, boa parte dos que são realmente indígenas preferem o termo “indígena”.

regiões racializadas e classificadas como inferiores socialmente e mentalmente pelo poder regido por uma hegemonia ocidental de dominação, subalternização e exploração do mundo (MIGNOLO, 2009): um corpo geo-ontolinguística-epistemicamente marcado pela colonialidade do poder.

A pesquisa parte dos estudos onomásticos, especificamente toponímicos, com ênfase nas motivações e classificações propostas por Dick (1990). A abordagem da materialidade empírica da pesquisa é com um tratamento sociolinguístico, enfatizando os seus processos de construções e os sujeitos envolvidos. Entendo que a nomeação de lugares muito tem a dizer sobre como esses territórios foram formados, as lutas e conflitos que os circundam e consequentemente reflete na construção de identidades.

Com essa perspectiva, esta pesquisa sociolinguística correlaciona práticas de nomeação de lugares com aspectos históricos, sociais, ideológicos e identitários da mesorregião sudeste do Pará. Assim, realizei a análise dos topônimos criticamente e reflexivamente, alicerçada no caráter interdisciplinar dos estudos toponímicos, ao se interligarem com outras áreas do conhecimento, como a Sociologia, Geografia, Antropologia e a História, perpassando seu âmbito linguístico.

Para a abordagem de aspectos extralinguísticos, com a discussão e reflexão acerca das questões envolvidas no contexto histórico de formação territorial do *locus* da pesquisa, baseio-me em escritos como o de Nascimento (2017); Silva (2006; 2010); Tavares (2008) e Loureiro (2002), os quais discorrem a respeito das disputas territoriais, processo de colonização e exploração, evidenciando os conflitos de ordem econômica, política e social existente no estado Pará.

Assim, embora esta parta de uma experiência anterior de iniciação científica, neste caminhar, alçou novos caminhos e posicionamentos, tendo como embasamento as posturas e atitudes decoloniais de Grada Kilomba (2019), Quijano (1992; 2005; 2009) e Mignolo (2008; 2009), além de diversos textos discutidos e problematizados no Obiah Grupo de Estudos Interculturais da Linguagem e na Gira Leodegária de Jesus, ambos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás (UFG). O Obiah tem por objetivo reunir pesquisadores(as) interessados(as) em pesquisas de caráter sociolinguístico e de letramento intercultural, e, juntamente com a Gira Leodegária de Jesus foram os espaços nos quais tive os primeiros contatos com a perspectiva decolonial.

Segundo Mignolo (2009), a postura decolonial é uma opção política de ruptura com a forma eurocêntrica ocidental de pensar e conceber o mundo e de construir conhecimento e, por conseguinte, é a ruptura com os padrões estabelecidos pela colonialidade, propiciando trocas

com outras epistemologias e cosmologias, como as dos povos indígenas e africanos. A postura decolonial, então, é uma forma de resistência e enfrentamento para com a proposta hegemônica de dominação e colonização europeia e estadunidense sobre povos e territórios em todo o mundo.

Assim, ao naturalizarmos as escolhas e as práticas de nomeação sem entender, problematizar ou conhecer todo o processo envolto dessas ações, estamos reforçando o prestígio da colonização, especialmente vinculado ao poder de dominação e exploração. Com a pretensão de refutar esse pressuposto, esta pesquisa, como já foi dito, se desenvolveu para além do caráter unicamente linguístico, pois todo o contexto histórico, ideológico, social e cultural da região foi relevante para a compreensão da relação língua, sociedade e cultura em torno das nomeações da mesorregião sudeste do Pará. A decolonialidade é a postura seguida para a interpretação da materialidade empírica, gerando uma nova visão acerca da realidade histórica, ideológica, social, cultural e linguística da mesorregião do sudeste do Pará.

A maioria dos relatos da formação histórica e da colonização do estado do Pará, assim como da mesoregião específica em estudo, mostra esses acontecimentos, a partir da ótica do colonizador. Como se todo os processos da colonização tivessem ocorridos de forma harmoniosa e para o bem comum.

O estudo, então, foi realizado a partir do estudo histórico e geográfico e sobre o contexto sócio-histórico dos municípios em estudo, com objetivo de descrever, caracterizar, analisar e classificar os topônimos, detendo nas motivações taxionômicas que se sobressaem nas designações nominativas, posteriormente foi realizada uma interpretação e discussão sob a postura decolonial. Dessa forma, esta parte do presente estudo está fundamentada em estudos teóricos referenciais acerca da toponímia, além de pesquisas sobre os municípios paraenses, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), dentre outros.

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos, sendo que no primeiro está a enunciação da problemática da pesquisa na qual localizo a mesorregião do sudeste do Pará geográfica e historicamente, procurando relacionar aspectos históricos e linguísticos nesse ambiente, apresentando seu processo de colonização dado por meio dos processos migratórios físicos extrativistas em consonância com os movimentos religiosos.

No capítulo seguinte, apresento o percurso teórico adotado, fundamentado no aporte teórico dos estudos toponímicos e suas vertentes: as taxionomias toponímicas e as classificações das taxes, bem como sua relevância histórica e sociocultural.

O terceiro capítulo consiste na abordagem da postura metodológica adotada na pesquisa, apresentação do lócus de enunciação da materialidade empírica e dos procedimentos

metodológicos adotados para fim da análise e descrição linguística. A análise teve por base a classificação taxionômica, seguida de um estudo etimológico e descrição morfológica com base na teoria lexical.

No quarto capítulo, apresento uma discussão acerca das relações existentes nas práticas de nomeações dos municípios da mesorregião sudeste do Pará e como a manutenção da colonialidade se faz presente nessas práticas nominativas. Seguida das considerações finais, referências e apêndice.

1 ENUNCIÇÃO DA PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

O Pará, estado brasileiro, que de acordo com o IBGE (2016), está dividido em seis mesorregiões, Baixo Amazonas, Marajó, Metropolitana de Belém, Nordeste Paraense, Sudeste Paraense e Sudoeste Paraense, cada qual portadora de suas peculiaridades. A Mesorregião Sudeste Paraense abrange uma área de 297.344.257 km², dividida em 39 municípios agrupados em sete microrregiões, nas quais se localizam os municípios que formam a materialidade empírica desta pesquisa. As sete microrregiões que compõem a Mesorregião Sudeste Paraense são sediadas pelos municípios de Conceição do Araguaia, Marabá, Paragominas, Parauapebas, Redenção, São Félix do Xingu e Tucuruí.

A mesorregião sudeste do Pará durante sua formação territorial foi marcada por fluxos migratórios, bem como toda fronteira amazônica. Os processos de migrações trouxeram consigo alterações em toda a sua estrutura territorial, física, na sua organização social, cultural e religiosa. Grande parte desse território era ocupado por diversos povos indígenas, que como todo povo, possuíam suas formas de organização, suas crenças, costumes e cultura.

A chegada dos colonizadores na região, com toda a violência colonial, provocou conflitos e rupturas entre os povos. Assim, existe uma narrativa considerada não oficial, a dos povos indígenas, os quais têm sido silenciados pela dominação e expansão colonial (QUIJANO, 1992). A história considerada oficial, narra a ocupação de uma terra “desocupada”, “sem ninguém”, como se nesse processo de ocupação os indígenas não existissem, como se tivesse sido uma ocupação de forma harmoniosa, sem lutas e sem conflitos. Assim, são constantemente narradas as histórias do “desbravamento” dessa terra por “pioneiros”, o que os indígenas, os considerados “não existentes”, com suas histórias “não oficiais”, apontam para outra versão:

Nós, indígenas, conhecemos os lugares, incluindo os lugares que estão fora da Terra Indígena [Kayapó], pois os lugares chamados hoje São Félix do Xingu, Redenção, Ourilândia tinham outros nomes e eram habitados por indígenas que tiveram que deixar seus territórios para mudar para aldeias como, por exemplo, Gorotire (KAYAPÓ; ROBERT, 2011, p. 130).

A ocupação da Mesorregião Sudeste do Pará por povos não indígenas teve início em meados do século XVIII, com atividades de subsistência como a garimpagem e a pecuária extensiva. Porém, somente no século XX é que houve uma maior e consistente ocupação interna no local, devido à prática da coleta da castanha-do-pará, motivando os coletadores a adentrarem na região. A construção da Rodovia BR 010/153 ocasionou grandes movimentações nessa mesorregião, seja no aumento das atividades de exploração (extração da madeira, ouro, castanha-do-pará etc), ou seja, no aumento do fluxo financeiro. A partir da década de 1950,

com a implantação de usina de energia elétrica, ferrovias e rodovias é que se aumentou o fluxo migratório com o objetivo de colonizar a mesorregião do sudeste paraense.

Com o aumento da população de povos não indígenas na região, houve a expulsão e migração dos indígenas para outras regiões. Essa é uma parte da história de formação territorial da mesorregião sudeste do Pará que poucos possuem conhecimento. O apagamento e o silenciamento do corpo indígena ocorreram de forma mais intensificada na região principalmente após a década de 1960. Mesmo com os genocídios vivenciados por esses grupos em todo o Brasil, desde a chegada dos colonizadores, em todo o estado do Pará ainda existe uma presença significativa desses povos com 39 (trinta e nove) grupos indígenas territorializados (CARVALHO, 2019) e com uma população com cerca de 51.576 habitantes (FAPESPA, 2018).

Na região específica desse estudo, o povo Mebêngôkre-Kayapó é o mais numeroso. Os Mebêngôkre, “os homens do buraco/do lugar d’água”, mais conhecidos por Kayapó, sua nomeação em Tupi, pertencem ao grupo linguístico Macro-Jê, da família linguística Jê (VERSWIJVER; GORDON, 2002). Recentemente, em 2019, esse povo conseguiu, no município de São Félix do Xingu, sob a Lei N°571/2019, de 13 de novembro de 2019, a cooficialização de sua língua Mebêngôkre-Kayapó e a inclusão da língua como disciplina do currículo escolar nas escolas da rede municipal de ensino nas regiões em que predominam a população de descendência indígena no município.

Em relação ao contingente populacional geral, com base nos dados do IBGE (2010), a mesorregião do sudeste do Pará possui cerca de 1.882.450 (um milhão oitocentos e oitenta e dois mil quatrocentos e cinquenta) habitantes, constituída por negros, brancos e indígenas. Sua formação e colonização deu-se, como já dito anteriormente, a partir dos processos migratórios ocorridos por volta do século XX, quando processos migratórios contribuíram para que migrassem para a região moradores de outros estados brasileiros, tais como do Maranhão, Góias, Minas Gerais, Tocantins, Santa Catarina, dentre outros.

A pesquisa, então, por se referir ao estudo dos nomes e às práticas de nomeação de determinados municípios, com motivações em que maior parte fazem referência aos processos migratórios, como, por exemplo, a motivação de nomes de pessoas, como “Abel Figueiredo”, em referência a um político local que ocupou o cargo de deputado federal (FERREIRA, 2003, p. 20), cidades: “Goianésia do Pará”, que pertencia à Fazenda Baronesa, cujo proprietário era originário do município de Goianésia, Goiás (FERREIRA, 2003, p. 68), a estados, “Paragominas”, um nome composto por “Pará”, pela sigla “GO”, de Goiás, e “Minas”, simplificação de Minas Gerais (FERREIRA, 2003, p. 101), e regiões brasileiras das quais são

provenientes alguns migrantes colonizadores da região. Dessa forma, a mesorregião sudeste do Pará possui traços identitários de outras localidades.

Por isso, a partir dos processos migratórios, dos preceitos da toponímia, que possuem por base o estudo de nomeação de lugares e das práticas de nomeação, que nos remetem a tensões políticas, relações de poder, relações ideológicas e ideologias linguísticas, proponho problematizar e discutir os impactos dos processos migratórios expressos nas práticas de nomeação de 39 municípios situados em sete microrregiões da mesorregião do sudeste do Pará.

1.1 Processos (i)migratórios na colonização da mesorregião sudeste do Pará

Toda e qualquer migração no Brasil, em sentido lato, começa com a invasão dos territórios Pindorama, a Terra das Palmeiras, no litoral, e Tapuietama, a Terra Interior/Outra, a não Tupi, no Brasil Central. A migração de povos de fora para dentro e, dentro, da beira para dentro. São processos migratórios que mobilizam as entradas colonizadoras que o invasor denomina de civilizatórias. Esses processos migratórios são físicos/materiais e simbólicos/imateriais.

A região Norte do Brasil não teve um papel prioritário no plano de colonização dos portugueses que chegaram em terras brasileiras em 1500. Durante o primeiro século (1500-1600), nenhum plano de ocupação pelos colonizadores da área foi executado. Sabe-se que as primeiras cidades fundadas se organizaram no litoral do nordeste e sudeste do país, lugar estratégico, do qual era possível extrair rapidamente os recursos que a nova colônia oferecia, como pau-brasil.

Posteriormente, ocorre o movimento de expansão da colônia com a interiorização da colonização, principalmente com as entradas e as bandeiras no ciclo do ouro. Esse movimento teve o objetivo de capturar indígenas para os mercados de São Paulo, de onde eram comercializados para as lavouras do Nordeste. Depois, o movimento ganhou vigor com a exploração de ouro e outros metais preciosos.

O Sul/Sudeste do Pará, região em estudo, tem seu histórico de formação bastante recente, com seus municípios formados na segunda metade do século XX. Contudo, a região era conhecida pelos portugueses desde o século XVI e já teria sido visitada pelos franceses e explorada pelos jesuítas no século seguinte. Além do mais, antes da chegada do colonizador, o território era ocupado por um grande número de povos indígenas. Mas, até então, a região era fonte apenas de interesse de exploração.

Os primeiros contatos com a região pelos colonizadores aconteceram por meio das expedições com as mais diversas finalidades para a exploração do “sertão”. Essas viagens, conforme mencionado antes, são conhecidas na historiografia como “bandeiras” e tinham como principal ponto de partida o estado de São Paulo. Em sua maioria, eram viagens patrocinadas pela iniciativa privada. Também no Pará, a principal finalidade era a procura por fontes de minerais preciosos, mas, na ausência destas (muito comum), a fonte de renda era o apresamento dos nativos, que eram vendidos como escravos. “[...] Os apresamentos dos povos nativos ocorreram com mais frequência entre 1580 e 1730” (FERREIRA, 1977, p. 168).

Em busca de recursos minerais valiosos, “os primeiros bandeirantes paulistas chegaram aos rios Araguaia e Tocantins, com as bandeiras de Domingos Rodrigues (entre 1596 e 1600) e André Fernandes (entre 1613 e 1615). Entre 1590 e 1720, mais de uma dezena de bandeiras partiram de São Paulo em direção ao interior do país que possivelmente atingiu os cursos dos rios Tocantins e Araguaia” (FLORES, 2006, p. 51). Com isso, provavelmente os primeiros indivíduos não indígenas a andarem pela região atual do sudeste paraense foram os paulistas, no final do século XVI. Entretanto, com essas expedições, eles não permaneciam muito tempo em um mesmo local, os bandeirantes não se fixavam ou fundavam vilas. Pelo contrário, em suas expedições, atacavam e escravizavam as populações indígenas que encontravam pela frente, removendo-as de seus locais de origem e, quando essas comunidades indígenas resistiam, as exterminavam.

Com o aumento da exploração da região, em 1616, foi fundada a fortaleza que deu origem à cidade de Belém, chamada então de Forte do Presépio, na localidade nomeada cidade do Pará ou Santa Maria do Grão Pará (AMARAL, 2004, p. 54-55). O início da nova colônia foi conflituoso, tanto na disputa interna pelo poder quanto na relação externa com as populações autóctones². Castelo Branco não teve um bom relacionamento com os Tupinambás, povo indígena local que ocupava a região antes da chegada dos portugueses, e uma série de disputas pelo território teve início. Segundo Cruz e Panaachuk (2014),

os incidentes foram violentamente punidos, o que acarretou numa rebelião indígena e uma tentativa de invasão do Forte do Presépio (Belém) pelos indígenas das aldeias locais, em 1618. A investida foi malsucedida e a represália severa só piorou a situação da colônia. Os primeiros anos de existência da cidade serviram apenas para tomar posse e assegurar a região. (CRUZ; PANAACHUK, 2014, p.18)

² **Populações autóctones** são povos que viviam em uma área geográfica antes da sua colonização por outro povo e/ou que, mesmo após a colonização, não se identificam com o povo que os coloniza. Também são denominados como aborígenes, indígenas e nativos.

Com a firmação do novo núcleo de colonização, os portugueses passaram a agir contra os que acreditavam serem invasores internacionais. Provavelmente, havia mais de uma dezena de fortificações e feitorias estrangeiras na região. A conquista dessas localidades ocorreu por campanhas militares, com tropas formadas por colonizadores e por indígenas escravizados. Cruz e Panaachuk (2014, p. 19) afirmam que é possível caracterizar o período da conquista do Maranhão até a viagem de Pedro Teixeira como uma fase de implantação da empresa colonial e expulsão pelos portugueses dos demais europeus que consideravam invasores estrangeiros.

Em um segundo momento, com a disputa entre franceses, portugueses e holandeses por território e, depois que os portugueses conquistaram o território que corresponde atualmente à região Norte do país, por meio do Tratado de Tordesilhas, houve o início das ações missionárias. O principal objetivo dessas ações era a catequização dos povos nativos e a ocupação da região. Sendo assim, ocorreu uma ocupação não somente física, mas também ideológica (CRUZ; PANAACHUK, 2014, p. 19-20).

Mediante as ações missionárias, a Coroa Portuguesa assegurou a ocupação do território e a ampliação de sua dominação. Assim, como estratégia, estabelece-se um padrão cristão e católico subordinado ao Estado. Segundo Cruz e Panaachuk (2014), os métodos adotados pelos missionários na tentativa de ocupação da mesorregião do sudeste do Pará consistiam na base de um modelo empregado anteriormente nas ações missionárias na cidade de Salvador: o de *aldeamento* foi fruto da experiência do Padre Manoel da Nóbrega, em Salvador, em meados do século XVI e foi utilizado por mais de dois séculos como metodologia para a aproximação das populações nativas. (CRUZ; PANAACHUK, 2014, p. 21).

O modelo de aldeamento consistia em três aspectos fundamentais: a instalação do aldeamento, com a construção da igreja e da residência do missionário em um local já existente (aldeia), ou em um novo; a catequese, conversão espiritual e batismo e ainda os “descimentos”, ou seja, o deslocamento de novos grupos indígenas para os aldeamentos já estabelecidos, visando concentrar a catequese naqueles espaços e compensar os decréscimos populacionais causados por fugas e mortes” (CRUZ; PANAACHUK, 2014, p. 21).

Existiam três tipos de aldeamentos: o primeiro, a serviço dos religiosos, exclusivos a eles; o segundo disponível para atender aos serviços públicos, como salinas e pesqueiros; e o último, aldeamentos longes dos centros populacionais (vilas e cidades), objetivando à catequese dos indígenas e também conhecido como missão. (CRUZ; PANAACHUK *apud* Leite, SERAFIM, 1943). Esses aldeamentos possuíam como principal objetivo a evangelização, porém não se restringiu apenas na propagação de uma nova crença, mas a ordem de um sistema cultural, com valores políticos, morais, religiosos e econômicos. Assim como propiciava uma

mão de obra almejada pelos colonos, os aldeamentos também possibilitaram um trabalho cotidiano de catequese.

Os jesuítas possuíam, como centro de suas atenções e objetivos, a luta para que houvesse o abandono dos traços e rituais culturais das comunidades indígenas, que eram considerados como um atentado contra a vida cristã, como a antropofagia, nomadismo e poligamia. Com isso, fizeram por meio da prática de imposição o condicionamento dos indígenas aos jesuítas. Os nativos foram obrigados a abdicar de práticas que não eram aceitas pelo cristianismo. Os aldeamentos e suas práticas de doutrinação e aspectos culturais propagados pelos missionários contribuíram para que os nativos adquirissem novos hábitos, novas concepções e conceitos aos quais foram impostos, o que resultou no início do processo de colonização. Dos aldeamentos surgiram os primeiros povoados e vilas.

Após os ciclos das atividades desenvolvidas pelos missionários, a região sudeste do Pará permaneceu até o século XVIII sem um desenvolvimento significativo. De acordo com Cruz e Panaachuk (2014), foi por volta do século XIX que a situação na região começou a ter um breve avanço aos olhos dos colonizadores, em função das atividades da chamada expansão agrícola oriunda da região Nordeste brasileira. Diferentemente da expansão agrícola nordestina, em que “as terras mais férteis foram empregadas no cultivo da cana-de-açúcar e as de baixa produtividade reservadas à criação de gado” (CRUZ; PANAACHUK, 2014, p. 33), a expansão agrícola da região sudeste do Pará surgiu por meio de expedições, em que indivíduos saíam de outros estados brasileiro em busca de áreas de pastagens para criação de gado, resultando no surgimento de diversas fazendas, posteriormente em pequenos povoados e destes povoados surgiram municípios, ocorrendo a colonização da região.

1.1.1 Processos migratórios físicos extrativistas

O processo de colonização e urbanização de algumas regiões do estado paraense ocorreu a partir da extração e a comercialização do látex, fator este que atraiu migrantes de outros estados brasileiros para a extração do elemento natural. Quando, entretanto, a extração do látex deixou de ser um meio lucrativo, determinadas regiões visaram outro meio produtivo como o da extração da castanha-do-pará, razão esta que impulsionou o processo migratório com o propósito de fixação na região sudeste do estado do Pará, que ocorreu no início do século XVIII.

Além da extração da castanha, o movimento migratório se deu também por meio da pecuária e da exploração mineral, porém, a partir da segunda década do século XX é que se notou um grupo pequeno, mas estável, que se originou da coleta da castanha-do-Pará, fazendo da cidade de Marabá o centro da castanha-do-Pará, intitulado-a como a cidade mais importante da época no sudeste do Pará. A coleta da castanha-do-Pará ampliou-se rapidamente e transformou-se no maior produto de exportação do estado e uma das principais fontes de renda para moradores da região (SCHIMINK; WOOD, 2012, p. 198-199).

De acordo com Schimink e Woord (2012), as riquezas extraídas da natureza impulsionaram os governantes a abrirem estradas para facilitar a exportação das mercadorias: “em pouco tempo, as conexões terrestres começaram a substituir os rios como principal meio de transporte” (p. 202). O novo meio de transporte facilitou a transferência dos produtos extraídos na região, uma vez que o estado do Pará foi um grande explorador de produtos naturais, além dos já mencionados, foram também outros, como a folha de jaborandi, a madeira, o minério que pode ser representado pelo ferro, ouro, bauxita, manganês e cassiterita. Nos dias atuais, a exploração mineral ainda é marcante no estado. Temos como exemplo no sudeste paraense a cidade Parauapebas, que ainda é considerada uma das maiores potências em extração de minério do país.

A exploração e a comercialização da madeira a partir da implantação de grandes madeireiras que negociavam, tanto com grandes fazendeiros como com pequenos agricultores da região, assumiram um importante papel na situação econômica da época. A comercialização das árvores nativas, dentre elas destaca-se o mogno, que, de acordo com o artigo intitulado *Mogno na Amazônia Brasileira: ecologia e perspectiva de manejo*, “o mogno é uma árvore robusta [...] seu tronco pode atingir 3,5 metros de diâmetro e uma altura de até 70 metros”. (GROJAN; BARRETO; VERISSÍMO, 2002, p. 08). Os autores ainda afirmam que no estado paraense a exploração da referida árvore teve início ao longo das margens do rio Araguaia e seus afluentes. A exploração da madeira, de modo geral, se transformou em uma fonte de renda extra para os grandes latifundiários. Já para os pequenos lavradores, a extração e a venda da madeira assumiram uma fonte vital de renda, de modo especial nas primeiras etapas dos assentamentos ou vilarejos (SCHIMINK; WOOD, 2012, p. 215).

Percebe-se então que o período de maior fluxo de migrantes, que se fixaram decisivamente na região, ocorreu nos fins da década de 1960. Período de transformações e impactos na realidade local, seguindo pelas décadas de 1970 e 1980, mas que conseqüentemente deixou vestígios até os dias atuais. Nesses períodos, como consequência do fluxo de migrantes na região, fundou-se vilas e cidades, “vira lugar de trânsito e de moradia de inúmeros migrantes.

Portanto, lugar de encontros e desencontros de antigos e novos migrantes” (SILVA, 2006, p. 17).

No ano 1968, foi iniciada a construção da rodovia PA-270 entregue ao tráfego em 1969 e que, da margem direita do rio Tocantins, na localidade São Félix, ligou a região à rodovia Belém-Brasília. Segundo Silva (2006), a construção das estradas consistiu em um dos principais motivos para o ingresso de migrantes. Como somatória, “as narrativas orais e também os textos escritos evidenciam como marcos na memória social local a construção das estradas e as transformações que acompanharam esses acontecimentos” (SILVA, 2006, p.18). Narra-se que, antes mesmo do término da construção da rodovia, suas margens estavam ocupadas por diferentes sujeitos, migrantes trabalhadores rurais. E, com o passar dos anos, a região foi tomada por fazendeiros, tidos como donos das terras.

O século XIX também foi marcado pela criação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (PVEA), o qual trouxe significativas contribuições para o desenvolvimento da área amazônica. Uma dessas expressivas contribuições refere-se à construção da rodovia Belém-Brasília iniciada no ano de 1956, atingindo o Sul do Pará em 1960, propiciando uma conexão terrestre da região, até então isolada, com o restante do país (SCHMINK; WOOD, 2012, p. 202). Mas, como toda mudança, a construção da rodovia Belém-Brasília teve entre outros efeitos, o aumento das disputas por terras na região, resultando em vários episódios de violência em decorrência das disputas entre grandes e pequenos proprietários de terras.

Em 1964, após o golpe militar, foi criado um novo órgão que atuaria sob o principal objetivo de desenvolvimento da região amazônica, a Superintendência de Desenvolvimento Econômico da Amazônia (SUDAM). Segundo Cruz e Panachuk (2014), a atuação da SUDAM teve três principais fases. A primeira, possuía como objetivo o incentivo agrícola; a segunda fase, marcada pelos projetos de colonização da Transamazônica, construção de estradas e projetos de energia; a terceira e última fase, a SUDAM fundamentou-se no modelo de vantagens comparativas, modelo que apoia que cada país deve se especializar na produção de mercadorias mais eficientes para exportação e importar produtos com a produção menos eficientes.

Com o apoio e incentivo do governo por meio da criação de órgãos responsáveis pelo objetivo de desenvolvimento da região, com a construção da rodovia Belém-Brasília, diversos núcleos urbanos se originaram entorno das estradas, dando surgimento às chamadas cidades de “beira de estrada” (SCHMINK; WOOD, 2012, p. 206). Após a construção da principal rodovia da região, em 1960 inicia-se a construção da PA-150, planejada para ligar a rodovia Belém-Brasília à região atualmente onde se localiza a cidade de Marabá, assim como a rodovia Belém-

Brasília, a rodovia PA-150 também contribuiu significativamente para a procedência de pequenas vilas que logo resultaram em cidades.

Segundo Cruz e Panaachuk (2014), a PA-150 ainda proporcionou o acesso a áreas de grande concentração de mogno, atraindo proprietários de serrarias, principalmente das regiões Sul e Sudeste do país. O ciclo do mogno deu origem a cidades atualmente nomeadas como Pau D'Arco e Rio Maria, abrindo espaço ainda para a criação das cidades de Redenção e Xinguara. Outra atividade fundamental no processo de formação da região sudeste do Pará, atraindo diversos migrantes de todas as regiões do país em busca de riquezas, refere-se à extração de minerais, uma vez que a região possui grandes concentrações de minérios. As pesquisas em busca de metais preciosos obtiveram maior destaque na região conhecida como Carajás.

Logo após o início das atividades de extração mineral e vários outros empreendimentos desenvolvidos na região sudeste paraense por volta da década 1970, houve a necessidade de aumentar o potencial elétrico do país. Com isso, inicia-se a construção de uma das maiores hidrelétricas, a de Tucuruí. A nova construção, assim como as outras obras na região denominada amazônica, trouxe consigo diversas transformações, físicas e socioeconômicas para a região, tais como: o aumento do contingente populacional, origem de novos centros urbanos, conflitos relacionados à aquisição de terras, entre outras.

Em suma, é possível afirmar que foi no século XX, com a chegada de investimentos e a construção de rodovias como a BR-010/153, a PA-150, a PA-275 e a BR-222, que se observou uma transformação na região. No final da década de 1950, a mesorregião experimentou uma intensa revitalização, apoiada pela implantação de infraestrutura (energia, ferrovia e rodovias) e por diversos programas governamentais, dentre os quais a elaboração do programa Grande Carajás e o projeto Ferro Carajás da Cia Vale do Rio Doce. Na década de 70, observou-se um salto, com a exploração das jazidas de minerais e aumento das atividades agrícola e a pecuária bovina.

1.1.2 Processos migratórios simbólicos: movimentos religiosos

Um processo migratório violento e de grande impacto, trazido pela colonização, foi a migração simbólica, tanto pela invasão quanto evasão. As relações e as vivências com o sagrado são modificadas pelos missionários e pelos colonizadores, com violência, sem tempo de entendimento, sem opção de negociação, os símbolos sagrados dos povos da terra, seus corpos

e suas terras, a natureza são todos transformados em mercadorias e em moedas. Os movimentos religiosos missionários são movimentos rápidos, predatórios e genocidas.

Para compreender a importância e o contexto dos movimentos religiosos no Pará, é necessário levar em consideração a marcante influência da religião cristã no processo de colonização que, a partir dos sucessos das Grandes Navegações, ganhou legitimidade para que os missionários fossem eleitos os agentes da expansão do Reino de Deus (cristianismo) (TAVARES, 2008, p. 63). O processo de colonização dos estados do Maranhão e Pará ocorreu tardiamente e esteve subordinado diretamente à capital portuguesa, Lisboa, e não ao Governador-Geral do Brasil (AMORIM, 2005, p. 81)

Os Franciscanos da Província de Santo Antônio foram os primeiros missionários a chegar na região Amazônica, seguidos pelos jesuítas, pelos carmelitas e pelos Mercedários. Essas missões contavam com o apoio financeiro do Reino de Portugal. Em contrapartida, as missões faziam a conversão dos nativos e prestavam assistência intelectual aos colonos, por meio de aulas, e espiritual, por meio da religião católica.

Dentre as congregações religiosas envolvidas nas missões, a Companhia de Jesus (jesuítas) foi a que obteve maior destaque. É devido ao grande alcance, tanto ideológico, por meio da propagação da religião, quanto territorial, por meio do adentramento dos missionários da ordem Companhia de Jesus no território que atualmente corresponde ao estado do Pará, e é sobre eles que se encontram maiores escritos acerca dos movimentos religiosos, especificamente na mesorregião sudeste do Pará.

As tentativas de mudar ou converter os nativos por meio das missões religiosas na região amazônica no século XVII não se limitavam ao âmbito espiritual, já que se configuravam como um conjunto de mudanças no comportamento dos povos nativos, com a finalidade de transformá-los em súditos úteis e cristãos e, portanto, incluía objetivos como: a) o fim do nomadismo, com o objetivo de que houvesse a mudança na organização espacial de suas antigas aldeias, b) o preparo técnico para trabalhos nos ofícios mecânicos e a criação de uma mão de obra disciplinada para o trabalho agrícola, c) mudanças nos seus modos de vida social, propagando a estrutura e os vínculos da família cristã.

Em suma, os movimentos religiosos no Pará iniciaram-se após a imigração dos portugueses para o Brasil, com o objetivo de povoar o território e posteriormente explorá-lo. Os portugueses depararam-se com concepções das populações indígenas já existentes, que se baseavam em ritualidades, relações entre a natureza e as divindades. Instalaram-se diversas ordens religiosas com o objetivo de promover a catequização. Os Capuchos da

Província de Santo Antônio, Franciscanos, foram os primeiros a chegar, em 1617, acompanhados pelos Carmelitas (1626), Jesuítas (1636) de Mercedários (1639).

Com o avanço do povoamento, culturas e povos foram sendo reveladas e exploradas pelos portugueses, que necessitavam de um controle territorial e de seus indivíduos, que se tornaram submissos à Coroa portuguesa de variados modos, como o mundo simbólico, sobretudo, o religioso.

O Brasil tornou-se um sistema simbólico, caracterizado por diversidade religiosa, econômica, social, lúdica e étnica, conduzida por um modo de cristianização, já que os indígenas eram considerados “pagãos e “infiéis”. Dentro da própria Igreja, as nomeações representam ocupações ideológicas dos lugares e das consciências, conforme veremos.

A) Franciscanos

São Francisco de Assis é, possivelmente, um dos santos mais conhecidos e populares da religião Católica Apostólica Romana. É tido como o patrono dos animais e do meio-ambiente, devido à sua dedicação, seu amor e seu respeito à natureza. Seu estilo de vida foi imitado por milhares de pessoas.

Os primeiros missionários a chegarem ao Brasil foram os franciscanos, que vieram na esquadra de Cabral. A primeira missa realizada em Pidorama, em 26 de abril de 1500, foi celebrada pelo frei franciscano Henrique de Coimbra. A atuação da Ordem no Brasil foi registrada no ano de 1520 pela tentativa de dois franciscanos de evangelizar os povos indígenas em Porto Seguro. Tempos depois, entre 1538 e 1547, foi a vez de dois membros espanhóis da Ordem atuarem junto aos Carijós de Santa Catarina (TEIXEIRA, 2009, p. 37).

Vários outros episódios isolados foram registrados em outros pontos do país sem a fundação de conventos, no estado do Pará, os franciscanos atuavam diretamente nas localidades ainda não colonizada, assim as ações dos franciscanos consistiam-se em converter/evangelizar os indígenas, porém, as missões para com os indígenas não aconteciam de forma sistemática.

Em agosto de 1614, depois de várias tentativas mal sucedidas de Luís Figueira de estabelecer missões no estado do Maranhão sem apoio militar e diante da necessidade da União Ibérica de afastar a presença francesa na região, Jerônimo de Albuquerque Maranhão lideraria uma expedição que partiria de Pernambuco. No entanto, não havia jesuítas na comitiva, pois, a pedido do Governador-Geral Gaspar de Sousa, foram designados para a jornada dois franciscanos da Província de Santo Antônio, os freis Cosme de São Damião e Manuel da Piedade.

Por volta de meados de 1612, os primeiros franciscanos se estabeleceram na região que atualmente corresponde ao estado do Pará. Foram quatro franciscanos que inicialmente se estabeleceram na então Capitania do Pará, em 22 de julho de 1617. Foram eles os Freis: Antônio da Merciana (superior), Cristovão de São José, Sebastião do Rosário e Filipe de São Boaventura.

Cristóvão de São José subiu o Rio Tocantins e em sua margem esquerda estabeleceu um aldeamento para os indígenas de denominação Camutás, logo esse aldeamento foi denominado como Vila Viçosa de Santa Cruz de Camutá. Em 1635, Feliciano Coelho de Carvalho, foi nomeado como primeiro capitão-mor da Capitania de Camutá, onde atualmente está localizado o Município de Cametá.

Em agosto de 1624, chegaram os outros religiosos da ordem dos franciscanos que se estabeleceriam na região. Naquela ocasião, eles trouxeram consigo o Alvará de 15 de março de 1624, que além de garantir aos franciscanos a administração espiritual dos indígenas do Norte da colônia portuguesa na América, dava-lhes entre outros privilégios a administração temporal, até então confiada aos colonos.

Por volta do ano 1630, os franciscanos abandonaram a função que lhes designada no governo dos aldeamentos de povos nativos nos estado do Maranhão e do Grão-Pará, decorrente, em parte, as disputas com colonos consequências desse trabalho. Grande parte dos franciscanos deixaram a região por volta do ano 1636. Porém, os poucos que ficaram, continuaram a realizar a propagação da religião católica junto aos indígenas e as demais populações, que com o tempo adentraram os estados e passaram a se fixar na região, deixando assim rastros históricos na formação religiosa, ideológica, política, social e, conseqüentemente, toponímica.

B) Carmelitas

De acordo com os escritos de Teixeira (2009, p. 35), a Ordem dos Irmãos da Bem-Aventurada Virgem Maria do Monte Carmelo, ou Ordem do Carmo, foi uma das ordens mendicantes surgida na Idade Média, provavelmente entre os anos de 1153 e 1159, formada por cruzados leigos que chegaram ao Monte Carmelo, em Israel, onde acreditavam ser o local de habitação do profeta Elias. Procuraram, a partir daí viver uma vida de eremitas, aos moldes do profeta do Antigo Testamento. A Regra da Ordem foi ditada por Alberto de Jerusalém e só no ano de 1216 foi reconhecida pelo papa Honório IV por meio da bula *Ut vivendi norman*.³

³ “Meditar dia e noite na lei do Senhor” (GUEDES, 2013, p.66)

Devido à perseguição dos islamitas na Terra Santa, seus membros foram encorajados a voltar a seus países de origem na Europa. O carisma da Ordem, de eremita passou a ser mendicante.

Os Carmelitas, representados por quatro religiosos, chegaram ao Brasil junto com a expedição de Frutuoso Barbosa, que, após uma tentativa frustrada de atracar na Paraíba possivelmente devido a um temporal, desembarcaram na cidade de Olinda em 1580, onde fundaram seu primeiro convento por volta do ano de 1584.

Os representantes da ordem de Carmo chegaram então à cidade do Rio de Janeiro, vindos da cidade de Santos no ano de 1590, e lhes foi oferecido o Morro de Santo Antônio, onde já existia uma ermida com o nome do santo. De acordo com Teixeira (2009, p. 35-36), eles “preferiram ocupar uma antiga ermida na várzea na região conhecida como Nossa Senhora do Ó, onde posteriormente foram construídas a igreja e o convento. Não se dedicaram às missões junto aos indígenas, mas exerceram os ministérios ordinários junto à população branca”.

Os Carmelitas Descalços da Bahia estiveram também no Rio de Janeiro de 1714 a 1716. Em 1741, o então bispo do Rio, D. João da Cruz, traz para o Rio frades de Portugal. Os frades permaneceram no Rio até 1830. Mas foi o início do século XX que favoreceu o estabelecimento firme e a expansão dos Carmelitas no Brasil. Em 1911, frades espanhóis fundam no Sul do país, enquanto os italianos fundam no Sudeste. Foi nesse período que os carmelitas atuaram de maneira mais intensiva na região norte do país, mais especificamente na região do atual estado paraense. Porém, foram encontrados poucos escritos acerca da atuação dos carmelitas na mesorregião em estudo.

C) Jesuítas

Para garantir a conquista do enorme território brasileiro, era imprescindível sua ocupação física e ideologicamente. Um fato que não era possível passar despercebido, ou seja, a existência da população indígena, bem conhecida pelos relatos das viagens e que era numerosa à população localizada à margem dos grandes rios, como foi narrado por Raposo Tavares. A sua expedição, que partiu de São Paulo, em 1647, e atingiu o alto curso do rio Madeira dois anos depois, foi descrita pelo Padre Antônio Vieira:

Quinze dias depois de começar a viagem pelo rio, começaram a ver povoações e, desde então não houve um dia em que não vissem algumas, e geralmente viam muitas todos os dias. Eles viram cidades com 300 cabanas [...] com muitas famílias vivendo em cada uma delas [...] calcularam que [uma nação] continha 150 mil almas. (ANTÔNIO VIEIRA, ao jesuíta provinciano no Brasil, c. janeiro de 1654, apud HEMMING, 2009, pg. 90).

A princípio, a população indígena não foi encarada como legítima e, conseqüentemente, os seus direitos foram extintos. Os colonizadores avistaram nela, inicialmente, uma oportunidade financeira por meio da utilização do trabalho compulsório dos indígenas, ou seja, a sua escravização. Mesmo sendo uma prática ilegal, com várias leis portuguesas tratando sobre esta situação, havia grande pressão dos donos de terra para a escravização indígena. Assim, os moradores locais eram forçados a trabalhar para os colonos de duas formas, ou voluntariamente, saindo de suas terras de origem e residindo perto das cidades ou das missões, ou involuntariamente, em forma de escravidão legal.

No primeiro momento, o trabalho obrigatório era tanto para os homens quanto para as mulheres, por vários meses do ano. O que sobrasse no decorrer do ano, eles poderiam produzir para seu próprio sustento. Além disso havia um pagamento irrisório, em algodão, ou bens afins. A segunda opção era ainda mais violenta, pois os povos que resistissem ao domínio português ou à conversão ao cristianismo poderiam ser legalmente escravizados (HOORNAERT, 1979).

Muitos indígenas lutaram e muitos foram mortos por ataques portugueses. Parte da população indígena escolheu submeter-se às missões religiosas, que entre as opções existentes para eles, esta era a menos desumana. A narrativa feita pelo jesuíta Cristóbal de Acuña, enviado pelos espanhóis de Quito para seguir Pedro Teixeira na sua viagem de retorno a Belém, é uma obra que conta o ambiente do rio Amazonas e também as populações indígenas, seus diversos povos, costumes alimentares, tecnologias, mas também mostra como era feita a escravização indígena.

Próximo à aldeia do Tapajós – atual região de Santarém no Pará – onde a caravana de Pedro Teixeira foi abrigada pelas populações autóctones, o filho de Bento Maciel, homônimo do pai, fez uma investida na qual capturou 200 escravos, prendeu os guerreiros da aldeia e violentou suas mulheres e filhas. Esses relatos seriam importantes na argumentação dos jesuítas para a necessidade de outro tratamento com a população nativa (LEITE, 1943).

Logo, a política indigenista consistiu como parte chave da política do Estado para a região Amazônica naquela época. Por interferência da ação missionária, a Coroa portuguesa garantiu a ocupação territorial e a expansão de seus domínios. Dessa feita, foi implantando um modelo cristão e católico a serviço do Estado.

O exemplo de aldeamento foi fruto da experiência do Padre Manoel da Nóbrega, em Salvador, em meados do século XVI e foi empregado por mais de dois séculos como método para a aproximação das populações nativas. Versava em três feitiços básicos: a instalação do aldeamento, com a construção da igreja e da residência do missionário em um local já existente (aldeia), ou em um novo; a catequese, conversão espiritual e batismo e ainda os “descimentos”,

ou seja, o deslocamento de novos grupos indígenas para os aldeamentos já estabelecidos, visando reunir a catequese naqueles espaços e compensar os decréscimos populacionais causados por fugas, deserções e mortes.

As ocupações territoriais ocasionadas devido aos “descimentos” tinham como alvo a evangelização das populações indígenas. Porém, essa evangelização não versou apenas em difundir uma nova crença, mas atribuir um sistema cultural distinto, com diferentes valores morais, políticos, religiosos e econômicos apontados por Rezende (2006)

[...] na Amazônia, as missões religiosas foram extremamente importantes para a ocupação territorial e consequente expansão dos domínios coloniais portugueses. As missões contribuíram para fixar os marcos de penetração ao longo da extensa rede fluvial amazônica e foram utilizadas sistematicamente pela coroa para a realização de uma política expansionista, seja na aculturação dos gentios americanos, seja na implantação de um modelo cristão e católico a serviço do estado português. (REZENDE, 2006, p. 102).

Os aldeamentos, além de gerar uma fonte de mão de obra desejada pelos colonos, trouxeram consigo um trabalho cotidiano de catequese. As ações de evangelização possuíam a tarefa de “salvar” as almas dos indígenas, resultando em um processo doloroso, violento e genocida em que os povos nativos foram obrigados a renunciar a sua cultura, costumes e sua identidade.

E com isso, foi imprescindível a sujeição dos indígenas aos jesuítas, abandonando as práticas que contrariavam ou atalhavam a acedência do cristianismo, a presença da Igreja passou a ocupar um espaço central tanto físico quanto ideológico, assim como discorrido por Neves (1978)

O aldeamento em si, a disposição das casas, a posição central assumida pela igreja (normalmente, tendo à frente um cruzeiro e uma enorme praça), a divisão da rotina entre as atividades produtivas e de aprendizado, tudo isso, para além dos conteúdos doutrinários e culturais transmitidos pelos missionários, contribuía para introduzir novos hábitos, novas concepções de tempo, espaço, moradia, família, trabalho, produção e sobrevivência, transformando a aldeia em um “grande projeto pedagógico total” (NEVES, 1978, p. 162).

Em continuação a esta linha de raciocínio, na então Santa Maria do Grão Pará, conhecida hoje como Belém, instalaram-se diversas ordens religiosas com o objetivo de promover a catequização. O início da catequese e os primeiros aldeamentos foram conduzidos pelos Franciscanos. Após a chegada do Padre Luís Figueira, jesuíta vindo do Maranhão, teve início a ação missionária da Companhia de Jesus na Amazônia portuguesa. Os Carmelitas e os Frades da Piedade encarregavam-se da moralização interna das conquistas (HOORNAERT, 1990).

O missionário Frei Cristóvão de São José, capuchinho da Ordem de Santo Antônio, fundou o primeiro aldeamento à margem esquerda do rio Tocantins, para a catequização dos

indígenas Camutás, no ano de 1617. Esse aldeamento deu origem ao município de Cametá. Em 1625, frei Cristóvão de Lisboa ultrapassou as cachoeiras do Itaboca e fundou uma missão franciscana no alto rio Tocantins, no extremo norte do estado de Goiás, sobre a qual não existem muitas informações.

No entanto, somente a partir da ação dos missionários da Companhia de Jesus, iniciada em 1636, que os aldeamentos seriam largamente conquistados no vale amazônico. A ação dos jesuítas teve início com a viagem de Luís Figueira pelo Tocantins, Pacajá e Baixo Xingu. Ele visitou diversas aldeias, o que lhe proporcionou um bom conhecimento da região e da situação da população nativa. Assim que retornou dessa viagem, foi chamado a Portugal, onde publicou o livro *Memorial sobre as terras e gentes do Maranhão, Grão-Pará e o rio Amazonas*, no qual também apontou as prioridades missionárias: organizar e moralizar os colonos, amparar e converter os indígenas e criar um bispado no estado do Maranhão, subordinado a Lisboa (LOUREIRO, 1978).

E um ponto bastante importante a ser frisado é que essa narrativa é seguida por uma modificação política, o término da união das Coroas Ibéricas, com o restauro da monarquia portuguesa com o Rei Dom João VI. O apoio da Companhia de Jesus na restauração e o relato de Figueira trouxeram a exclusividade dos cuidados do projeto missionário aos jesuítas, substituta da Ordem dos Franciscanos, a partir de 1640.

O crescimento da Companhia de Jesus fez com que 14 sacerdotes abandonassem Portugal e rumassem à Belém. A embarcação afundou próxima à ilha de Marajó e 11 sacerdotes morreram. Entre as vítimas jazia o Padre Luís Figueira. Esse episódio atrasou a ação missionária por mais alguns anos. Neste período, datam ainda a fundação de dois aldeamentos: Arucará ou Aricará, dos jesuítas, na margem direita do rio Xingu, fundado em 1639 e que deu origem à cidade de Souzel, atual Senador José Porfírio; Aldeamento Muturu, dos capuchos de São José, de 1635, que deu origem à cidade de Porto de Moz, também no rio Xingu.

A partir da chegada de novos religiosos, em especial o Padre Antônio Vieira, em 1653, ocorreu a instalação efetiva da Companhia na década de 1650. Este período, que se estende até 1686, é marcado como a segunda fase da atuação dos jesuítas na Amazônia, quando os conflitos entre os colonos e missionários sobre a mão de obra indígena são a principal marca.

O que se chama atenção é um ponto importante, ou seja, os colonos exigiram o direito de escravizar os indígenas e os missionários de evangelizá-los. As leis, hora cederam aos interesses dos colonos, hora aos religiosos. Os jesuítas foram expulsos pela primeira vez do Maranhão em 1661 e novamente em 1684. Apesar das derrotas, a Companhia cresceu e instalou dezenas de missões, nos atuais estados do Amazonas e do Pará.

Foram criando aldeamentos em seu alto curso, na área do Tocantins, região de Goiás e também na sua foz, em Cametá. É possível que tenha existido um aldeamento fundado por Luís Figueira, logo após a fundação de Belém, na região de encontro dos rios Tocantins e Araguaia, mas existem poucas e divergentes informações acerca de sua localização. Mas mesmo sem a fundação de aldeamentos, muitos jesuítas subiram os rios Tocantins e Araguaia para realizar a catequização. Essas viagens foram mais frequentes a partir da década de 1650, quando até o próprio Padre Antônio Vieira realizou uma viagem pelo Tocantins.

O primeiro jesuíta a ter contato com os Carajás, no Alto Tocantins, foi o Padre José Tomé, em 1655, que trouxe mais de mil índigenas. Francisco Velloso, em 1658, desceu outros mil Tupinambás dessa região. Manuel Nunes, em 1659, trouxe mais de 1.500 índigenas da região da ilha do Bananal. Outros missionários fizeram esse trajeto até o final do século e trouxeram milhares de índigenas, pertencentes a diferentes povos para as missões do Baixo Tocantins, na área de Cametá (LEITE, 1943). Os descimentos eram realizados com o objetivo de “obter” índigenas para os aldeamentos, ocasião em que ocorreram os deslocamentos populacionais, relação forçada entre diferentes povos e, sobretudo, subjugação dos grupos índigenas.

O final desse período foi caracterizado pela violenta expulsão dos jesuítas do Maranhão, em 1684. O Padre Antônio Vieira tinha inspirado a lei de liberdade indígena, em 1680, que proibiu todo o tipo de cativo indígena no Maranhão. A nova legislação não agradou aos colonos da época o que culminou na expulsão dos religiosos pela população em outubro de 1684, no episódio conhecido como a “Revolta de Beckman”, nome de família dos líderes do movimento.

Como meio de tentar proteger o território amazônico a Coroa Portuguesa buscou o auxílio das forças armadas, na construção de fortes e fortalezas e também com a ajuda de religiosos nas missões e aldeamentos. Com base nisto muitos autores denominaram a ocupação de “espada e cruz”, pois havia a articulação destas duas frentes: a militarização e a religiosidade.

No ano de 1686, D. Pedro II (de Portugal), instaurou o Regimento das Missões. Com esse documento, foi marcado o retorno dos religiosos da Companhia de Jesus para o Maranhão, de onde haviam sido expulsos dois anos antes, e foi iniciado o terceiro período de ação dos jesuítas, que durou até 1760, quando foram expulsos definitivamente do país. A Companhia de Jesus, nesse período, se transformou em um dos maiores e mais bem-sucedidos poderes privados da Colônia. Por isso, minha interpretação é que, além da ocupação do território, houve também a ocupação ideológica na Colônia.

Em 1688, foi promulgada nova lei, permitindo a escravização indígena, e foi revogada em 1705 (HOORNAERT, 1990). O regimento entregou aos religiosos o controle temporal e espiritual dos indígenas aldeados, proibiu mantê-los em cativeiro e também a moradia de homens brancos e mestiços nos aldeamentos, incumbiu novos descimentos, entre outras medidas. Em 1757, o regimento foi substituído pelo Diretório dos Índios.

Todo o Vale Amazônico, no final do século XVII, esteve sob o domínio dos jesuítas, cujas fazendas e feitorias haviam se transformado em empreendimentos econômicos promissores, mas a Companhia de Jesus não conseguiu alcançar de maneira satisfatória o número de aldeamentos e fazendas que se dispôs a fundar, ficando a catequese em segundo plano. Por pressão das outras ordens religiosas, então instaladas no Maranhão, uma Carta Régia de 1693 determinou a divisão das missões da Amazônia entre as ordens religiosas já instaladas no Norte. A Companhia de Jesus ficou com as missões da margem direita do Amazonas e margem esquerda do rio Negro e Iça, os capuchos de Santo Antônio com o Cabo Norte até o rio Jari e Paru e os capuchos da Piedade o Gurupá, Urubu e Trombetas. Em 1694, uma nova decisão cedeu aos Mercedários às missões do Urubú e aos Carmelitas, o rio Negro e Solimões (HOORNAERT, 1990).

A ação dessas ordens foi fundamental para a ocupação do território e expansão das fronteiras portuguesas em milhares de quilômetros com relação ao Tratado de Tordesilhas. Por volta de 1740, havia mais de 60 missões religiosas, com população superior a 50.000 habitantes (REZENDE, 2006, p. 115). O processo de conquista da Amazônia podia então ser considerado bem-sucedido.

Portanto, em menos de dois séculos, houve uma transformação radical no panorama amazônico. Até o início do século XVI, pouca coisa tinha mudado desde o descobrimento. No entanto, em pouco tempo, deslocaram-se para a região os franceses, holandeses, ingleses, portugueses e espanhóis. Na primeira metade do século XVI, estava concretizada a ocupação portuguesa, com a expulsão dos estrangeiros e instalação das missões religiosas. As bandeiras adotaram a geografia nacional e fizeram os primeiros e mais violentos contatos com as populações indígenas nativas.

Como relatado por diversos viajantes, as margens dos rios amazônicos eram densamente povoadas. Nesse primeiro século de ações europeias, as populações nativas foram escravizadas, perseguidas e assassinadas, e, ao fim, reduzidas em missões religiosas. No século seguinte, as mesmas margens, que antes eram povoadas, agora já estavam completamente abandonadas. Os povos indígenas, que lutaram ali, subiram o Amazonas, em busca da terra firme, longe das violências coloniais.

Em resumo todo o processo de migração ideológica no que tange à religiosidade foi responsável pela migração física e pelo aniquilamento da existência de boa parte das populações indígenas do sudeste do Pará. Ainda que não tenha existido aldeamentos no médio curso do rio Tocantins, este serviu de caminho para os deslocamentos das populações indígenas para a região de Belém.

D) Mercedários

A Ordem Real, Celestial e Militar de Nossa Senhora das Mercês para a Redenção dos Cativos, também conhecida como Ordem de Nossa Senhora das Mercês, é uma Ordem Romano Católica Mendicante fundada por volta de 1218 por São Pedro Nolasco, na cidade de Barcelona. Os seus membros são popularmente conhecidos como freis ou frades mercedários. É válido destacar que ambos são das especificidade da Ordem de Nossa Senhora das Mercês, desde a sua criação, é o fato de seus membros fazerem um quarto voto, sendo ele: morrer, se preciso for, por quem estiver em perigo de perder a sua fé. Atualmente a Ordem dos Mercedários está presente em 17 países, dentre eles o Brasil.

A Ordem das Mercês foi uma das muitas dezenas de instituições que surgiram na Europa durante os séculos XII e XIII com o objetivo de realizar caridade. As ações dos mercedários consistiam em resgatar os cristãos cativos de mãos muçulmanas.

A Ordem dos Mercedários foi um movimento popular de piedade pessoal organizado inicialmente por Nolasco no início do século XIII, criada com o intuito de lutar pela libertação de homens comuns que não possuíam meios de negociar sua liberdade, chamados de “pobres de Cristo”. No século XV, um movimento cresceu entre os monastérios da Ordem procurando um estilo de vida mais rigoroso, observando mais estritamente as regras de Santo Agostinho sob as quais os frades viviam. Esse movimento se espalhou e ganhou a aprovação do mestre-geral da Ordem. Como resultado da Contrarreforma, estimulado pelo Concílio de Trento nos séculos seguintes, este objetivo foi reavivado e desenvolvido pelo Frei João Batista do Santíssimo Sacramento.

Para uma pequena comunidade de frades, foi autorizado abrir seu próprio mosteiro, sob a liderança do Frei João Batista, em 1603, aderindo a uma forma mais simples de vida e de seu hábito religioso e vestindo apenas sandálias. Esses religiosos tomaram o nome de Mercedários Recoletos e, posteriormente, como Mercedários Descalços.

No Pará, sabe-se que a Igreja de Nossa Senhora das Mercês foi fundada pelos padres Mercedários Pedro de La Rua e João das Mercês, que se fixaram no estado em 1640, iniciando

a construção de um pequeno convento, feito com taipa e coberto por palha. Logo, a igreja foi reformada com taipa-de-mão e pilão.

Em 1794, os mercedários foram expulsos da província, seus bens foram sequestrados por ordem régia, sendo incorporados à Coroa. Depois disso, a igreja ficou abandonada por muitos anos, até que D. Santino reabriu o local, em 1913, quando assumiu a arquidiocese e fez a sua restauração.

Como já foi mencionado, as ações dos missionários, durante o século XVII, ocorriam como forma de controle territorial, na formação do território paraense. Segundo Tavares (2008), esse controle era “baseado na construção de fortins nos locais de concentração de população indígena, com o objetivo de capturá-los e impedir sua aliança com as nações europeias, e na introdução de companhias religiosas com objetivo de pacificar os indígenas” (TAVARES, 2008, p. 62). O território então foi demarcado e dividido entre as ordens religiosas carmelitas, franciscanos, mercedários e jesuítas. Assim, foi feita a divisão: os carmelitas ficaram com o vale dos rios Negro, Branco e Solimões; os franciscanos ficaram com a margem esquerda do baixo Amazonas e o centro de Gurupá até o rio Urubu Cabo Norte, Marajó e Baixo Amazonas; os mercedários, com o vale do Urubú e, por fim, os Jesuítas ficaram com o sul do Amazonas, norte do país, até a fronteira com as pressões espanholas, abrangendo os rios Tocantins, Xingu, Tapajós e Madeira. Possivelmente, essa divisão justifique a maior contribuição das Missões Jesuítas na formação do estado do Pará. Pelo menos dentre os movimentos religiosos pesquisados, os jesuítas são os mais presentes na constituição identitária paraense, confirmando a ocupação ideológica desse território pelos jesuítas.

1.2 Povos indígenas: da resistência à insurgência

No sudeste paraense, assim como em grande parte da região Sul do Pará, há uma numerosa presença dos povos indígenas. Segundo Violeta Refkalefsky Loureiro, em seu livro *A Amazônia no século XXI* (2009, p. 121), não só o estado do Pará, mas a Amazônia de um modo geral, tornou-se o último refúgio,

resistência dos mais antigos e legítimos donos da terra brasileira frente às populações que adentram para o interior da região, colocando-os em risco [...]. Escorraçados durante séculos do resto do país, se refugiaram na Amazônia como último lugar onde se julgaram protegidos.

Por esse motivo, os povos indígenas dessa região migraram para outras regiões em busca de descobrir outros lugares para construir suas aldeias e preservarem suas vidas.

De acordo com Schmink e Wood (2012), os primeiros habitantes das bacias hidrográficas Tocantins-Araguaia e Xingu foram principalmente os indígenas do tronco linguístico Macro-Jê. Os autores ainda afirmam que foram os indígenas que apresentaram a castanha-do-pará aos jesuítas. Depois que jesuítas que conheceram esse produto natural, tornaram-no uma mercadoria de exportação e, de lá para cá, se tornou fonte de renda para muitos paraenses. Com o crescimento do extrativismo da castanha, houve violentos conflitos entre os indígenas Kayapó e Gavião, em decorrência das invasões dos exploradores da castanha a terras indígenas.

Os confrontos relacionados à distribuição de terras entre indígenas e não indígenas ainda se faz presente no Brasil. Vale ressaltar que até os dias atuais é perceptível a representação do indígena como atrasado, que não contribui para o desenvolvimento econômico do país, pelo contrário, atrapalha o progresso. Loureiro (2009) relaciona a identidade indígena aos conflitos fundiários, considerando um retrocesso dissociar identidade indígena e lutas fundiárias. A autora ainda afirma que

setores da elite brasileira entendem que o país não pode ‘desperdiçar’ terras com segmentos minoritários da sociedade brasileira que não geram impostos e imobilizam terras que seriam mais produtivas com outra e melhor destinação econômica; além disso, as terras indígenas representariam obstáculos frente a empreendimentos produtivos de particulares ou de infraestruturas pretendidas pelo Estado. (LOUREIRO, 2009, p. 125)

Considerados como grupo minoritário, que não contribuem para o crescimento econômico do país, os indígenas são inferiorizados e colocados à margem da sociedade. Isso ocorre devido a ótica do colonizador e explorador, pois afirmam que os indígenas usam a terra, mas não geram lucratividade para o país. Geram-se assim, fortes conflitos e lutas pela apropriação das terras que por lei e por direito são dos indígenas.

Loureiro (2009, p. 131) relata que a luta pela terra vai além de uma briga por ideais; torna-se uma luta de sobrevivência, em que as terras indígenas acabam sendo alvo de “projetos de assentamentos de colonos, estradas, ferrovias, linhas de transmissão, inundações por represas de hidrelétricas e, ainda, a contaminação de rios por mercúrio proveniente de garimpos, agrotóxicos e outros elementos que comprometem a sobrevivência física e cultural dos grupos”. São terras cobiçadas por apresentarem uma ótima preservação e, na maioria das vezes, às margens dos rios, o que resulta em objeto de ambição dos grandes latifundiários e até mesmo de muitos políticos.

As nomeações de lugares desvelam disputas ideológicas travadas, por meio dos espaços simbólicos também em disputas com as (i)migrações forçadas pela colonização.

Assim, de modo a inter-relacionar linguagem, conhecimento, identidade e terra, que para os povos indígenas são indissociáveis, é importante refletir sobre os impactos da intervenção colonizadora no mundo indígena por meio de sua manifestação na reconfiguração simbólica do mundo, tais como a reconfiguração linguística. Os processos e práticas de nomeação de lugares, através da toponímia, podem ser uma evidência da manifestação desses impactos.

Dick (1990, p. 64) afirma que assim que um elemento se transforma em um fator determinante para a condição do homem, ele passa a ganhar interesse e utilidade, que pode influenciar diretamente nos topônimos de uma região, e reitera ainda que “o recorte de um ‘morro’, os contornos de uma ‘serra’, [...] o volume das águas de um rio, o seu ‘curso acidentado’, entremeado de ‘corredeiras’ [...] ou, ao contrário, a ‘suavidade’ de seu declive, tudo pode ser causa de motivação toponímica”. O que nos deixa convencidos da importância dos rios ou das águas para os indígenas, por refletir na nomeação de muitos municípios que na classificação toponímica são definidos como hidrotopônimos: Água Azul do Norte, Brejo Grande do Araguaia, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento, Parauapebas, Rio Maria e Xinguara, são exemplos de topônimos classificados como hidrotopônimos⁴.

O elemento natural ‘água’ influencia de modo direto na nomeação dos lugares, é uma presença importante na construção simbólica dos povos indígenas, evidenciada por meio da criação ou reprodução de mitos. De acordo com Ana Pizarro, em seu livro *Amazônia: as vozes do rio: imaginário e modernização*, as pessoas que residem no interior,

os ribeirinhos, os quilombolas, habitantes das comunidades indígenas, seringueiros, os setores populares não urbanos em geral, mas também os setores urbanos, todos vivem mergulhados num universo mitológico em que a realidade e a ficção não têm fronteiras (PIZARRO, 2012, p. 189).

As comunidades indígenas são rodeadas de mitos, muitas vezes, com a função de explicar a origem de muitas coisas, incluindo a própria origem de muitos desses povos, seus mitos, práticas e saberes, transmitidos de gerações para gerações, pelas práticas de oralidade. Luís da Câmara Cascudo, em seu livro *Literatura oral no Brasil*, afirma que “o indígena conta horas e horas, [...] noites e noites, um milhar de estórias de guerra, caça, pesca, origem de várias cousas, [...] A massa desses conhecimentos tradicionais é maior do que calcula o otimismo perguntadeiro do ‘branco’” (CASCUDO, 2006, p. 93).

⁴ Classificação mais detalhada no capítulo 3.

Para o autor, a união de “estórias, lendas, danças e canto completa o sentido da vida indígena”, isso as torna indispensáveis, porque explica o mundo, “justificando-o aos olhos de sua curiosidade. Todas as cousas têm uma História no Tempo e uma estória para a sua divulgação compreensiva, a parte exotérica da cultura ameríndia.” (CASCUDO, 2006, p. 93). Portanto, os indígenas fazem uso da oralidade para transmitirem as suas estórias, seus valores, dentre eles, podemos enfatizar o respeito aos elementos naturais presentes em suas vidas.

Assim, os rios ganham destaque na cultura indígena, da mesma forma que são relevantes na cultura dos ribeirinhos por serem um dos meios de sobrevivência deles e, dependendo da localização em que vivem, é também o único meio que lhes permite locomoção. Os povos indígenas mantêm um modo de vida ligado à natureza e aos recursos naturais, passando a conhecer através da experiência adquirida no decorrer do tempo, os desafios que se deparam no dia a dia no lugar onde vivem e na sociedade de um modo geral. Criam-se vínculos com a natureza e a tratam com respeito, considerando o grau de importância que a água doce, assim como a floresta, tem na vida do homem (PIZARRO, 2012, p. 188/189).

Os povos indígenas, assim como toda a população, vivem o drama da “modernização descontrolada”, que chega de forma brutal e acelerada. Os indígenas e os ribeirinhos se sentem encurralados em muitas situações, lhes restando apenas a luta constante na defesa de seu lugar, de suas terras de cultivo, contra o “capitalismo incontrolável” que se manifesta na ganância desmedida dos grandes fazendeiros que almejam sempre tirar suas terras.

No que se refere à preservação da língua indígena, o professor José Ribamar Bessa Freire, em sua tese de doutorado, afirma que no século XVI não se encontrava um único falante de português na região amazônica e que a região contava com um percentual elevado de línguas indígenas. Segundo o autor, a língua portuguesa entrou na Amazônia por meio dos missionários e soldados no século XVII, fator este que impulsionou o desaparecimento de muitas línguas “centenas de línguas se acabaram na terra, para que o português pudesse emergir” (FREIRE, 2003, p. 16). Só restaram aquelas línguas, cujos falantes foram resistentes e lutaram por sua manutenção e preservação.

De acordo com Bessa Freire, dentre as muitas línguas presentes na Amazônia, uma delas funcionava como um meio de manter relações entre os povos diferentes, a denominada Língua Geral da Amazônia, o Nheengatu. Conforme defende em sua tese, “foi o Nheengatu e não o português a principal língua da Amazônia, presente nas aldeias,

vilas e cidades de toda a região” (FREIRE, 2003, p. 16).

O professor Freire apresenta questionamentos sobre a difusão da língua na região, relatando que foi veiculada por missionários por meio da catequese, que inicialmente recebiam o apoio do Estado e que mais tarde, em meados do século XVIII, houve uma alteração e o Estado passou a proibir o Nheengatu estabelecendo a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa. A propagação da Língua Geral da Amazônia feita pelos missionários portugueses apresenta questionamento acerca do desejo do controle que almejavam ter sobre os indígenas e que para eles seria mais prático o uso de apenas uma língua para a evangelização e transmissão das vontades do Estado.

Conforme o texto de Freire, com o uso obrigatório do português na Amazônia e no país como um todo, o Nheengatu foi perdendo as suas forças, deixando de ser uma língua regional e passou a ser apenas uma língua local, limitado apenas “ao alto Rio Negro, onde continuou sendo falada” (FREIRE, 2003, p. 16). Foi a única localidade, onde essa língua foi preservada e está mantida até os dias atuais.

Os municípios em estudo, nesta dissertação, apresentam em suas denominações influências das línguas Tupi. Esse aspecto nos leva a questionamentos acerca da propagação da Língua Geral Amazônica, de base Tupi, uma vez que, como foi relatado antes, a região amazônica foi uma localidade que teve um percentual elevado de línguas indígenas, a ponto de as comunidades locais sentirem a necessidade da criação de uma língua geral que facilitasse a comunicação entre os povos que viviam no território amazonense. Esses fatores nos levam a refletir sobre quais foram os motivos de o Tupi se sobrepôr as outras línguas e ganhar relevância no processo de nomeação de muitos municípios do sudeste do Pará, uma vez que convivia com línguas de outros troncos linguísticos na região.

Theodoro Sampaio, em seu livro *O Tupi na geografia nacional*, afirma que a expansão do Tupi ocorreu por meio dos colonizadores ou, como o autor afirma, “conquistadores europeus” e as numerosas expedições ou bandeiras que penetraram nos sertões para descerem escravos e indígenas, e para a pesquisa do ouro. Deveu-se “principalmente à catequese que tornou geral esse idioma bárbaro e o cultivou” (SAMPAIO, 1901, p. 11). Por meio da exploração dos colonizadores que a língua Tupi foi difundida pela região amazônica e por todo o país.

O autor afirma que a propagação da língua geral pelo Brasil se deu por intermédio dos grupos que partiam do litoral na busca pelo descobrimento e conquistas de novas localidades, que, em geral, falavam o Tupi (a língua geral) e, usando essa língua,

“designavam os novos descobertos, os rios, as montanhas, os próprios povoados que fundavam e que eram outras tantas colônias que, espalhadas nos sertões, falando também o Tupi e encarregando-se naturalmente de difundi-lo” (SAMPAIO, 1901, p. 12). Esses são fatores que justificam a influência da língua indígena Tupi nas denominações de muitos topônimos de origem geográficas do estado paraense, assim como os de inúmeras localidades do Brasil.

1.3 Enunciação da problemática da pesquisa.

Com base no exposto nas subseções precedentes, podemos constatar como o sudeste do Pará foi se constituindo e se consolidando sociohistoricamente como uma “terra disponível para a ocupação e a exploração”, “sem amparo de lei”, “sem ninguém”. Foi com essa representação e mentalidade que chegamos ao século XX e, assim,

A migração para o sudeste do Pará, nas décadas de 1970 e 1980, foi realizada por uma população social e culturalmente heterogênea. Portanto, este período, constituiu-se num momento crucial das experiências de deslocamentos espacial, social e cultural para todos os envolvidos, isto é, o momento da percepção e da negociação da diferença cultural. Atuamos no campo das lutas de representação, porque fazemos uso e disputamos o poder simbólico de nomear os significados das experiências humanas no tempo (SILVA, 2006, p.08).

A (i)migração populacional, a física/material, e simbólica, imaterial/ideológica, que reconfigura o mundo, os espaços e os lugares no sudeste do Pará, reconfigura também as cosmopercepções (as representações, as subjetividades, as consciências, as emoções, os sentimentos em geral) que o imaginário acadêmico hegemônico tem conceituado genericamente de “identidade”.

Os espaços, os lugares e as cosmopercepções foram ocupadas física e ideologicamente pelas constantes e diversas (i)migrações, desde as primeiras invasões coloniais extrativistas/exploradoras, escravagistas e missionárias até as atuais. A ocupação física e ideológica do sudeste do Pará reconfigura e, muitas vezes, transfigura, os espaços e os lugares. Uma das evidências dessa re/transfiguração se manifesta nos processos e práticas de nomeação dos lugares, isto é, na toponímia, sobretudo onde se percebe disputa sociolinguística, o tensionamento do espaço enunciativo entre as línguas indígenas e a língua de colonização, seja no passado ou na atualidade.

Por isso, é importante enfatizar, este estudo dos processos e práticas de nomeação de lugares, embora parta da descrição, interpretação e discussão dos topônimos, considerando a

relevância dos estudos toponímicos, uma área consolidada no Brasil, está vinculado à Sociolinguística e é um estudo de abordagem político-linguística dos processos e práticas de nomeação de lugares.

A principal preocupação deste estudo é com os conflitos e tensões históricas e políticas, nas disputas por lugares – as lutas fundiárias – e por espaços – as disputas linguísticas –, geradas pelos impactos dos diferentes processos (i)migratórios no sudeste do Pará, que se manifestam, no caso específico desta discussão, nas nomeações dos lugares. As nomeações são entendidas como práticas de linguagem que interferem, modificando a realidade. Assim, em síntese, nessa perspectiva, o ato de nomear é um ato de poder, gerador de conflitos.

2 NOÇÕES DE TOPONÍMIA

As diferentes línguas, possuem cada qual um vasto campo na composição de seu léxico. Os usuários de uma dada língua, então dispõem de um acervo de palavras, no entanto, a escolha para o uso de cada palavra não é aleatória, principalmente quando se trata do processo de nomeação, são considerados as memórias, a cultura, contexto sócio-histórico e a vivência de cada indivíduo ou comunidade (DIAS, 2016, p. 32).

Por meio do uso das palavras, o indivíduo se depara com a necessidade de dar nomes às coisas, seres reais ou irrealis. Ao nomear, estabelece-se uma relação de aproximação, poder e autonomia entre quem nomeia e o que/quem é nomeado. Assim, dos estudos dos nomes próprios e dos processos de nomeação constitui a ciência da Onomástica. O termo “onomástica”, de origem grega, significa “ato de nomear, dar nome”.

Onomástica surge em meados do século XIX, como um ramo da Linguística, que mantém relações com a História, Geografia, Antropologia, Sociologia e demais ciências, evidenciando um estudo interdisciplinar, se estendendo além dos aspectos linguísticos, abrangendo o social, o histórico e o cultural. Essa ciência, por sua vez, divide-se em duas áreas, a Antroponímia e Toponímia.

A Antroponímia (Antropo + nímia, o primeiro significa homem e o segundo nome, significando em “nome de homem”). Antroponímia estuda particularmente os antropônimos, ou seja, os nomes próprios designados a pessoas, sejam prenomes ou apelidos, evidenciando sua origem, evolução e variação em função de local, época e costumes.

A Toponímia (Topo + onímia, sendo que o primeiro termo significa lugar e o segundo do grego *ónoma*, -atos, nome + -ia, explana a noção de nome, significando a ciência que estuda os nomes de lugares). A Toponímia, então, ocupa-se do estudo dos topônimos, isto é, nomes dos lugares, seus significados, suas origens, suas transformações e as motivações que influíram nas escolhas desses nomes, a qual será objeto de estudo dessa pesquisa. Levando em conta o próprio significado do nome topônimo, em que o termo é formado por dois radicais gregos: *topos* + *ônimo*, em que o primeiro significa lugar e o segundo nome, ou seja, o *nome* de um *lugar* (ABL, 1999). Sendo assim, os topônimos são nomes dados a lugares.

E o próprio ato de nomear lugares é uma atividade muito antiga, “a nomeação dos lugares sempre foi atividade exercida pelo homem, desde os primeiros tempos alcançados pela memória humana [...] O livro sagrado dos cristãos reflete uma coletânea singular de nomes, topônimos e antropônimos dos mais antigos noticiados” (DICK, 1990). Os escritos bíblicos já

alistavam nomes de países como Egito, Israel e Grécia, cidades como Jericó, Jerusalém e Belém, regiões, reinos, planícies e montes.

Segundo Dick (1990, p.1-2), os estudos acerca dos topônimos sob o caráter sistematizado iniciaram-se na Europa, mais especificamente na França, por volta de 1878, tendo como precursor Auguste Longnon, o qual implantou os estudos toponímicos sob forma de disciplina regular em duas escolas francesas, que posteriormente resultaram em obras produzidas por seus alunos, deixando assim alguns seguidores nessa linha de pesquisa, como Albert Dauzat. No Brasil os estudos toponímicos iniciaram com a participação de Levy Cardoso, que colocou em evidência apenas os topônimos de particularidades indígenas, não explorando as demais extensões dos topônimos brasileiros.

As pesquisas acerca da toponímia brasileira, com o caráter mais sistematizado e abrangente, deu-se com os primeiros trabalhos de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, na Universidade de São Paulo, sendo até hoje, essa pesquisadora grande referência dos estudos toponímicos brasileiros. Atualmente, já existem diversos trabalhos voltados para os topônimos em todo o país, principalmente nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Tocantins, entre outros. O Pará, segundo estado em extensão territorial do Brasil, é um dos estados brasileiros com poucos estudos sobre toponímia, conforme já o dissemos aqui.

A toponímia, de acordo com a classificação taxionômica de Dick (1990), está voltada para duas perspectivas: o homem e a natureza; o homem e o meio sócio cultural. Assim os estudos toponímicos regionais mostram as características de acordo com suas motivações.

Por meios dos estudos toponímicos é possível compreender as influências linguísticas de outros idiomas, reconstruir situações pretéritas, em seus aspectos físicos, sociais, econômicos, políticos, possibilitando observar traços da identidade de um povo. A importância da toponímia está na sua função de preservação das características típicas de uma região, firmados na nomenclatura, descritiva ou associativamente. Entretanto:

esta função cristalizadora da significância só se torna possível porque o nome de lugar exerce, concomitantemente, o papel de uma verdadeira crônica, em que os fatos atuais se projetam no futuro, através da inscrição onomástica, possibilitando, dessa forma, a sua análise posterior (DICK, 1990, p.22).

Diante disso, nota-se que a toponímia é um vasto campo de memória coletiva de uma comunidade, já que, os nomes de lugares apontam características fundamentais no âmbito social, político e ideológico da designação nominativa a partir de um processo diacrônico.

Tendo em vista a condição pluridisciplinar do signo toponímico, oscilando entre a Linguística, História, Sociologia, Geografia e outras ciências, é plausível atestar que ele concebe uma maneira para conhecer e/ou reconhecer:

- i) a história dos grupos humanos que vivem ou viveram na região;
- ii) as características físico-geográficas da região;
- iii) as particularidades socioculturais do povo;
- iv) extratos linguísticos de origem diversa da que é utilizada contemporaneamente, ou mesmo línguas que desapareceram;
- v) as relações estabelecidas entre os agrupamentos humanos e o meio ambiente. Desse modo, que a Toponímia constitui uma estreita relação com o patrimônio cultural e indenitário de um povo.

Com os estudos toponímicos, é possível realizar uma análise linguística, discutir as influências de aspectos físicos, sociais, econômicos e políticos sobre os nomes de lugar. É, portanto, possível identificar marcas da identidade de uma comunidade. De acordo com Dick (1990), a importância da toponímia está na sua função de preservação dos registros mais importantes de um povo, como sua história e memória. A memória aqui considerada, é a memória coletiva, fruto de “uma reconstrução continuamente atualizada do passado” (CANDAUI, 2016, p. 9).

O topônimo não é algo estranho ou alheio ao contexto histórico-político da comunidade. Sua carga significativa guarda estreita ligação com o solo, o clima, a vegetação abundante ou pobre e as próprias feições culturais de uma região em suas diversas manifestações de vida (DICK, 1990. p. 47).

Ao realizar esse estudo, foi possível problematizar os nomes das cidades que compõem a mesorregião sudeste do Pará, considerando os aspectos históricos, culturais e ideológicos marcados no processo de colonização da região, marcada pela exploração e (i)migração, como demonstrado nas seções anteriores.

2.1 As taxionomias toponímicas

As taxionomias toponímicas foram elaboradas por Dick com o objetivo de organizar e categorizar as características motivacionais tendo em consideração os topônimos, as recorrências de algumas características, como também o padrão motivacional, as características toponímicas, as características dos acidentes geográficos físicos e antropoculturais.

Considerando que os estudos toponímicos transitam entre várias ciências, como já dito, a História, a Geografia, a Sociologia e a Linguística, então, mesmo que a materialidade seja a mesma, o topônimo, é possível que se tenha várias abordagens e resultados a depender do ramo da pesquisa e dos objetivos do pesquisador:

As características particulares da disciplina toponímica, como “a busca da origem e a significação dos nomes de lugares e suas transformações linguísticas”, a distribuição quantitativa e qualitativa dos topônimos, em uma área determinada, transformam-na em objeto de estudo para historiadores, geógrafos e linguistas. As tendências metodológicas da geonomástica distribuem-se, portanto, no eixo dominantes das formações intelectivas dos pesquisadores, ocasionando, como principal resultado, várias concepções de abordagem técnica e não apenas uma só diretriz relativa à sistematização de seus princípios gerais (DICK, 1990, p. 23).

Ao elaborar as taxionomias Dick deixa as taxes como um instrumento a ser utilizado de acordo com as demandas da pesquisa e interpretação de seu pesquisador, uma vez, que as classificações propostas por Dick (1990) não devem ser vistas como engessadas e sem margens para adaptações o “modelo taxeonômico que se elaborou deve, portanto, ser interpretado como um instrumento de trabalho que permitirá a aferição objetiva de causas motivadoras dos designativos geográficos, procurando suprir as demandas da pesquisa. Dick (1990, p.26)

A organização das características em taxes, de acordo com a autora, deve ser vista mais como uma orientação metodológica de organização toponímica, uma vez que, a “[...] escolha não implica, diga-se de passagem, em qualquer razão subjetiva ou preferencial, implícita em uma ou outra das categorias classificatórias” (DICK, 1990, p. 113), mas é, sim, exclusivamente uma forma de organização sistemática que auxilia de forma significativa o trabalho do pesquisador em relação aos estudos da Toponímia.

A Toponímia, organiza-se em 27 taxionomias, sendo 11 de Natureza Física e 16 de Natureza Antropocultural, tais como: Astrotopônimos, topônimos motivados pelos corpos celeste, fitotopônimos, topônimos de natureza vegetal, hidrotopônimos, topônimos resultantes de acidentes hidrográficos, antropotopônimos, topônimos motivados por nomes próprios individuais, corotopônimos, topônimos motivados por nomes de lugares, países, estados, regiões e continentes, Hierotopônimos, topônimos relativos aos nomes sagrados de diversas crenças, dentre outros, que são estabelecido de acordo com suas motivações. As taxionomias serão melhor conceituadas e exemplificadas nos quadros 1 e 2 na próxima seção.

2.1.1 Classificação das taxes

Nesta seção, tratamos sobre a explicação das taxes organizadas por Dick (1990). Como evidenciamos anteriormente, Dick (1990) organizou os topônimos em taxionomias divididas

em natureza física e antropocultural. A primeira, natureza física, é subdividida em 11 taxes que possuem características que abarcam os mais variados tipos de topônimos. Como se observa no quadro seguinte.

Quadro 1: Taxionomia de Natureza Física

Taxionomia	Descrição
Astropotônimos	Topônimos relativos aos corpos celestes em geral. Ex. Estrela (BA); rio da Estrela.
Cardinotopônimos	Topônimos relativos às posições geográficas em geral. Ex. Água Azul do Norte (PA); Ourilândia do Norte (PA).
Cromotopônimos	Topônimos relativos a cor. Ex. Breu Branco (PA); rio Negro (AM); serra Azul (SP).
Dimensiotopônimos	Topônimos relativos às características dimensionais dos acidentes geográficos, como extensão, comprimento, largura, grossura, altura, profundidade. Ex. Mato Grosso (MT); Igarapé Profundo (RO); serra Curta (BA).
Fitotopônimos	Topônimos de índole vegetal, espontânea, em sua individualidade, em conjunto da mesma espécie, ou espécies diferentes, além de formações não espontâneas. Ex. Floresta do Araguaia (PA); Cumaru do Norte (PA); Tucumã (PA).
Geomorfotopônimos	Topônimos relativos às formas topográficas: elevações, montanhas, morro, colina, vale, baixada, costa, ilha, porto. Ex. Colinas do Tocantins (TO); Costa Rica (MT); Cabo Frio (RJ).
Hidrotopônimos	Topônimos resultantes de acidentes hidrográficos em geral. Ex. Parauapebas (PA); Xinguara (PA); Brejo Grande do Araguaia.
Litotopônimos	Topônimos de índice vegetal, relativos à constituição do solo, representados por indivíduos, conjunto da mesma espécie, ou espécies diferentes. Ex. Ourilândia do Norte (PA); Barrolândia (TO).
Meteorotopônimos	Topônimos relativos a fenômenos atmosféricos. Ex. riacho das Neves (BA); serra do Vento (PB)
Morfotopônimos	Topônimos que refletem o sentido de forma geográficas. Ex. Ilha Quadrada (RS); lagoa Redonda (BA).
Zootopônimos	Topônimos de índole animal, representados por indivíduos domésticos, não domésticos e da mesma espécie. Ex. Jacundá (PA); rio do Boi (MG); Patos de Minas (MG).

Fonte: dados adaptados de Dick (1990)

Vejamos agora no quadro (2) as taxes classificadas como antropoculturais, em seu total são 16 taxes, 5 a mais do que as taxionomias de natureza física. As taxes de natureza antropocultural se caracterizam pelas relações estabelecidas pelo homem em uma sociedade e seus aspectos históricos e culturais.

Quadro 2: Taxionomias de Natureza Antropoculturais

Taxionomia	Descrição
Animotopônimos ou Nootopônimos	Topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual, abrangendo todos os produtos do psiquismo humano. Ex. cachoeira da Saudade (MT); Almas (TO).
Antropotopônimos	Topônimos relativos aos nomes próprios individuais. Ex. Abel Figueiredo (PA); Ulianópolis (PA); Bannach (PA).
Axiotopônimos	Topônimos relativos aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios ou individuais. Ex. Dom Eliseu (PA); Presidente Prudente (SP); Duque de Caxias (RJ).
Corotopônimos	Topônimos relativos aos nomes de cidades, países, regiões, continentes. Ex. Paragominas (PA); Goianésia do Pará (PA).
Cronotopônimos	Topônimos que encerram indicadores cronológicos representados em toponímia, por novo/nova, velho/velha. Ex. Novo Repartimento (PA); Velha Boipeba (BA).
Ecotopônimos	Topônimos relativos às habitações de um modo geral. Ex. Sobrado (BA); Taipas do Tocantins (TO).
Ergotopônimos	Topônimos relativos aos elementos da cultura material. Ex. córrego da Flecha (MT); Relógio (PR).
Etnotopônimos	Topônimos relativos aos elementos étnicos, isolados ou não. Ex. rio Xavante (MT); rio Javaé (TO); Xambioá (TO).
Dirrematopônimos	Topônimos constituídos por frases ou enunciados linguísticos. Ex. Há mais tempo (MA); Deus me livre (BA).
Hierotopônimos	Topônimos relativos aos nomes sagrados de diferentes crenças: às associações religiosas; às efemeridades religiosas; aos locais de culto. Os hierotopônimos podem apresentar, ainda, duas subdivisões: a) Hagiotopônimos: topônimos relativos aos nomes de santos e santas do hagiólogo romano. Ex. Conceição do Araguaia (PA); São Félix do Xingu (PA). b) Mitotopônimos: topônimos relativos as entidades mitológicas. Ex. ribeirão do Saci (ES); Jurupari (AM).
Historiotopônimos	Topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico social e aos seus membros, assim como às datas correspondentes. Ex. rio 7 de Setembro (MT); rua Vinte e Um de Abril (SP).
Hodotopônimos	Topônimos relativos às vias de comunicação rural ou urbana. Ex. Ladeira Vermelha (PA); Estradas (AM).
Numerotopônimos	Topônimos relativos aos adjetivos numerais. Ex. Duas Barras (BA) Dois Irmãos (TO).
Poliotopônimos	Topônimos constituídos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial. Ex. serra da Aldeia (PB); Arraial (BA).
Sociotopônimos	Topônimos relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade. Ex. serra do Sapateiro (SP); Engenho Novo (MG).
Somatotopônimos	Topônimos empregados em relação metafórica a partes do corpo humano ou do animal. Ex. Pé de Galinha (BA); Pé de Boi (SE).

Fonte: dados adaptados de Dick (1990)

Dick (1990) reconhece que a organização dos topônimos em *taxes* não é uma norma fechada, foi elaborada considerando as características e números de ocorrências inseridas na realidade da toponímia brasileira. Dessa forma, é possível o surgimento de novas *taxes*, considerando a organização realizada pelo pesquisador.

Após a breve abordagem acerca da Toponímia e suas classificações taxionômicas de acordo com suas características, partiremos para a descrição propriamente da materialidade empírica da presente pesquisa. O objetivo do próximo capítulo é apresentar a materialidade empírica da pesquisa, sua organização, classificação e realizar uma descrição e abordagem linguística toponímica dos topônimos pesquisados.

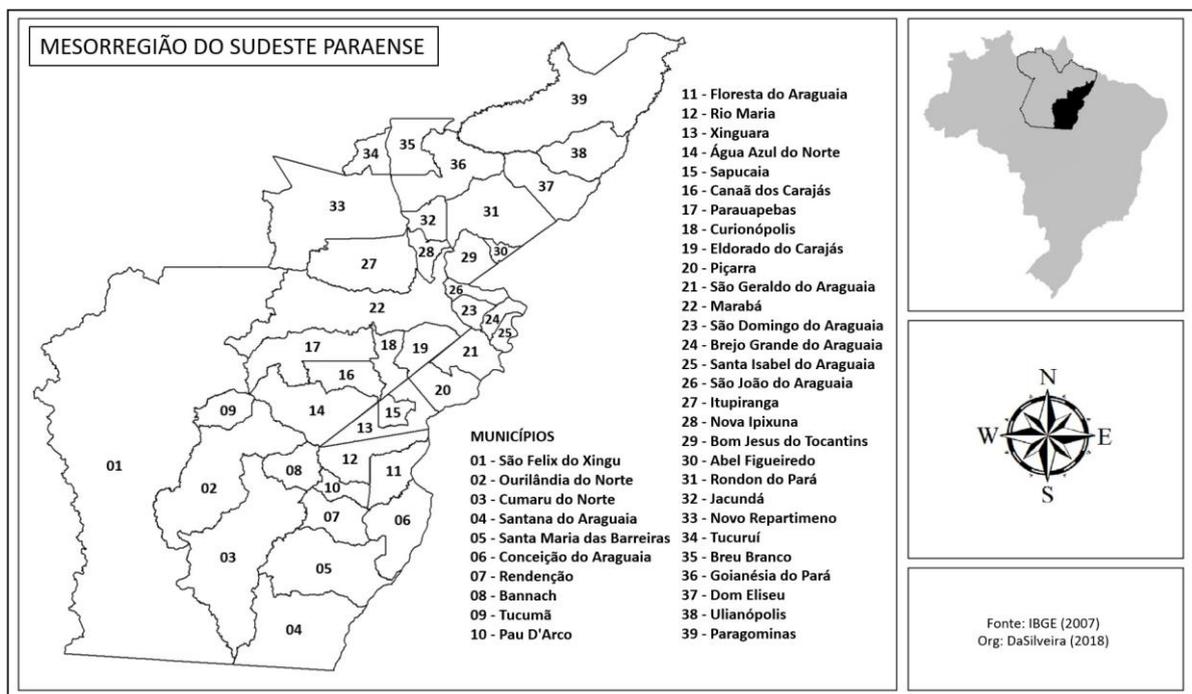
3 POSTURAS E ABORDAGENS ADOTADAS NA PESQUISA

3.1 O Lócus de Enunciação

3.1.1 Mesorregião sudeste do Pará

De acordo com o IBGE (2016), o estado do Pará está dividido em seis mesorregiões, cada qual portadora de suas peculiaridades. A mesorregião sudeste do Pará abrange uma área de 297.344.257 km², dividida em 39 municípios agrupados em 7 microrregiões, nas quais se localizam os topônimos desta pesquisa, como ilustra a figura 1.

Figura 1: Mapa da mesorregião do sudeste paraense



Fonte: DIAS (2018, p. 359)

As sete microrregiões que compõem a mesorregião sudeste paraense são sediadas pelos municípios de Conceição do Araguaia, Marabá, Paragominas, Parauapebas, Redenção, São Félix do Xingu e Tucuruí, assim como ilustra o quadro 3.

Quadro 3: Municípios da mesorregião sudeste do Pará

Estado	Mesorregião	Microrregião	Municípios
		Conceição do Araguaia	Conceição do Araguaia Floresta do Araguaia Santa Maria das Barreiras Santana do Araguaia

Pará	Sudeste	Marabá	Brejo Grande do Araguaia Marabá Palestina do Pará São Domingos do Araguaia São João do Araguaia
		Paragominas	Abel Figueiredo Bom Jesus do Tocantins Dom Eliseu Goianésia do Pará Paragominas Rondon do Pará Ulianópolis
		Parauapebas	Água Azul do Norte Canaã dos Carajás Curionópolis Eldorado dos Carajás Parauapebas
		Redenção	Pau d' Arco Piçarra Redenção Rio Maria São Geraldo do Araguaia Sapucaia Xinguara
		São Félix do Xingu	Bannach Cumarú do Norte Ourilândia do Norte São Félix do Xingu Tucumã
		Tucuruí	Breu Branco Itupiranga Jacundá Nova Ipixuna Novo Repartimento Tucuruí

Fonte: adaptado de BRASIL (1991)

Segundo dados de BRASIL (1991), a ocupação da mesorregião do Pará teve início em meados do século XVIII, por meio de atividades de subsistência como a garimpagem e a pecuária extensiva. Porém, somente no século XX é que houve uma maior e consistente povoação interna no local, devido à prática da coleta da castanha-do-pará, motivando os coletadores a adentrarem na região, conforme já adiantamos em outras seções desta dissertação. A construção da Rodovia BR010/153 ocasionou grandes movimentações nessa mesorregião, seja no aumento das atividades de exploração (extração da madeira, ouro, castanha-do-pará etc.), ou no aumento do fluxo financeiro.

A partir da década de 50, com a implantação de usina de energia elétrica, ferrovias e rodovias, houve conseqüentemente o aumento no fluxo migratório. Os processos migratórios contribuíram para que migrassem para mesorregião sudeste do Pará moradores de outros estados brasileiros, tais como do Maranhão, Goiás, Minas Gerais, Tocantins, Santa Catarina, dentre outros, os quais adentraram a região em busca de “melhoras”, riquezas e promessas de governantes políticos.

3.2 Abordagens à materialidade empírica

Este trabalho é qualitativo, bibliográfico e documental; tem como objeto de pesquisa os nomes dos municípios (topônimos) que compõem a mesorregião sudeste do estado do Pará, apresentados geograficamente na seção anterior pela figura 1 e distribuídos em relação, estado, mesorregião e microrregiões no quadro 1. Os topônimos são: Abel Figueiredo, Água Azul do Norte, Bannach, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Breu Branco, Canaã dos Carajás, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Curionópolis, Dom Eliseu, Eldorado dos Carajás, Floresta do Araguaia, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Marabá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento, Ourilândia do Norte, Palestina do Pará, Paragominas, Parauapebas, Pau d’ Arco, Piçarra, Redenção, Rio Maria, Rondon do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Domingos do Araguaia, São Félix do Xingu, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia, Sapucaia, Tucumã, Tucuruí, Ulianópolis e Xinguará.

A pesquisa foi realizada a partir de um levantamento de dados históricos, geográficos e linguísticos acerca dos municípios com o objetivo de realizar um estudo dos impactos dos processos migratórios nas práticas de nomeação e na formação da identidade da mesorregião do sudeste do Pará. Para isso, será realizada primeiramente uma descrição e análise linguística, visando à classificação dos topônimos, detendo-se nas motivações taxionômicas que se sobressaem nas designações nominativas propostas por Dick (1990) e posteriormente uma interpretação e discussão sob uma postura decolonial.

Neste capítulo, em específico, será feita uma descrição linguística dos topônimos de forma a evidenciar as motivações toponímicas que predominaram no ato denominativo. Para tanto, buscou-se interpretar os significados desses nomes a partir da etimologia, relacionada a aspectos extralinguísticos e com a estrutura morfológica dos topônimos.

3.2.1 Organização da materialidade empírica da pesquisa

Os conhecimentos considerados como materialidade empírica foi gerado, a partir de um levantamento preliminar no site do IBGE e nas obras: *Cidades do Pará: origem e significado dos nomes* (FERREIRA, 2003) e *Conflitos Sociais e a Formação da Amazônia* (SCHIMINK E WOOD, 2012). Com esse levantamento, foram organizados quadros individuais, baseados no modelo de ficha lexicográfico-toponímica⁵ de Dick (2004):

Quadro 4: Modelo de ficha lexicográfico-toponímica

Localização – Município: _____
Topônimo: _____
_____ A.G.: _____ Taxionomia: _____
Etimologia _____

Entrada Lexical: _____

Estrutura morfológica: _____

Histórico: _____

Informações enciclopédicas: _____

Contexto: _____
Fonte: _____
Pesquisador: _____ Revisor: _____
Data de Coleta: _____

Fonte: Dick (2004, p. 130)

De acordo com as necessidades e objetivos da pesquisa, o modelo da ficha lexicográfico-toponímica sofreu algumas adaptações para organizar as informações essenciais dos topônimos para este estudo. Nessas fichas, foram considerados os seguintes elementos:

Localização: refere-se à localização do município de ocorrência do topônimo de acordo com a mesorregião e microrregiões do estado do Pará.

⁵ As fichas lexicográfico-toponímica dos topônimos em estudo devidamente preenchidas estão em apêndice.

Município: refere-se ao município em que o topônimo está localizado.

Topônimo: configura-se ao nome do lugar.

Taxionomia: indica-se nesse item a taxa do topônimo, conforme a classificação de Dick (1990), visto que o nome de lugar evidenciado na ficha receberá uma classificação, por exemplo, antropotopônimo, para o topônimo “Bannach”, e corotopônimo, para o topônimo “Paragominas”.

Etimologia: aborda a origem do topônimo contida em dicionários ou outras publicações, citados nas fichas.

Estrutura morfológica: refere-se à classe gramatical, ao gênero e ao número de cada um dos topônimos, agrupados em esquemas ou estruturas morfossintáticas.

Informações enciclopédicas: Nesse item apresentam-se informações várias sobre o topônimo pesquisado, fundamentando a classificação sobre sua origem, sobre sua estrutura morfológica e sobre sua taxonomia, a partir de informações colhidas em dicionários ou outras fontes, cuja referência bibliográfica é informada nas fichas.

Fonte: apresenta-se o local no qual foi coletado o topônimo.

Na sequência, a materialidade empírica da pesquisa foi organizada, selecionada e distribuída em quadros, tabelas e gráficos, possibilitando a realização de um processo de quantificação. A apresentação da materialidade está exposta em tabelas e quadros, que facilitam o trabalho de descrição linguística, interpretação e discussão dos resultados.

A descrição linguística baseia-se em um estudo das taxas, fundamentada nas classificações taxonômicas (DICK, 1990), bem como um estudo etimológico, baseado em estudos lexicográficos e em dicionários etimológicos, tais como os de Cunha (2007), Houaiss (2001), Nascentes (1955). Além disso, as descrições morfológicas são feitas, segundo abordagem da Teoria Lexical (BASILIO, 2014). Assim, a descrição centra-se em aspectos linguísticos dos topônimos estendendo-se as interpretações que envolvem informações extralinguísticas, como, por exemplo, o contexto histórico-social.

3.2.2 *Classificação Taxonômica da materialidade empírica*

Para verificar as causas motivadoras das escolhas dos topônimos em evidência, são apresentadas as classificações taxonômicas dos topônimos propostas pela pesquisadora Dick (1990), a qual é responsável por uma parcela significativa dos estudos toponímicos no Brasil. Dick (1990, p. 31-34) distribui as taxonomias toponímicas em 27 taxas, das quais 11 estão

relacionadas aos aspectos da natureza física e 16, aos aspectos de natureza antropocultural do ambiente, evidenciando fatores motivadores orientados pela ordem física e antropocultural de suas ocorrências. A autora afirma ainda que

topônimo, em sua formalização na nomenclatura onomástica, liga-se ao acidente geográfico que identifica, com ele constituindo um conjunto de ou uma relação binômica, que se pode seccionar para melhor se distinguirem os seus termos formadores (DICK, 1990c. p.10)

É por meio dessas classificações e taxonomias propostas por Dick que a pesquisa busca se basear para a classificação dos topônimos em estudo. A seguir será apresentado um quadro com a lista dos topônimos e suas respectivas classificações:

Quadro 5: Classificação dos Topônimos

Topônimo	Natureza	Taxionomia
Abel Figueiredo	NA	Antropotopônimo
Água Azul do Nore	NF	Hidrotopônimo
Bannach	NA	Antropotopônimo
Bom Jesus do Tocantins	NA	Hierotopônimo
Brejo Grande do Araguaia	NF	Hidrotopônimo
Breu Branco	NF	Fitotopônimo
Canaã dos Carajás	NA	Hierotopônimo
Conceição do Araguaia	NA	Hagiotopônimo
Cumaru do Norte	NF	Fitotopônimo
Curionópolis	NA	Antropotopônimo
Dom Eliseu	NA	Antropotopônimo
Eldorado dos Carajás	NA	Corotopônimo
Floresta do Araguaia	NF	Fitotopônimo
Goianésia do Pará	NA	Corotopônimo
Itupiranga	NF	Hidrotopônimo
Jacundá	NF	Zootopônimo
Marabá	NA	Sociotopônimo
Nova Ipixuna	NF	Hidrotopônimo
Novo Repartimento	NF	Hidrotopônimo
Ourilândia do Norte	NF	Litotopônimo
Palestina do Pará	NA	Hierotopônimo
Paragominas	NA	Corotopônimo
Parauapebas	NF	Hidrotopônimo
Pau d' Arco	NF	Hidrotopônimo
Piçarra	NF	Litotopônimo
Redenção	NA	Hierotopônimo
Rio Maria	NF	Hidrotopônimo
Rondon do Pará	NA	Sociotopônimo
Santa Maria das Barreiras	NA	Hagiotopônimo
Santana do Araguaia	NA	Hagiotopônimo
São Domingos do Araguaia	NA	Hagiotopônimo
São Félix do Xingu	NA	Hagiotopônimo
São Geraldo do Araguaia	NA	Antropotopônimo
São João do Araguaia	NA	Hagiotopônimo

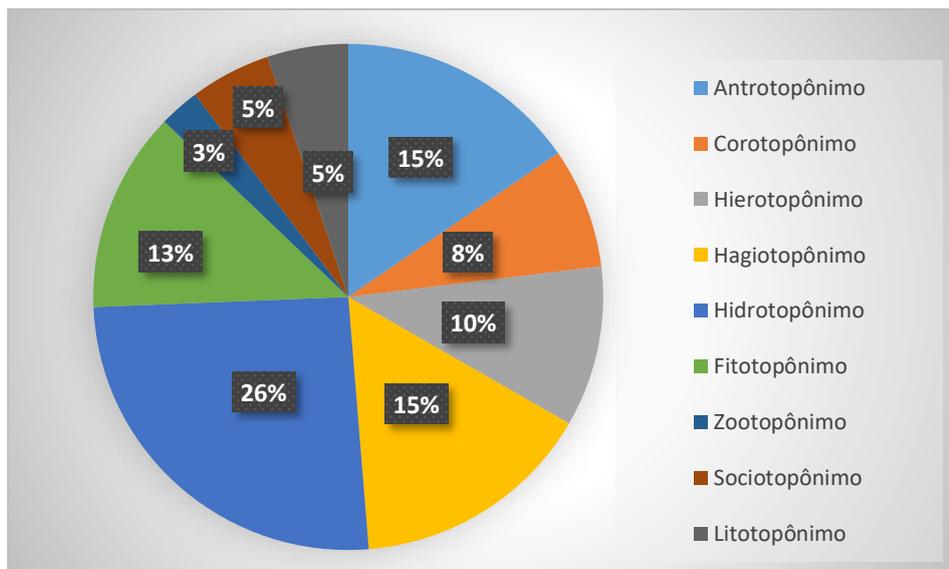
Sapucaia	NF	Fitotopônimo
Tucumã	NF	Fitotopônimo
Tucuruí	NF	Hidrotopônimo
Ulianópolis	NA	Antropotopônimo
Xinguara	NF	Hidrotopônimo

Fonte: dados da pesquisa

No quadro 5, apresentam-se os 39 topônimos e suas respectivas classificações, sendo 21 de natureza antropocultural, 18 de natureza física. Dentre eles dez são hidrotopônimos, seis antropotopônimos, seis hagiopônimos, cinco fitotopônimos, quatro hierotopônimos, três corotopônimos, dois litotopônimos, dois sociotopônimos e um zootopônimo.

Os números percentuais dos topônimos são mostrados a seguir no gráfico 1. Possibilitando a visualização das taxas que se sobressaem em maior número nas nomeações dos municípios da mesorregião sudeste do Pará.

Gráfico 1: Divisão taxionômicas dos topônimos



Fonte: elaborado pela autora.

O gráfico 1 apresenta de forma geral as classificações taxionômicas em percentagem sendo 8% corotopônimos, 15% antropotopônimos, 13% fitotopônimos, 15% hagiotopônimos, 10% hierotopônimos, 26% hidrotopônimos, 5% litotopônimos (3), 5% sociotopônimos (2), e 3% zootopônimos. Os hidrotopônimos, seguido hagiotopônimos são as taxas mais predominante nas nomeações em estudo.

Os topônimos no quadro 5 foram apresentados sem distinção quanto sua estrutura morfológica em simples ou composta, essa distinção será realizada a seguir nos quadros 6 e 7.

Quadro 6: Topônimos compostos

Topônimo	Natureza	Taxionomia
Abel Figueiredo	NA	Antropotopônimo
Água Azul do Norte	NF	Hidrotopônimo
Bom Jesus do Tocantins	NA	Hierotopônimo
Brejo Grande do Araguaia	NF	Hidrotopônimo
Breu Branco	NF	Fitotopônimo
Canaã dos Carajás	NA	Hierotopônimo
Conceição do Araguaia	NA	Hagiotopônimo
Cumaru do Norte	NF	Fitotopônimo
Curionópolis	NA	Antropotopônimo
Dom Eliseu	NA	Antropotopônimo
Eldorado dos Carajás	NA	Corotopônimo
Floresta do Araguaia	NF	Fitotopônimo
Goianésia do Pará	NA	Corotopônimo
Nova Ipixuna	NF	Hidrotopônimo
Novo Repartimento	NF	Hidrotopônimo
Ourlândia do Norte	NF	Litotopônimo
Palestina do Pará	NA	Hierotopônimo
Paragominas	NA	Corotopônimo
Pau d'Arco	NF	Hidrotopônimo
Rio Maria	NF	Hidrotopônimo
Rondon do Pará	NA	Sociotopônimo
Santa Maria das Barreiras	NA	Hagiotopônimo
Santana do Araguaia	NA	Hagiotopônimo
São Domingos do Araguaia	NA	Hagiotopônimo
São Félix do Xingu	NA	Hagiotopônimo
São Geraldo do Araguaia	NA	Antropotopônimo
São João do Araguaia	NA	Hagiotopônimo
Ulianópolis	NA	Antropotopônimo
Xinguara	NF	Hidrotopônimo

Fonte: elaborado por Joviano Santos (2012, p. 202) e adaptado com dados da pesquisa

Conforme pode-se observar no quadro (6), em que são apresentados os 29 topônimos classificados como compostos, 18 topônimos compostos seguem aspectos que envolvem o homem e o meio social, isto é, seguem a Natureza Antropocultural (NA); 11 topônimos são de Natureza Física (NF). No que se refere à taxionomia dos 29 topônimos compostos apresentados, três são classificados como corotopônimos, cinco antropotopônimos, seis hagiotopônimos, três

hierotopônimos, três fitotopônimos, sete hidrotopônimos, um litotopônimo e um sociotopônimo.

Os resultados mostram que a maioria dos topônimos composto são classificados como hidrotopônimos – relativo a acidentes hidrográficos. Incluímos nesta classificação os topônimos motivados por nome de rios, como por exemplo, *Rio Maria*. Outro exemplo de hidrotopônimo é Xinguará, que de acordo com Ferreira (2003), o topônimo é composto por uma terminologia híbrida, formada pela palavra “Xingu” e o sufixo “ara”. O termo “Xingu”, nomeia um Rio do Pará e Mato Grosso, designa nome de um povo indígena que habitava sua foz. O termo *-ara* é parte do topônimo *Araguaia* de origem tupi.

Os 18 designativos compostos classificados como de NA, por serem influenciados diretamente pelo contexto sociohistórico, além de apresentarem diferentes taxionomias, também nos permite perceber a hibridização dos elementos de sua formação, visto que eles estão em sua maioria sujeitos a serem formados por termos de línguas distintas e outros fatores que correspondem à formação e transformação de palavras de uma língua de um modo geral, pois o léxico, “como um sistema dinâmico, apresenta estruturas a serem utilizadas em sua expansão[...] os processos de formação de palavras, permitem a formação de novas unidades no léxico” (BASÍLIO, 2014, p. 9).

Santos (2012) defende que os topônimos formados por taxionomia composta são aqueles que apresentam “em sua constituição um nome seguido de um modificador complexo, formado de um nome mais um adjetivo ou um substantivo com um termo preposicionado ou não, para realçar os aspectos do topônimo” (SANTOS, 2012, p. 202).

Sendo assim, a materialidade da pesquisa é constituída por cerca de 74% de topônimos compostos, sendo que apenas 26% são topônimos que possuem sua estrutura morfológica simples.

Quadro 7: Topônimos simples

Topônimo	Natureza	Taxionomia
Bannach	NA	Antropotopônimo
Itupiranga	NF	Hidrotopônimo
Jacundá	NF	Zootopônimo
Marabá	NA	Sociotopônimo
Parauapebas	NF	Hidrotopônimo
Piçarra	NF	Litotopônimo
Redenção	NA	Hierotopônimo
Sapucaia	NF	Fitotopônimo
Tucumã	NF	Fitotopônimo
Tucuruí	NF	Hidrotopônimo

Fonte: elaborado por Joviano Santos (2012, p. 202) e adaptado com dados da pesquisa

Conforme o quadro 7, os topônimos simples estão classificados como sendo sete de natureza física e três de natureza antropocultural, divididos em dois fitotopônimos, três hidrotopônimos, um antropotopônimo, um sociotopônimo, um zootopônimo, um litotopônimo e um hierotopônimo.

3.3 Toponímia e etimologia

Conforme já apresentado em seção anterior, os 39 topônimos que compõem a materialidade empírica da pesquisa apresentam características diversas em suas bases motivacionais. Com um número significativo classificados como hidrotopônimos, hagiotopônimos, corotopônimos e antropotopônimos, atestando maior ou menor grau, de forma explícita ou implícita a influência de migrantes no processo de colonização dos municípios.

Através da observação dos topônimos é possível constatar que os dos processos migratórios sem dúvidas deixam e deixaram registros na toponímia local. A especificidade do signo toponímico revela, portanto, seu aspecto motivado, ou seja, o designativo toponímico se diferencia dos demais signos da língua por ser motivado. O ato de ‘designar os nomes das localidades está ligado a aspectos importantes dos valores sociais, políticos, culturais da memória coletiva e estabelece um vínculo de identidade entre o termo escolhido e o lugar nomeado. Desse modo, os topônimos podem representar valores e podem revelar traços culturais da memória e da identidade de uma região. É o que se observa a seguir no quadro 8, o qual expõe uma breve descrição histórica e etimológica dos topônimos.

Quadro 8: Descrição histórica e etimológica

Topônimos	Descrição histórica e etimológica
Abel Figueiredo	As primeiras movimentações com intenções de colonização do território deram-se por volta de 1964, com a chegada de Natalino Pereira da Silva. Em 1967, estabeleceu-se o fazendeiro Almir Queiroz de Moraes. Logo depois deu-se a chegada de novas pessoas, dando surgimento a um povoado naquela localidade. Abel Figueiredo, foi político de grande relevância, que ocupou também o posto de deputado federal e governador do Estado do Pará. O nome Abel origina-se do hebraico “hevel” indicando vaidade. Figueiredo, sobrenome lusitano de origem geográfica.
Água Azul do Norte	O município de <i>Água Azul do Norte</i> tem esse nome por estar localizada próxima ao Rio Água Azul, no qual a partir de 1978 se caracterizou às margens do rio o povoado inicial. <i>Água</i> , origina-se da língua latina “acqua”. <i>Azul</i> , adjetivo que diz respeito a cor, de origem árabe “lāzürd”. <i>Norte</i> é ponto cardeal em oposição ao sul, origina-se do Anglo saxônio “north”.

Bannach	Sobrenome de origem germânica, em homenagem a família “Bannach”, que chegou na região em 1970 migrando do Estado de Santa Catarina.
Bom Jesus do Tocantins	Em 1969, foi fundado o povoado com o nome de <i>Bom Jesus do Tocantins</i> . A emancipação político-administrativa e econômica foi inevitável em função do difícil acesso ao município-sede, longe cerca de 150 Km que impedia o povoado de receber apoio regular e necessário ao seu desenvolvimento. A denominação Bom Jesus surgiu a partir das ideias de moradores mais antigos que consideravam ser este um nome significativo, pois é o nome do filho de Deus. <i>Bom</i> termo que se origina do Latim “bonu”, designando <i>o que tem qualidades; o que é misericordioso ou indulgente; caridoso</i> . <i>Jesus</i> : vem do hebraico “lexu” significando Deus é o auxílio
Brejo Grande do Araguaia	O município de Brejo Grande do Araguaia, originou-se com a migração de pessoas vindas de Bela Vista, que atualmente é no Estado do Tocantins motivadas pela garimpagem e outras atividades de exploração de terras localizadas às margens do Rio Araguaia. A localidade recebeu este nome em função do terreno alagadiço com o qual se depararam os colonizadores. O termo <i>Brejo</i> , designa <i>terreno alagadiço, pantanoso</i> , é de origem obscura, possivelmente céltica, com influência moçárabe <i>Grande</i> origina-se do latim “grande”, e significa <i>de grande extensão ou volume</i> . O termo <i>Araguaia</i> é de origem tupi.
Breu Branco	A cidade de <i>Breu Branco</i> está ligada a uma antiga localidade que foi inundada pelo Lago de Tucuruí e lembrada como <i>Breu Velho</i> . Este era um povoado instalado entre os municípios de Tucuruí e Novo Repartimento, surgido no período da construção da rodovia Transamazônica. O nome de <i>Breu Branco</i> está relacionado a grande quantidade de árvores encontradas nessa região que produzem a resina utilizada na fabricação do breu e que podem ser encontradas nessa região. <i>Breu</i> , termo que se origina no francês “brai” e <i>Branco</i> vem do germânico “blank”, significando <i>luzidio, brilhante, alvo, cândido</i> .
Canaã dos Carajás	O município surgiu a partir de um assentamento agrícola. A escolha desse nome deve-se a grande quantidade de evangélicos que residem na cidade. Para Ferreira (2003) “Canaã” topônimo de antigo país da Ásia Ocidental, designando terra na região da Palestina prometida por Jeová aos descendentes de Abraão “Terra prometida”. “Carajás” topônimo de origem geográfica, em referência à <i>Serra dos Carajás</i> , à nação indígena conhecida por este nome.
Conceição do Araguaia	O município foi estabelecido por missionários que tinham o objetivo de catequizar os indígenas que viviam na bacia Araguaia-Tocantins. O núcleo que deu origem ao atual município de <i>Conceição do Araguaia</i> foi fundado em 30 de maio de 1897, pelo padre francês Frei Gil de Vilanova, que veio para a região do Araguaia em busca de catequizar os indígenas Kayapó e Xavante. <i>Conceição</i> nome pessoal feminino, designando a simplificação ou encurtamento de <i>Nossa Senhora da Conceição</i> vem do verbo conceber, gerar, do latim <i>concipere</i> . <i>Conceição</i> ‘origem a’ (conceição da Virgem Maria). Por extensão a festa comemorativa dessa concepção (CUNHA, 2007). O termo <i>Araguaia</i> é de origem tupi.
Cumarú do Norte	O município nasceu em torno de um garimpo, que surgiu ainda na década de 80. Atraídos pela descoberta de ouro em uma fazenda, dezenas de homens vindos de várias partes do Estado e de outras regiões do País começaram a se fixar na região. <i>Cumarú</i> , origina-se do tupi “kumba’ru”, <i>nome comum de árvore da família das leguminosas</i> . O termo <i>Norte</i> , origina-se do anglo saxônio “north”, ponto cardeal que se opõe ao sul, região situada ao norte.
Curianópolis	O município originou-se de um povoado formado por famílias que procuravam trabalhos em garimpos de ouro que se intensificavam na região ou na construção da estrada de Ferro Carajás-Ponta da Madeira. A localidade possui essa nomeação em referência a Sebastião Rodrigues de Moura, apelidado de <i>Major Curió</i> , foi diretor do garimpo, posteriormente dedicou-se à política, sendo eleito deputado federal e posteriormente prefeito de <i>Curianópolis</i> . <i>Curianópolis</i> trata-se da junção da palavra “curió” e do sufixo “pólis”. A palavra palavra “curió” vem do tupi “kuri’ó”, designando <i>ave passeiforme</i> . O termo “pólis” é sufixo grego e significa <i>cidade</i> .
	O município teve como primeiros moradores trabalhadores da empresa DELTA Engenharia, responsável pela abertura da rodovia que dá acesso a Marabá (BR

Dom Eliseu	222). A perspectiva de conseguir terras férteis e acessíveis incentivou um grande processo migratório e a localização estratégica da cidade no entroncamento das rodovias BR 010 e BR 222 contribuiu para o rápido crescimento da localidade que recebeu esse nome por sugestão do deputado federal Fausto Fernandes, em homenagem ao bispo Dom Eliseu Corolli, da diocese de Bragança. <i>Dom</i> , trata-se de título honorífico ou denominação que acompanha cargos eclesiásticos, do latim “dominus”, derivado de “dominu”, significando, senhor de. <i>Eliseu</i> nome pessoal masculino, origina-se do hebraico “El-i-sha” e significa <i>meu Deus é (sua) a salvação</i>
Eldorado dos Carajás	O núcleo urbano surgiu no km 2, da rodovia PA-275, nas proximidades da margens do Rio Vermelho. A posição geográfica permitiu o estabelecimento de um número expressivo de trabalhadores à procura de emprego no Projeto Carajás. Eldorado também sofreu efeitos da febre do ouro, ocasionado pelo garimpo de Serra Pelada. Topônimo masculino, o termo “Eldorado” para Antônio Cunha (2010) origina do espanhol “el dorado”, expressão usada para nomear um país de extraordinária riqueza da América do Sul.
Floresta do Araguaia	A colonização de Floresta do Araguaia ocorreu por meio das ações executadas pelo religioso Monsenhor Augusto Dias de Brito e pelo estabelecimento do empresário José Pereira Barbosa, implantando a empresa Mineração Vale das Andorinhas, que por longo tempo deu sustentação econômica à região. <i>Floresta</i> substantivo feminino. Topônimo de origem geográfica, em referência a formação arbórea densa. O termo vem do francês antigo “florest”, pelo atual “foret”. O termo <i>Araguaia</i> é de origem tupi.
Goianésia do Pará	O município pertencia à Fazenda Baronesa, cujo proprietário era originário do município de Goianésia, no estado de Goiás. Designação anterior: Santa do Rio Verde. Termo híbrido de origem geográfica, junção da palavra “Goia” e do elemento de composição feminino “nésia”, em que, de acordo com Houaiss (2001) é relativo indígena do grupo dos goiás, grupo que teria habitado a cabeceira do rio vermelho em GO. O termo “nésia” vem do grego “nêsos”, que significa ilha, tendo sofrido latinização para fins de adjetivos e formação de topônimos. (FERREIRA, 2003, p.68)
Itupiranga	O município nasceu à margem esquerda do Rio Tocantins e foi colonizado pelo migrante Lúcio Antônio dos Santos, vindo da cidade de Tocantinópolis, estado do Tocantins. O objetivo de Lúcio era a exploração de riquezas naturais da região de matas densas e virgens, na qual habitava o povo indígena gavião. O extrativismo vegetal e mineral era a principal fonte econômica. Obtinha-se o ouro e o látex do caucho. <i>Itupiranga</i> vem do tupi “Ytu’piranga”, e significa <i>cachoeira vermelha</i> .
Jacundá	O local era habitado inicialmente pelos indígenas gaviões, a área originária do município de Jacundá teve entre os seus primeiros colonizadores o Coronel Francisco Acácio de Figueiredo, integrante da comitiva do Deputado e Coronel Carlos Gomes Leitão, que chegou ao local em 1892. O pequeno povoado ribeirinho servia de parada para quem navegava pelo Rio Tocantins e sediou a 2ª circunscrição judiciária do município de Baião, ao qual pertencia. A principal atividade econômica era o extrativismo da borracha, do caucho, da castanha-do-pará e o diamante. Na região onde fica o município há grande quantidade de um peixe de nome Jacundá, por isso, a escolha deste nome. Termo de origem geográfica em alusão ao Ribeirão Jacundá, que deriva do tupi “ya-cundá”, designando <i>indivíduo retorcido</i> ou <i>travado</i> . É um peixe fluvial vagaroso que se deixa apanhar com à mão.
Marabá	O povoado que hoje é município de Marabá, originou-se com a descoberta de grandes cauchais às margens do Rio Itacaiúnas. A notícia se espalhou e logo chegaram a região várias famílias do estado do Maranhão e Goiás para se dedicarem a extração do caucho. Em pouco tempo o local se tornou um arraial, ponto de parada de caucheiros que subiam e desciam os rios Itacaiúnas e Tocantins. O nome do município foi sugerido por um comerciante que ao se estabelecer na localidade, deu nome de Marabá, em homenagem à Casa Marabá, sua antiga casa comercial em Grajaú, no estado do Maranhão. <i>Marabá</i> é referente a um adjetivo que se origina no tupi “mair-abá”, significa <i>descendente de francês</i> , definindo <i>filho de francês prisioneiro com índia tupi</i> .

Nova Ipixuna	O município originou-se com a criação de um vilarejo formado pelas famílias oriundas da localidade nomeada de Ipixuna (hoje Velha Ipixuna) localizada às margens dos Rios Tocantins e Araguaia, local que foi alagado em função da formação do Lago de Tucuruí. A Vila de Nova Ipixuna apresentou notável progresso e impulsionada pela construção da usina hidrelétrica de Tucuruí, mas sua população cresceu de modo significativo com a abertura da rodovia PA-150. <i>Nova</i> é substantivado feminino de “novo”, que teve sua origem no latim “novu” no qual faz menção a algo novo, a novidade. <i>Ipixuna</i> é de origem geográfica, que deriva do tupi “T” (Y) que se refere a água, rio + “pixuna” significa preta, na junção dos dois significados, torna-se água preta ou água escura.
Novo Repartimento	O município originou-se de um povoado que deve seu nome ao Rio Repartimento, que banhava a localidade. Dados apontam a chegada do primeiro colonizador no início da década de 70, junto a chegada da empresa Construtora Mendes Júnior, que veio ao Pará para construir a BR – 230, com o objetivo de ligar a Rodovia Transamazônica à Hidrelétrica de Tucuruí, e instalou-se a altura do Km 154. Surgia aí, o povoado Repartimento. A Vila de <i>Novo Repartimento</i> , foi formada a partir dos estudos topográficos realizados pela Eletronorte, em 1980, onde esses estudos apontaram para a inundação do povoado Repartimento, que a partir daí, passa a ser chamado de Repartimento Velho e os moradores do então Repartimento. A Eletronorte construiu em 1980, a Vila a altura do Km 177 da Rodovia Transamazônica, fazendo entroncamento com a BR – 422, que ligava o povoado ao município de Tucuruí. <i>Nova</i> é substantivado feminino de “novo”, que teve sua origem no latim “novu” no qual faz menção a algo novo, a novidade. <i>Repartimento</i> é a junção do verbo [latim] <i>Repartir</i> + sufixo – <i>mento</i> , “repartir + mento”, designando <i>lugar reservado, separado de outros</i> . No estado do Pará, o vocábulo “repartimento” pode significar: <i> fusão de rios em um só</i> .
Ourilândia do Norte	O município de Ourilândia do Norte, desmembrado de São Félix do Xingu, nasceu de um povoado formada de garimpeiros e outros trabalhadores que não tinham acesso ao Projeto Tucumã, implantado em São Felix do Xingu, em 1980. À construtora Andrade Gutierrez coube a execução do projeto que, elitizado, trazia gente de fora para tomar parte dele diretamente. Havia uma picada que dava início à estrada para a implantação da Rodovia PA-279, justamente onde se firmou o povoado, onde os homens que não podiam entrar no Projeto Tucumã juntavam-se. Por questões econômicas e sociais, em 1983 o Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins – GETAT, implantou nesse local uma colônia para que se resolvesse a questão econômica e social a que estavam expostos os moradores daquele grupo de pessoas. <i>Ourilândia do Norte</i> , nome dado em razão dos muitos garimpos de ouro existente na região. O termo “ <i>ouro</i> ” vem do latim “ <i>aurum</i> ” e designa <i>metal precioso, amarelo, denso e muito apreciado por sua raridade e valor econômico</i> . O termo <i>land</i> vem do inglês e significa <i>terra</i> . O sufixo nominativo – <i>ia</i> vem do grego “ <i>ia</i> ” e designa qualidade, propriedade, lugar. O termo <i>Norte</i> , origina-se do anglo saxônio “ <i>north</i> ”, ponto cardeal que se opõe ao sul, região situada ao norte.
Palestina do Pará	O processo de colonização do território do atual município de <i>Palestina do Pará</i> deu-se com a chegada em 1958 de Olindo Ribeiro de Souza e familiares. A localidade ficou por muito tempo ficou conhecida como “ <i>Centro de Olindo</i> ”. Ainda nos primeiros anos de formação do núcleo estabeleceram-se famílias de religião protestante no local. É deste período a mudança de nome do vilarejo <i>Centro de Olindo</i> passando à <i>Palestina</i> . No ano de 1964, houve a descoberta um rico garimpo de diamantes, a 20 km de <i>Palestina</i> . Esse fato determinou o aumento populacional da localidade. Outro fator relevante foi a construção da Rodovia Transamazônica, na década de 1970, perpassando o território de Palestina. Segundo Cunha (2010) o termo “Palestina” origina do latim <i>palaestina-ae</i> de origem bíblica, designando antigo país do Oriente Médio, entre o deserto da Síria, o Líbano e o Mediterrâneo. Nome hebraico dos Filisteus “ <i>Pelithim</i> ”.
	A colonização do município de Paragominas diferentemente dos outros municípios do Pará, que surgiram através da colonização portuguesa, de missões jesuítas ou de forma desordenada à sombra de algum grande projeto. Paragominas não, surgiu por meio de um planejamento de seus colonizadores, Célio Resende de Miranda, com colaboração de Eliel Pereira Faustino e Manoel Alves de Lima.

Paragominas	Célio Resende de Miranda sempre ouvira falar das imensas riquezas paraenses, de suas matas, clima propício à agropecuária etc., fez sua primeira viagem ao Pará em 1958. Sobrevoando as áreas, vários pontos foram estudados até que sua vista encontrou o local, entre os rios Gurupi e Capim. No mesmo ano, Célio Miranda foi ao encontro do presidente Juscelino Kubitschek, pedir autorização para iniciar no Pará, o plano de erguer uma cidade em plena Amazônia. Num certo dia de inspiração, disse ele que estando em terras localizadas no Estado do Pará, sendo os colonizadores goianos e ele, o idealizador do projeto, nascido em Minas Gerais, o nome mais adequado seria Paragominas. O topônimo Paragominas é composto por “Pará”, pela sigla “GO” designa o Estado de Goiás, e “Minas” é a forma simplificada do estado de Minas Gerais. <i>Pará</i> , é termo de origem geográfica, que vem do tupi “pa’ra” e significa <i>mar</i> . É o nome que se dá ao braço direito do Rio Amazonas, engrossado com as águas do Rio Tocantins. <i>Tão Grande que parece um mar</i> . A sigla “GO” do nome de <i>Goiás</i> , que, originalmente, é nome dos indígenas “guaiás” por corruptela para “goiás”, sendo termo que vem do tupi “gwa’ya” e significa <i>indivíduo igual, gente semelhante, da mesma raça</i> . <i>Minas</i> , o primeiro termo do topônimo Minas Gerais, é um termo que vem do francês antigo “mine” e designa auríferos e diamantíferos na região ainda no período colonial.
Parauapebas	O município de Parauapebas surgiu como um povoado em conturbado processo de colonização, no início da década de 1980, em terras do município de Marabá, ao pé da Serra dos Carajás, nas proximidades do Rio Parauapebas. O surgimento do município ocorreu principalmente devido a exploração de minério de ferro pela Companhia Vale do Rio Doce a partir da implantação do projeto Grande Carajás. O ouro de Serra Pelada, foi outro fator que influenciou no forte fluxo migratório da localidade, ainda na época de sua formação, atraindo um grande contingente populacional. Vocábulo de origem tupi “parauapebas”, significando: rio de águas rasas.
Pau d’ Arco	O núcleo que deu origem ao atual município foi um povoado de garimpos denominado Gameleira, no início do século XX, no entanto, posteriormente teve, seu declínio. Os que não optavam pela extração do ouro, lidavam com a extração de madeira, agricultura e pecuária. Um fator que contribuiu para êxodo de parte da povoação foi um confronto com os indígenas caiapó da região do Rio Sobrado, em 1920. Em 1972, com a abertura da PA-150, tiveram início os núcleos populacionais de <i>Majoara</i> e <i>Pau d’ Arco</i> . <i>Vila Marajoara</i> iniciou-se com a montagem da Serraria Marajoara e a construção de casa para operários. O mesmo fato deu-se em <i>Pau d’ Arco</i> , com a construção da Serraria Pau d’ Arco. O núcleo de Pau d’ Arco prosperou, ultrapassando a povoação de Marajoara. O topônimo Pau d’ Arco é referência ao Rio Pau d’ Arco. “ <i>Pau</i> ” origina-se do latim “palu” “palus”, designando árvore ou mourão, <i>d’</i> é a contração da preposição “de” (posse), e supressão do artigo masculino “o”. O termo <i>arco</i> é substantivo e vem do latim “arcus” ou “arquus”, designando <i>o que é curvado ou arqueado</i> .
Piçarra	Piçarra surgiu quando, em 1978, o Batalhão de Engenharia e Construção - BEC, iniciou a estrada de São Geraldo do Araguaia à Itaipava, em um percurso de 90 km. Em decorrência da grande distância tornou-se necessária a montagem de um acampamento para alojar a equipe e guarda do maquinário. Em seguida decidiu-se por dividir a distância ao meio e montar o acampamento no km 45, que, coincidentemente, seria em cima de uma cascalheira. Por ser uma região totalmente de mata, o BEC mantinha em sua equipe profissionais da área de saúde (médicos e dentistas), que atendiam as pessoas que necessitavam de cuidados médicos e que na época eram conhecidas como 'sobra de terra'. Como consequência dos atendimentos médicos realizados na região, pois havia muita malária e tifo, muitas pessoas se aproximaram e por conseguinte passaram a montar barracos junto ao acampamento da Piçarreira, como era conhecido o lugar, originando assim o povoado e sua denominação. Nome de origem geográfica devido ao local possuir muito cascalho, pedra. O termo origina-se do espanhol “pizarra”, designando terra misturada com areia e pedras.
	O município de Redenção, surgiu no início da década de 60, a extinta SUDAM proporcionou a vinda de fazendeiros a se instalarem numa região denominada Boca da Mata. Com o desbravamento da fazenda Santa Tereza, de propriedade

Redenção	do Agrônomo João Lamari do Val, vieram também os colonizadores Ademar Guimarães, José Bueno Cintra e Gerudes Gomes da Silva. Na mesma época foram chegando Luiz Vargas Dumonte Carlos Ribeiro para conhecerem a serra dos Gradaús, localizada no município de Cumarú. Esses homens viram e conheceram uma região plana e rica de recursos minerais e vegetais. A cidade de Redenção foi fundada em 21 de setembro de 1969; com o nome de Boca da Mata. No entanto, 04 de junho de 1975 esta localidade foi transformada em distrito de Conceição do Araguaia. Passando a se chamar oficialmente de Redenção. Termo do latim “redemptio” derivado de “redimere”, pelo português “redimir”, designando <i>o resgate dos homens por Jesus que para isso ofereceu a sua vida.</i>
Rio Maria	As origens históricas de Rio Maria estão calcadas na implantação da rodovia PA-70, que liga as cidades de Marabá e Conceição do Araguaia. O que atraiu os moradores e comerciantes ao local foi a possibilidade de exploração das riquezas naturais e minerais existentes em abundância. O primeiro morador de Rio Maria foi Clarindo Rodrigues da Silva, que se estabeleceu, juntamente com seus familiares, nas proximidades do Rio Maria, que dá nome ao município, em terras de Conceição do Araguaia. <i>Rio</i> do latim “Rhium”, pelo latim vulgar “rius” e pelo latim clássico “rivus”, em referência <i>a curso d’ água natural, que se desloca de um nível mais elevado para outro, mais baixo.</i> <i>Maria</i> , o nome da Virgem, mãe de Jesus Cristo. Vem do latim “Maria”, este do grego “María”, que, por sua vez, se deve ao hebraico “Miriam”.
Rondon do Pará	O primeiro nome da localidade foi Candangolândia, em referência aos exploradores e colonizadores da região. As primeiras incursões com tentativa de colonizar a região surgiram em fins do ano 1962, quando foram realizados os trabalhos de demarcação das primeiras fazendas nas imediações do que atualmente é a sede municipal. No ano de 1969, chegou no lugar o médico e ecologista Camilo Vianna, liderando estudantes e pesquisadores do Projeto Rondon, que faziam atendimentos na área da saúde. Essa operação foi tão importante para a localidade que Candangolândia passou a chamar-se Vila Rondon. O termo <i>Rondon</i> é sobrenome variante de “Roldon”, nome que origina-se do francês antigo “Rodlant”, que por sua vez vem do germânico “hrôms”, que significa <i>glória</i> . Segundo Houaiss (2001) vem do antropônimo Cândido Mariano da Silva Rondon, militar sertanista e indigenista brasileiro. O termo <i>Pará</i> é de origem geográfica, que vem do tupi “pa’ra” e significa <i>mar</i> . É o nome que se dá ao braço direito do Rio Amazonas, engrossado com as águas do Rio Tocantins. <i>Tão Grande que parece um mar.</i>
Santa Maria das Barreiras	Em 1892, o fazendeiro Inocêncio Pereira Costa, demandou às margens do Araguaia a procura de um ponto para estabelecimento. Instalou-se à margem esquerda do Rio Araguaia a partir da ponta norte da ilha do Bananal. O ponto escolhido foi o de altas barreiras no Araguaia, onde se encontra a atual sede municipal de <i>Santa Maria das Barreiras</i> . Ao fundar a vila, Inocêncio Pereira a denominou de <i>Barreira de Santana</i> . Trouxe famílias maranhenses para instalarem-se no local com apoio do então governador do Estado do Pará, Augusto Montenegro. Em 29 de dezembro de 1961, pela Lei nº 2.460, foi criado o município de <i>Santa Maria das Barreiras</i> . Houve alteração toponímica, passando a chamar-se <i>Santana do Araguaia</i> . Por motivos políticos, alavancados por cheias periódicas do Araguaia, houve a transferência da sede do município de <i>Santana do Araguaia</i> para a localidade de Campo Alegre, que assumiu a categoria de Cidade. Esta mesma Lei determinou o retabecimento do nome de <i>Santa Maria das Barreiras</i> , Distrito de <i>Sanatana do Araguaia</i> . <i>Santa</i> feminino de <i>Santo</i> , termo que origina-se do latim “sanctus”, <i>mulher canonizada, virtuosa, digna de veneração, e que vive conforme os preceitos da lei divina, segundo a tradição judaico-cristã</i> . O termo <i>Maria</i> , designa o nome da Virgem, mãe de Jesus Cristo. Vem do latim “Maria”, este do grego “María”, que, por sua vez, se deve ao hebraico “Miriam”. Palavra então, com diversas interpretações etimológicas. <i>Barreiras</i> , junção do substantivo feminino “barra” e do sufixo “eira”. O termo “barra” vem do latim vulgar, em referência a <i>sedimentos, pedras e bancos de areias</i> que dificultam o tráfego fluvial. O sufixo “eira” vem do latim “ariu” designando <i>origem</i> .

Santana do Araguaia	<p>De acordo com o site da prefeitura municipal, a história do município de Santana do Araguaia está intimamente relacionada com a fundação do povoado de Altas Barreiras (hoje sede do município de Santa Maria das Barreiras) em 1892. Formado por migrantes goianos com apoio de frei Gil de Villa Nova, esta localidade desenvolveu-se pela extração de borracha-caucho e outros produtos extrativistas. Teve como principal marco de formação, a construção da Paróquia de Sant'Anna. Com o passar dos anos, Altas Barreiras mostrou-se um povoado muito dinâmico, sendo elevado à categoria de distrito em 31 de dezembro de 1936, passando a denominar-se Santa Maria das Barreiras. Conceição do Araguaia, denominando-se município de “<i>Santana do Araguaia</i>”. Entretanto, a configuração atual do município de Santana foi construída a partir do ano de 1966 com a implantação do projeto “Fazenda Campo Alegre”, sob responsabilidade da Cia. Industrial e Agropastoril Vale do Rio Campo Alegre, uma espécie de <i>joint-venture</i> formada por 13 empresas diferentes, encabeçadas pela Volkswagen do Brasil. Em 1975 o empreendimento conseguiu autorização junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para a construção de uma vila operária na área a ser denominada de “Campo Alegre”, com o intuito de formar um núcleo administrativo e fixador de mão-de-obra. A construção de <i>Campo Alegre</i> foi rápida, com sua conclusão sendo efetivada em 1976. Em 1980 a região do Tocantins Araguaia foi atingida por uma grande enchente de seus rios, fato que destruiu parcialmente a sede do município de Santana do Araguaia. Tal cheia prolongou-se pelo ano de 1981. Como Campo Alegre era a localidade dotada de melhor infraestrutura no município, os aparelhos administrativos foram transferidos para a localidade e ali permaneceram. <i>Santa</i> feminino de <i>Santo</i>, termo que se origina do latim “<i>sanctus</i>”, <i>mulher canonizada, virtuosa, digna de veneração, e que vive conforme os preceitos da lei divina, segundo a tradição judaico-cristã</i>. <i>Ana</i> vem do hebraico “Hannah” <i>graciosa</i>, que no latim ficou “<i>ama</i>” <i>ele</i> (Deus) <i>favoreceu-me</i>. De acordo com os evangelhos apócrifos, Ana seria muito idosa para ter filhos, mas um anjo veio contradizer a natureza e desta forma nasceu a Virgem Maria, mãe de Jesus. A Igreja Católica canonizou Santa Ana no século VI. O termo <i>Araguaia</i> é de origem tupi.</p>
São Domingos do Araguaia	<p>A localidade do município teve sua colonização iniciada em 1952, com a chegada de Serafim Canário da Silva, lavrador piauiense, vindo de Imperatriz, no Maranhão. O povoado cresceu e por terem sido encontradas várias latas de querosene junto a alguns pés de mangueiras, passou a se chamar <i>Centro das Latas</i>. Em 1955, passou a se chamar <i>São Domingos das Latas</i>, em referência ao padroeiro local, São Domingos de Gusmão. Empreiteiras responsáveis pela abertura da Transamazônica na década de 1970, instalaram acampamentos para seus trabalhadores no local, aumentando, consideravelmente, a população. O topônimo é composto pelo termo <i>São</i> que origina-se do latim “<i>sanctus</i>”, <i>homem canonizado, sagrado, virtuoso, digno de veneração, e que vive conforme os preceitos da lei divina, segundo a tradição judaico-cristã</i>. <i>Domingos</i> nome pessoal masculino. Origina-se do latim “<i>Dominicus</i>”, significando “<i>do senhor, aquela que pertence ao Senhor</i>”. O termo <i>Araguaia</i> é de origem tupi.</p>
São Félix do Xingu	<p>No ano de 1914, o coronel Tancredo Martins Jorge, seringalista da região, promoveu reunião de seringueiros, caucheiros e suas famílias, instalaram-se no Barracão do Aviador, localizado na confluência dos rios Xingu e Fresco, na época denominada <i>Boca do Rio</i>. Foi o primeiro passo para a criação de um povoado, que prosperou baseado no extrativismo vegetal, passando a ser denominado de <i>São Félix da Boca do Rio</i>. Somente anos depois, passou a se chamar <i>São Félix do Xingu</i>, por influência de religiosos que trouxeram a imagem de São Félix de Valois. O toponimo é constituído pelos termos <i>São</i> que origina-se do latim “<i>sanctus</i>”, <i>homem canonizado, sagrado, virtuoso, digno de veneração, e que vive conforme os preceitos da lei divina, segundo a tradição judaico-cristã</i> (NASCENTES, 1955). <i>Felix</i> origina-se do latim “<i>felix</i>”, substantivação do adjetivo <i>felix</i> que, que significa <i>feliz</i>. O termo <i>Xingu</i>, nomeia um Rio do Pará e Mato Grosso, designa nome de um povo indígena que habitava sua foz.</p>
	<p>Atividades de garimpagem à margem direita do rio Araguaia, em área do município de Xambioá, atual Estado do Tocantins, foi o principal motivo da origem do município de <i>São Geraldo do Araguaia</i>, à margem esquerda do</p>

São Geraldo do Araguaia	Araguaia. A colonização definitiva deu-se com o permanecimento de João Rêgo Maranhão, em torno de 1953, quando se dedicou à compra de castanha e arroz. Com o tempo formou-se um povoado em torno do barracão de João Rêgo. Com a morte do filho único do casal de comerciantes, foi erguida uma capela em homenagem a São Geraldo, nome do filho falecido. <i>São</i> termo que origina-se do latim “ <i>sanctus</i> ”, <i>homem canonizado, sagrado, virtuoso, digno de veneração, e que vive conforme os preceitos da lei divina, segundo a tradição judaico-cristã.</i> <i>Geraldo</i> nome pessoal masculino. Do germânico “ger”, que significa lança, fortemente a lança. O termo <i>Araguaia</i> , segundo Antenor Nascentes se refere ao termo “a’ra” como <i>tempo, período, época</i> e “gwaya”, <i>carangueijo: tempo de apanhar carangueijo.</i>
São João do Araguaia	O município teve início a partir de 1850, após a instalação de uma colônia militar na região. A localidade recebeu ajuda e influência de missionários e religiosos. Dentre eles, Frei Gil de Vila Nova foi um dos que influenciou no processo de colonização da região. Em <i>São</i> termo que se origina do latim “ <i>sanctus</i> ”, <i>homem canonizado, sagrado, virtuoso, digno de veneração, e que vive conforme os preceitos da lei divina, segundo a tradição judaico-cristã.</i> <i>João</i> nome pessoal masculino. Vem do hebraico “Yôhânân”, <i>agraciado por Deus</i> ou <i>Deus é misericordioso.</i> O termo <i>Araguaia</i> é de origem tupi.
Sapucaia	O município de Sapucaia foi criado através da Lei Estadual 5 961, de 24 de abril de 1996, sancionada pelo então Governador Almir Gabriel, com território desmembrado do Município de <i>Xinguara</i> , com sede na localidade de <i>Vila Sapucaia</i> , situada na Rodovia PA-150, que passou à categoria de Cidade com a denominação de <i>Sapucaia</i> . O nome da cidade é de origem geográfica em referência à árvore que abunda na região. <i>Sapucaia</i> substantivo feminino que vem do tupi “yasapu’kaya” <i>planta da família das lecitidáceas, do gênero Lecythis.</i>
Tucumã	o município de <i>Tucumã</i> surgiu com a implantação do Projeto carajás em 1977, advindo dos objetivos do Governo de colonizar o espaço existente na Gleba Carapanã. Foi um projeto particular realizado pela Construtora Andrade Guterrez. Em 1981 começaram os serviços de construção da cidade e em 1982 foram assentados os primeiros colonos oriundos da região sul do País, por possuírem tradição agrícola e recursos próprios para se auto sustentarem, pelo menos no primeiro ano de assentados, contudo com a descoberta do ouro na região, muitas pessoas chegaram e inclusive sem terras de outros estados, ficando a situação tensa e sem controle por parte da iniciativa privada (Andrade Guterrez) que começou a recuar nos investimentos, passando o problema e salvar o projeto de colonização particular, sendo este invadido por mais de 3 mil famílias. <i>Tucumã</i> vem do tupi “tuku’ma”, designando espécies de palmeiras do gênero <i>Astrocaryum</i> e <i>Bactris</i> , nativas no Brasil, especialmente na Amazônia.
Tucuruí	A origem do município de <i>Tucuruí</i> está relacionada com a colonização de Alcobaça, fundada em 1781, a mando do Capitão-General José de Nápolis Tello de Menezes, com caráter fiscal e militar. O município foi consolidado após a inauguração do primeiro e único trecho da Estrada de Ferro Tocantins. Posteriormente a economia se fortaleceu pelo extrativismo vegetal, especialmente através da madeira e castanha-do-pará. A colonização de <i>Tucuruí</i> deveu-se, em parte, à grande procura de pessoas que demandavam da região do Tocantins, atraídas pelas riquezas naturais, bem como pela facilidade de acesso ao Estado de Goiás. A Hidrelétrica de <i>Tucuruí</i> foi inaugurada em 1984, levando energia elétrica para vários pontos do Estado e também para o nordeste brasileiro. <i>Tucuruí</i> vem do tupi, com diversas variações toponímicas. Para vários dicionaristas o termo é “tucura”... gafanhoto + “y”... <i>rio, água: rio dos gafanhotos.</i>
	A colonização da localidade começou em 1958, quando os primeiros colonizadores montaram um pequeno acampamento sob um pé de Cumarú, próximo a um riacho. O encarregado do acampamento, o engenheiro Bernardo Sayão, ao ver o pequeno curso d’água pensou tratar-se do Gurupí, rio que estabelece a divisa dos Estados do Pará e Maranhão. Ao saber que era apenas um afluente do Gurupí, ele chamou o rio de Gurupizinho. O povoado, que também começou a ser chamado de <i>Gurupizinho</i> , passou a abrigar na década de 60 várias famílias, atraídas pelos projetos de colonização da Amazônia e pela

Ulianópolis	facilidade em conseguir terras na região. Entre as primeiras famílias a chegar ao local estava a Família Uliana, nome que deu origem a denominação atual do município. O termo “Uliana” é sobrenome de origem italiana, forma feminina de “Uliano”, que, por sua vez, é variação vêneta e friulana de “Juliano>Zuliani” e “pólis” é sufixo de origem grega que significa cidade, então Cidade dos Uliana.
Xinguara	A colonização do município de Xinguara ocorreu através da abertura da rodovia PA-279, a qual tinha como finalidade ligar o município de São Félix do Xingu à rodovia PA-150, que perpassa o Estado do Pará. O nome do município é em referência a dois importantes rios existentes no Estado do Pará – <i>Xingu</i> e <i>Araguaia</i> . Xinguara é formado pela palavra “Xingu” e o sufixo “ara”. O termo “Xingu”, nomeia um Rio do Pará e Mato Grosso, designa nome de um povo indígena que habitava sua foz. O termo <i>ara</i> é parte do topônimo <i>Araguaia</i> é de origem tupi.

Fonte: elaborada pela autora com dados adaptados de Ferreira (2003)

O contexto histórico dos municípios dos topônimos em estudo apresenta o processo de colonização assinalado pela migração e exploração da terra, seja em busca de metais preciosos, madeira, seja pela pecuária ou devido a construção de estradas e rodovias que surgiam com a promessa de progresso e prosperidade no viés do colonizador. O quadro 8 evidencia que as localidades que hoje se encontram os municípios, foram ocupadas e reocupadas, tanto de forma física, quanto ideológica. Em destaque temos as ações realizadas por religiosos, como Frei Gil de Vila Nova e suas expedições missionárias na região, famílias evangélicas, ações e influências de políticos e migrações de pessoas oriundas de diversas regiões do Brasil.

Os topônimos da pesquisa apresentam características comuns nas suas descrições de formação histórica, trazem em maior ou menor grau a influência de migrantes no processo de colonização da região. Destacamos alguns nomes dos municípios, como Abel Figueiredo, que recebe esse nome em referência a um político de grande influência na região, Bannach que faz referência a família dos Bannach, que migraram para a região na década de 70, Rondon do Pará, em homenagem ao projeto Rondon, cujo nome Rondon faz uma homenagem a um bandeirante do século XX, o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Contudo, antes de chamar Rondon do Pará, a região tinha por nome Candangolândia, em homenagem ao migrante. A cidade de Ulianópolis também teve por denominação anterior um termo relativo aos migrantes, que no caso, foram migrantes do estado de Espírito Santo, com o nome Gurupizinho dos Capixabas, passando a ser Ulianópolis também em referência ao sobrenome de uma das famílias colonizadoras.

As formas de ocupação e reocupação contidas no processo de colonização dos municípios mostram como o signo toponímico retrata os fatos externos e reflete a vivência do homem enquanto membro do grupo que o acolhe, nada mais do que reconhecer o papel por ela desenvolvido no ordenamento dos fatos cognitivos (DICK,1990). O ser humano, desde o

início de sua existência, procurou encontrar ou edificar locais, no qual fosse possível fixarse e iniciar aglomerados físicos e sociais, sejam aldeias, vilas, povoados ou cidades, assim, acabaram por designar nomes a esses locais. Desse modo, é inegável a influência de aspectos não linguísticos e as relações de poder existentes no ato de nomeação dos lugares.

3.4 Descrição Morfológica dos topônimos

A descrição da estrutura linguística dos topônimos da mesorregião sudeste do Pará se fundamentará na constituição morfológica apresentada por Dick (1990c) em consonância com escritos da teoria lexical de formação de palavras da língua portuguesa. Percebe-se que para o estudo dos topônimos é imprescindível a análise de sua estrutura morfológica. Portanto, em sequência será realizada uma discussão acerca da formação linguística dos topônimos, sendo que esses podem ser formados por um único termo específico simples (*Bannach/PA*), frases (*Deus me livre/BA*) ou orações (*Vai quem quer/Igarapé BA*), que podem ocorrer de maneira justaposta ou aglutinada, conforme será mostrado no quadro 9.

Dick (1990c, p.13-14) indica que os topônimos podem apresentar três estruturas: (i) topônimo ou elemento específico simples, é aquele determinado por um só formante, (substantivo ou adjetivo) que pode apresentar-se acompanhado também de sufixação diminutiva, aumentativa, ou de outras significações linguísticas. Fazem parte dessa categoria os topônimos com as terminações nas partículas *-lândia*, *-pólis* e *-burgo*; (ii) topônimo composto ou elemento específico composto, aquele que se apresenta com mais de um elemento formador, de origens diversas entre si, do ponto de vista do conteúdo, gerando, por isso, as vezes formação inusitada que talvez apenas a história local poderá elucidar; (iii) topônimo híbrido ou elemento específico híbrido formado por elementos linguísticos de diferentes procedências. Esse tipo de formação na toponímia brasileira estabeleceu-se com a língua portuguesa + indígena ou indígena + portuguesa.

A organização da estrutura morfológica correspondente a cada um dos topônimos em estudo, baseou-se na análise gramatical para descrever a classe gramatical de cada topônimo, gênero, número, acrescentando ainda a sua classificação como simples ou composto. De acordo com Santos (2012, p. 88) a estrutura morfológica contém a classe gramatical ou categoria de cada topônimo, seu gênero, número, incluindo a classificação entre simples e composto levando em consideração que todos os topônimos pertencem a categoria de nomes próprios, eles devem ser descritos morfológicamente conforme os seguintes aspectos:

- a) Topônimos simples:

Nf = s.f.sing. Ex.: Bannach

Nm= s.m.sing. Ex.: Tucumã

Nf= s.f.sing. Ex.: Redenção

b) Topônimos compostos:

Femininos;

NCf = s.f.sing. + prep. + s.m.pl. Ex.: Canaã dos Carajás

NCf = s.f.sing. + prep. + s.m.sing. Ex.: Goianésia do Pará

NCf = s.f.sing. + prep. + s.m.sing. Ex.: Palestina do Pará

Masculinos;

NCm = s.m.sing. + s.m.sing. Ex. Abel Figueiredo

NCm = s.m.sing. + prep. + s.m.pl. Ex.: Eldorado dos Carajás

NCm = s.m.sing. + prep. + s.m.sing. Ex.: Rondon do Pará.

Os topônimos apresentam em seus processos de formação várias características, podendo ser definidos como simples, composto por justaposição ou aglutinação. Evidenciado no quadro (9)

Quadro 9: Estrutura morfológica dos topônimos

Topônimos	Estrutura morfológica
Abel Figueiredo	Topônimo composto (subst. Masc. [Hebraico] <i>Abel</i> + subst. Masc. [Lusitano] <i>Figueiredo</i>)
Água Azul do Norte	Topônimo composto (subst. Fem. [latim] <i>Água</i> + adj. [árabe] + subst. Masc. [anglo saxônio] <i>Norte</i>)
Bannach	Topônimo simples (subst. Masc.[germânico] <i>Bannach</i>)
Bom Jesus do Tocantins	Topônimo composto híbrido (adj.[latim] <i>Bom</i> + subst.[hebraico] <i>Jesus</i> + prep. <i>de</i> + art. <i>o</i> +subst. [tupi] <i>Tocantins</i>).
Brejo Grande do Araguaia	Topônimo composto híbrido (subst. Masc. [céltico] <i>Brejo</i> + adj.[latim] <i>Grande</i> + subst. Masc.[tupi] <i>Araguaia</i>).
Breu Branco	Topônimo composto híbrido (subst. Masc. [francês] <i>Breu</i> +subst. Masc.[germânico] <i>Branco</i>).
Canaã dos Carajás	Topônimo composto (Subst. Fem. [hebraico] <i>Canaã</i> + subs. Masc. [tupi] <i>Carajás</i>).
Conceição do Araguaia	Topônimo composto híbrido (subst. [latim] <i>Conceição</i> + prep. <i>de</i> + art. <i>o</i> +subst [tupi] <i>Araguaia</i>).
Cumaru do Norte	Topônimo composto híbrido (subst. Masc. [tupi] <i>Cumaru</i> + prep. <i>de</i> +art. <i>o</i> + subst. Masc. [anglo saxônio] <i>Norte</i>)
Curianópolis	Topônimo híbrido (subst.[tupi] <i>Curió</i> + suf.[grego] <i>pólís</i>).
Dom Eliseu	Topônimo composto híbrido (subst. Masc.[latim] <i>Dom</i> + subst.Masc.[hebraico] <i>Eliseu</i>).
Eldorado dos Carajás	Topônimo composto (Subst. Masc.[espanhol] <i>Eldorado</i> + contração da preposição <i>de</i> com o artigo masculino <i>o</i> + (Subst. Masc. [tupi] <i>Carajás</i>
Floresta do Araguaia	Topônimo composto híbrido (subst.[francês] <i>Floresta</i> + prep. <i>de</i> + art. <i>o</i> +subst [tupi] <i>Araguaia</i>).

Goianésia do Pará	Topônimo composto híbrido (Subst. Masc. [tupi] <i>Goia</i> + sufixo [grego] - <i>nésia</i> + contração da preposição <i>de</i> com o artigo masculino <i>o</i> + subst. Masc. [tupi] <i>Pará</i>).
Itupiranga	Topônimo simples (subst. Masc.[tupi] <i>Itupiranga</i>).
Jacundá	Topônimo simples (Subst. Masc. [tupi] <i>Jacundá</i>).
Marabá	Topônimo simples (subst. Masc. [tupi] <i>Marabá</i>).
Nova Ipixuna	Topônimo composto híbrido (Subst. Fem. [latim] <i>nova</i> + subst. Fem. [Tupi] <i>Ipixuna</i>).
Novo Repartimento	Topônimo composto (adj. Masc.[latim] <i>novo</i> + verbo [latim] <i>repartir</i> + sufixo - <i>mento</i>).
Ourilândia do Norte	Topônimo composto híbrido (subst. Masc[latim] <i>ouro</i> + subst. Fem. [inglês] <i>lând</i> +suf. Nom. [grego] <i>ia</i> +prep. <i>de</i> + art. <i>o</i> + subst. masc. [anglo-saxão] <i>norte</i>).
Palestina do Pará	Topônimo composto híbrido (Subst. Fem. [hebraico] <i>Palestina</i> + contração da preposição <i>de</i> + o artigo masculino <i>o</i> + subst. Masc. [tupi] <i>Pará</i>).
Paragominas	Termo composto híbrido (Subst.Masc.[tupi] <i>Pará</i> + a sigla do Estado de Goiás [tupi] <i>GO</i> + o primeiro termo do topônimo de Minas Gerais [francês] <i>Minas</i>).
Parauapebas	Topônimo simples (subst. Masc. [tupi] <i>Parauapebas</i>).
Pau d' Arco	Topônimo composto (subst. Masc.[latim] <i>Pau</i> + contração da preposição <i>d'</i> + subst. Masc.[latim] <i>Arco</i>).
Piçarra	Topônimo simples (subst. Fem.[espanhol] <i>Piçarra</i>).
Redenção	Topônimo simples (subst. Masc.[latim] <i>Redenção</i>).
Rio Maria	Topônimo composto híbrido (subst. Masc.[latim] <i>Rio</i> + subst. Fem. [hebraico] <i>Maria</i>).
Rondon do Pará	Topônimo composto híbrido (Subst. Masc. [francês] <i>Rondon</i> + contração da preposição <i>de</i> com o artigo masculino <i>o</i> + subst. Masc.[tupi] <i>Pará</i>)
Santa Maria das Barreiras	Topônimo composto (Subst. Fem. [latim] <i>Santa</i> + subst. Fem. [hebraico] <i>Maria</i> + contração da preposição <i>de</i> com o artigo feminino <i>a</i> no plural + subst. Fem. [latim] <i>Barra</i> + sufixo [latim] <i>eira</i> no plural).
Santana do Araguaia	Topônimo composto híbrido (subst.[latim] <i>Santaj</i> + [hebraico] <i>Ana</i> + prep. <i>de</i> + art. <i>o</i> +subst [tupi] <i>Araguaia</i>).
São Domingos do Araguaia	Topônimo composto híbrido (subst.[latim] <i>São</i> + subst.[hebraico] <i>Domingos</i> + prep. <i>de</i> + art. <i>o</i> +subst. [tupi] <i>Araguaia</i>).
São Félix do Xingu	Topônimo composto híbrido (subst. Masc. [latim] <i>São</i> + subst. Masc. [latim] <i>Félix</i> +prep. <i>de</i> + art. <i>o</i> + subst. Masc.[tupi] <i>Xingu</i>).
São Geraldo do Araguaia	Topônimo composto híbrido (subst.[latim] <i>São</i> +subst.[germânico] <i>Geraldo</i> + prep. <i>de</i> + art. <i>o</i> +subst. [tupi] <i>Araguaia</i>).
São João do Araguaia	Topônimo composto híbrido (subst.[latim] <i>Santo</i> + subst. [hebraico] <i>João</i> + prep. <i>de</i> + art. <i>o</i> + subst. [tupi] <i>Araguaia</i>).
Sapucaia	Topônimo simples (Subst. Fem. [tupi] <i>Sapucaia</i>).
Tucumã	Topônimo simples (subst. Masc.[tupi] <i>Tucumã</i>).
Tucuruí	Topônimo simples (subst. Masc. [tupi] <i>Tucuruí</i>).
Ulianópolis	Topônimo híbrido composto por aglutinação (Subst. Fem. [italiano] <i>Uliana</i> + elemento de ligação <i>o</i> + sufixo [grego] - <i>pólis</i>).
Xinguara	Topônimo híbrido constituído por aglutinação (Subst. Masc. [tupi] <i>Xingu</i> + termo [tupi] <i>ara</i> em alusão ao Rio Araguaia).

Fonte: elaborado pela autora.

3.4.1 Morfologia Flexional dos topônimos

No que tange a morfologia flexional dos topônimos, seguem os critérios adotados por Basílio (2007) a qual ressalta que a “atribuição de palavras a diferentes classes é feita com base em categorias gramaticais e suas manifestações na flexão e nos mecanismo de concordância”,

através do critério morfológico “o substantivo é definido como a palavra que apresenta as categorias de gênero e número” (BASÍLIO, 2007, p. 57), sendo os substantivos flexionados em relação ao gênero e número, optou-se por classificar os topônimos quanto a sua morfologia flexional em gênero (feminino e masculino) e número (singular e plural).

O quadro (10) evidencia os topônimos em estudos em relação ao gênero, para realizar essa classificação levamos em consideração o primeiro termo quando o topônimo for composto, visto que, há topônimos formados por termos masculino e feminino, como exemplo, os topônimos compostos Goianésia do Pará, em que, Goianésia é um substantivo feminino e Pará um substantivo masculino e Canaã dos Carajás, em que Canaã é um substantivo feminino e Carajás é classificado como substantivo masculino.

Quadro 10: Topônimos masculinos e femininos

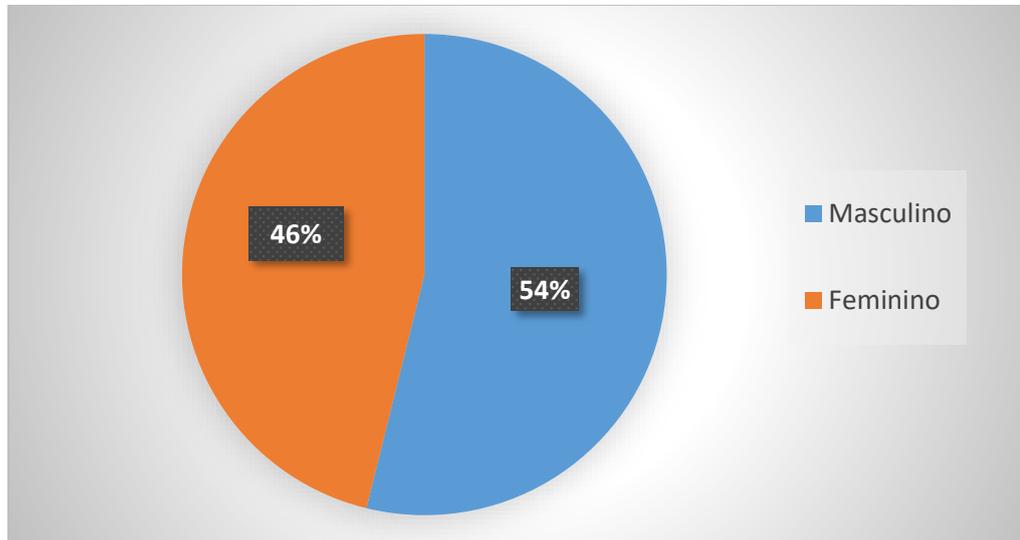
Topônimo masculino	Topônimo feminino
Abel Figueiredo	Água Azul do Norte
Bannach	Canaã dos Carajás
Bom Jesus do Tocantins	Conceição do Araguaia
Brejo Grande do Araguaia	Floresta do Araguaia
Breu Branco	Goianésia do Pará
Cumarú do Norte	Nova Ipixuna
Curionópolis	Ourilândia do Norte
Dom Eliseu	Palestina do Pará
Eldorado dos Carajás	Paragominas
Itupiranga	Parauapebas
Jacundá	Piçarra
Marabá	Redenção
Novo Repartimento	Rio Maria
Pau d' Arco	Santa Maria das Barreiras
Rondon do Pará	Santana do Araguaia
São Domingos do Araguaia	Sapucaia
São Félix do Xingu	Ulianópolis
São Geraldo do Araguaia	Xinguara
São João do Araguaia	
Tucumã	
Tucuruí	

Fonte: elaborado pela autora.

Quando feita a divisão e classificação dos 39 topônimos da mesorregião sudeste do Pará em masculino e feminino no quadro, 21 foram agrupados como masculinos e 18 como femininos. Assim sendo, há a predominância nessas nomeações do gênero masculino. Nos topônimos simples formado por sufixação como Ourilândia, considerou-se o termo como um todo e não apenas parte, se assim fosse, Ourilândia seria classificado como masculino uma vez que o topônimo vem do termo ouro + prefixo –lândia. Assim também ocorre com o topônimo Xinguara, classificado como feminino por considerarmos assim, mesmo sendo formado pela

junção dos substantivos masculinos Xingu e Araguaia. Os números quantitativos em percentuais são apresentados no gráfico (2).

Gráfico 2: Flexão de gênero dos topônimos



Fonte: elaborado pela autora.

No gráfico 2 em dados percentuais os topônimos 46% dos topônimos são classificados como femininos e 54% como masculino.

No que tange a segunda categoria que podem ser classificados os topônimos, segundo a morfologia flexional, a flexão de número, de acordo com Camara Júnior (2015, p.84) “cria o contraste entre forma singular e forma plural, decorre da presença, no plural, de um sufixo flexional, ou desinência /S/, com que a última sílaba do nome passa a terminar”. Assim, o quadro 11 apresenta a ocorrência dos nomes no singular e no plural.

Quadro 11: Topônimos singular e plural

Singular	Plural
Abel Figueiredo	Canaã dos Carajás
Água Azul do Norte	Curionópolis
Bannach	Eldorado dos Carajás
Bom Jesus do Tocantins	Paragominas
Brejo Grande do Araguaia	Parauapebas
Breu Branco	Santa Maria das Barreiras
Conceição do Araguaia	Ulianópolis
Cumaru do Norte	
Dom Eliseu	
Floresta do Araguaia	
Goianésia do Pará	
Itupiranga	
Jacundá	
Marabá	

Nova Ipixuna
 Novo Repartimento
 Ourilândia do Norte
 Palestina do Pará
 Pau d' Arco
 Piçarra
 Redenção
 Rio Maria
 Rondon do Pará
 Santana do Araguaia
 São Domingos do Araguaia
 São Félix do Xingu
 São Geraldo do Araguaia
 São João do Araguaia
 Sapucaia
 Tucumã
 Tucuruí
 Xinguara

Fonte: elaborado pela autora.

No quadro 11 evidencia que dentre os topônimos da pesquisa, 32 possuem em sua estrutura morfológica o caráter de termos no singular e apenas sete foram classificados com flexão para o plural, sendo o último termo marcado pela presença da desinência /S/.

3.4.2 *Morfologia Derivacional dos topônimos*

O léxico é composto pelos vocábulos de uma determinada língua e não é estático, está em constante aquisição de novos vocábulos. A formação de novas palavras ocorrem, através dos processos morfológicos de composição e derivação. A composição se subclassifica em justaposição e aglutinação, e a derivação se subclassifica em derivação prefixal, sufixal e parassintética.

Segundo Margarida Basílio (2007, p. 29) “o que caracteriza e define a função do processo de composição é a sua estrutura, de tal maneira que, das bases que se juntam para formar uma palavra, cada uma tem seu papel definido pela estrutura”. Em outras palavras, o que assinala o processo de composição é a junção de uma unidade de significação, a existência de outra base, ou seja, a composição ocorre quando dois ou mais radicais se combinam. Como exemplo, a autora cita o composto formado por substantivo + substantivo, em que o primeiro funciona como núcleo da construção e o segundo como modificador, especificador ou qualificador, tais como *sofá-cama, couve-flor, salário-família* (BASÍLIO 2007, p. 33).

Em se tratando do léxico toponímico, o processo de composição demonstra alta produtividade, principalmente por meio da justaposição, tanto substantivo + substantivo, substantivo + adjetivo quanto adjetivo + substantivo. Podem ser citados, como exemplos, os

topônimos *Abel Figueiredo (PA)*, (subs + subs), *Porto Nacional (TO)* (subs + adj), *Novo Repartimento (PA)* (adj +subs), Bom Jesus do Tocantins *(PA)* (adj + subs + subs).

O processo de aglutinação acontece quando há a junção de dois termos, resultando em apenas um, mas não interferindo em seu aspecto semântico. Ou, nas palavras de Kehdi (2003, p. 36), “Tem-se a aglutinação quando os vocábulos ligados se fundem num todo fonético, com um único acento, e o primeiro perde alguns elementos fonéticos (acento tônico, vogais ou consoantes): *boquiaberto*, *pernalta*. Na materialidade empírica deste estudo, tem-se os termos *Paragominas*, junção dos nomes Pará, Goiás e Minas, e *Ulianópolis*, junção do nome Uliana + o elemento de ligação “o” + pólis.

4 PROCESSOS DE PRÁTICAS DE NOMEAÇÃO NO SUDESTE DO PARÁ: MANUTENÇÃO DA COLONIALIDADE

O presente capítulo centra-se na discussão acerca das práticas de nomeações dos municípios da mesorregião sudeste do Pará, a partir da organização da materialidade empírica apresentada no capítulo anterior e como essas práticas contribuem para a manutenção da colonialidade. Para isso, é preciso que haja um posicionamento social e político sobre as nomeações, a postura aqui assumida é a decolonial.

4.1 Opção decolonial

Escolher um nome nem de longe acontece de forma arbitrária ou aleatória, há um contexto, um motivo, uma motivação. Os nomes de lugares, especialmente os nomes de cidades, em sua maioria, expressam algo relacionado ao imaginário local ou à cosmo percepção da comunidade local, seja características físicas, referência a uma figura pública, um fato histórico, dentre outros.

Assim, ao naturalizar-se as escolhas e as práticas de nomeação sem entender, problematizar ou conhecer todo o processo envolto dessa ação, acaba-se por reforçar o prestígio da colonização, especialmente vinculado ao poder de dominação e exploração. Quem fez a escolha do nome? O que esse nome pode dizer a respeito da sua localidade e de quem o escolheu? Ao realizar tais questionamentos busca-se não só entender o processo de nomeação de uma localidade, mas também, problematizar essa nomeação e os sujeitos envolvidos no processo de nomeação. Tal problematização envolve e exige uma postura decolonial.

Para Mignolo (2009), a postura decolonial é uma opção política de ruptura com a forma eurocêntricaocidental de pensar e conceber o mundo e de construir conhecimento e, por conseguinte, é a ruptura com os padrões estabelecidos pela colonialidade, propiciando trocas com outras epistemologias e cosmologias, como as dos povos indígenas e africanos. A postura decolonial, então, é uma forma de enfrentamento e resistência para com a proposta hegemônica de dominação e colonização europeia e estadunidense sobre povos e territórios em todo o mundo.

Assumir a postura decolonial, é resistir e enfrentar a colonialidade do poder, entendida por Quijano (2000) como um padrão do poder mundial que inicia com a colonização europeia do território que hoje se reconhece como América Latina e, posteriormente, avança por todo o mundo. Refere-se ao padrão de poder colonial possibilitado pela diferenciação racial que passa

a constituir e hierarquizar o mundo moderno e a população humana a partir de uma ficção geopolítica. Tudo que não se encaixa no padrão preestabelecido é retirado, apagado, discriminado, considerado “errado”, “feio” e “ruim”. A colonialidade do poder, é assim, “o controle racial que, mais do que hierarquizar as existências a partir da categoria raça, põe em curso um poder de eliminação cultural, social, econômica, política e epistêmica das populações racializadas como não brancas” (SANTOS; SANTANA, 2022, p. 65).

As marcas deixadas pela colonização ficam tão enraizadas no colonizado, que muitas vezes são passíveis de acomodação e aceitação. A proposta desta subseção é apresentar as marcas da colonialidade existentes nas práticas de nomeação da mesorregião do sudeste paraense bem como, inferir reflexões sobre as possíveis ações de enfrentamento e rupturas com a presença da colonialidade do poder (QUIJANO, 1992).

Nessa ação de poder, quem participa? pois dar nome a algo, a alguém ou lugar é preciso poder. O poder de prestígio social, o poder hierárquico e/ou poder político. Quais são os corpos presentes nesses espaços? Quem participa dessas ações, quais corpos têm o poder da fala, quais corpos são silenciados, as relações e tensões explícitas e implícitas que significados podem ser sugeridos a partir das constatações sobre a materialidade empírica da pesquisa. Para isso, se faz necessário relacionar a colonialidade, a língua, a cultura e a sociedade no contexto sul paraense.

Ao realizar uma observação aos nomes em estudo dos municípios localizados geograficamente no sul do Pará com os nomes dos municípios localizados na região norte e metropolitana nota-se diferenças, uma vez que os nomes da região sul, mais especificamente da mesorregião sudeste, em sua maioria fazem menção aos processos migratórios físicos e ideológicos, seja em referência aos nomes, sobrenomes dos colonizadores, seja em referência a religião do colonizador.

Observa-se que existe uma dominação do imaginário (QUIJANO, 1992) paraense sobre a história de colonização desse espaço. De acordo com Bazzo (2020):

Tendo sido o Norte dominado por portugueses (europeus, estrangeiros) somente, sem misturas, a forma de falar das pessoas daquela região ganha uma valoração com adjetivos como “charmoso”, “melhor”. Em contrapartida, a região Sul vem sendo dominada por corpos nacionais, marcados racialmente, resultando numa mistura linguística, de difícil definição, deixando de ser charmosa- (BAZZO, 2020, p. 97-98)

Os aspectos linguísticos do Sul do Pará são marcados pela diferenciação em relação a região Norte do estado. Esta diferenciação e marcação são em decorrências aos corpos racializados presentes na região Sul e as intensas misturas advindas dos processos (i)migratório.

As consequências das invasões, explorações, escravização, dominação resultantes do processo de colonização do espaço paraense pelos portugueses, nem sempre ou quase sempre não é contado de forma real e acaba não sendo vista como negativa e nem problematizada, uma vez que, os corpos que contam versões diferentes da dos colonizadores são silenciados, não possuem a oportunidade de falar, contar ou narrar o seu lado da história. A presença da colonização europeia deixou marcado seus vestígios na língua. É notória a diferença cultural e linguística existente entre o Norte e Sul do estado paraense. As marcas deixadas pela língua do colonizador têm valorização. Com a valorização, as histórias e os contextos de violência são encobertos e silenciados pelo “contador” das histórias oficiais. O silenciamento, o apagamento histórico, são mecanismos da colonialidade para manter corpos obedientes e submissos.

A região Sul do Pará sofre diferenciação em comparação ao Norte do estado, também em relação a sua estrutura territorial e distribuição de recursos. Em quanto no Norte, região próxima a capital do estado e região metropolitana encontram-se cidades mais estruturadas, com ruas asfaltadas, com acesso a rede de esgoto, universidades, atendimento e tratamento médico, dentre outras oportunidades. As cidades localizadas ao Sul, foram e estão sendo criadas de forma desorganizadas e sem estruturas básicas como ruas asfaltadas e iluminação das vias públicas. Além de serem localizadas acerca de mais de 1000 km da capital, como por exemplo, a cidade de São Félix do Xingu, fato esse que dificulta o acesso a Capital e até mesmo a distribuição de recursos financeiros realizada pelo Governo.

Por não terem em suas cidades universidades, atendimento hospitalar estruturado com tratamento e equipamentos especializados, os paraenses do Sul quando necessitam desses serviços precisam se deslocar, ou mandarem seus filhos, no caso dos pais que conseguem custear financeiramente a estadia do filho em outra cidade para estudar em uma faculdade. E na maioria das vezes a cidade escolhida não é a Capital paraense, mas sim a capital goiana, talvez isso possa ser explicado pela proximidade e identificação cultural e linguística da região com o estado de Goiás do que propriamente com a região de Belém, o que reforça a influência deixada pela migração goiana na identidade local.

A realidade de desigualdades vivenciada no estado paraense faz com que os indivíduos que estão à margem, longe do centro sintam-se esquecidos e invisibilizados. Em um local desamparado pelos governantes, “numa região que é “borda” e “periferia” na perspectiva da colonialidade do poder (QUIJANO, 1992), que organiza não apenas o espaço paraense, mas toda a região amazônica, quíça toda a América Latina”. (BAZZO, 2020, p. 99)

4.2 Manutenção da colonialidade nos processos e práticas de nomeação das cidades do sudeste do Pará

Os espaços, os lugares e as cosmopercepções foram ocupadas física e ideologicamente pelas constantes e diversas (i)migrações, desde as primeiras invasões coloniais extrativistas/exploradoras, escravagistas e missionárias até as atuais. A ocupação física e ideológica da mesorregião sudeste do Pará reconfigura e, muitas vezes, transfigura, os espaços e os lugares. Uma das evidências dessa re/transfiguração se manifesta nos processos e práticas de nomeação dos lugares, isto é, na toponímia, sobretudo onde se percebe disputa sociolinguística, o tensionamento do espaço enunciativo entre as línguas indígenas e a língua de colonização, seja no passado ou na atualidade.

Por isso, é importante enfatizar, este estudo dos processos e práticas de nomeação de lugares, embora parta da descrição, interpretação e discussão dos topônimos, considerando a relevância dos estudos toponímicos, uma área consolidada no Brasil, está vinculado à Sociolinguística e é um estudo de abordagem político-linguística dos processos e práticas de nomeação de lugares.

A principal preocupação deste estudo é com os conflitos e tensões históricas e políticas, nas disputas por lugares – as lutas fundiárias – e por espaços – as disputas linguísticas –, geradas pelos impactos dos diferentes processos (i)migratórios na mesorregião do sudeste do Pará, que se manifestam, no caso específico desta discussão, nas nomeações dos lugares. As nomeações são entendidas como práticas de linguagem que interferem, modificando a realidade. Assim, em síntese, nessa perspectiva, o ato de nomear é um ato de poder, gerador de conflitos.

E como nas relações de poder, nem tudo são “flores”, as práticas de nomeação são atos de poder, são campos de lutas linguísticas, lutas que, na maioria das vezes, são vencidas por indivíduos que habitam corpo de poder e lugar de privilégios. Os processos de nomeação e, com os processos migratórios de renomeação, implicam lutas e conflitos linguísticos. Logo, as cosmopercepções não são formadas de maneira harmoniosa. São resultados de conflitos, tensões e resistências. Os lugares que são ocupados, muitas vezes, já têm nomes, são reocupados e renomeados.

Através do contexto histórico de formação dos municípios apresentados nos capítulos anteriores, é possível inferir reflexões acerca do processo de colonização dos municípios em realce, por meio da nomeação desses lugares percebe-se que o colonizador adentrou as terras e

trouxe consigo suas práticas, suas leis, ordens, nomes e cultura. E como se fosse terra de “ninguém” fixou, explorou e (re)nomeou. Esses nomes são em referência a cidade natal dos colonizadores, que ocuparam as terras e se tornaram donos de grandes fazendas, e como “favor” fizeram a doação de uma parcela dessa terra, que não era sua, e em troca houve a exigência da escolha do nome do lugar, como a exemplo de Goianésia do Pará, Paragominas, Ulianópolis, Bannach, sendo os dois últimos topônimos em referência a sobrenomes de famílias colonizadoras, então, há uma forte relação de poder e troca de favores. A nomeação dessas localidades não foi uma escolha da comunidade, mas uma imposição, tal qual o modelo da colonização e seus executores.

São nomes de “notáveis cidadãos locais” que receberam homenagem. Abel Figueiredo, político de grande influência na região, a família dos Bannach, que migraram para a região na década de 70, e Rondon, em Rondon do Pará, em referência ao projeto Rondon, cujo nome faz uma homenagem a um bandeirante do século XX, o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Contudo, antes de chamar Rondon do Pará, a região tinha por nome Candangolândia, em referência aos migrantes. A cidade de Ulianópolis também teve por denominação anterior o nome Gurupizinho dos Capixabas, sendo este adjetivo gentílico um termo relativo aos migrantes, que, no caso, foram migrantes do Estado do Espírito Santo. A troca do nome de Candangolândia para Rondon do Pará em referência a um bandeirante, revela a influência e relação de poder existente nessa localidade por parte desse indivíduo.

Em se tratando dos termos de pertencimento, como Pará e Carajás, observa-se que essa peculiaridade reforça as características e o pertencimento do topônimo aquela região. Pois, não é *Goianésia* do estado de Goiás, é *Goianésia* do *Pará* e não é *Eldorado*, a cidade perdida construída sob o ouro maciço, mas sim, a cidade de *Eldorado dos Carajás*, da “serra do ouro” que se localiza no estado do Pará. A partir dessa observação nota-se a tentativa de associar aos topônimos uma noção de pertencimento e com a identidade local.

Em relação as características internas dos topônimos Palestina do Pará, Canaã dos Carajás e Eldorado são topônimos compostos formados pela justaposição de um elemento genérico (EG) - a cidade do oriente médio, a terra prometida e a terra pródiga - a um termo específico (TE) - a designação oficial do próprio estado, Pará, ou da designação da região dos Carajás. Quanto às características externas, esses três topônimos apresentam motivação em nomes de países e regiões relacionados à religião.

Segundo Dick (1988, p. 85), com a transposição de povos de um lugar para outro, deu-se muitas vezes o deslocamento de primitivos nomes de lugares, de vocábulos que já nomeavam acidentes geográficos de outra região. Nesse caso, há o fenômeno da transposição, por isso,

tem-se conhecimento de cidades que se nomeiam identicamente, em pontos distintos. Desse modo, em algum momento, houve um interesse em trazer para o novo ambiente a presença do velho e tradicional, justificado talvez pelo saudosismo da terra distante ou por qualquer outro tipo de homenagem, assim temos os étimos Paragominas em referência aos estados de Goiás e Minas e Goianésia do Pará, em homenagem à cidade de Goianésia em Goiás. Reforçando, de certo modo, a presença e as marcas deixadas pelos processos migratórios na formação das práticas de nomeação, linguísticas, cultura e identitárias.

O topônimo Paragominas está em uma tríplice fronteira e o nome não só descreve isso, mas cria esse lugar de fronteira tripla, e reforça isso ao possuir em sua estrutura morfológica termos de referência a três estados brasileiros, Pará, Goiás e Minas Gerais e em sua formação ideológica, cultural e linguística mistura dos três estados. As fronteiras são marcadas por confrontos, embates e violência, segundo Massey (2017), em regiões de fronteira, a falta de negociação das identidades gera conflitos e violências.

A forma como os indivíduos identificam-se e territorializam-se nos municípios da mesorregião Sudeste do Pará decorrem dos processos de ocupação/(re)ocupação influenciados por interesses ou prestígios religiosos, como no caso das cidades anteriormente listadas, que fazem menção e referência a nomes consagrados à fé católica (nomes de santos), por meio do topônimo de natureza antropocultural, o hagiopônimo (que se refere à nomes sagrados ou religiosos) e também as que estão com seus nomes associados aos seus recursos naturais.

Para Dick (1998, p.99) os marcadores ideológicos são resultados da mentalidade dominante, costumam recobrir características que remetem a homenagens por vezes servis, fato não estranho aos considerados “descobridores”, navegantes, ou exploradores de território desconhecidos, aos governantes, sejam reis, imperadores, presidentes políticos dos atuais sistemas, incluindo-se aí até a gama variada do universo familiar.

Então, os topônimos estabelecidos por marcas ideológicas evidenciam a relação dominante/dominado, relações de poder do mando e da sujeição, mesmo em locais em que o exercício de autoridade não se define pelo continuísmo ou pela transmissão hereditária.

Os topônimos brasileiros com marcas ideológicas religiosas são em sua maioria herdados dos portugueses, esses nomes demonstram um interesse, “nomes de santos ou de elementos ligados ao Cristianismo poderiam revelar apego ao dogma, se não ao fato, à letra, e justificariam toda a dominação da nova terra a partir da preocupação de salvar as almas dos nativos, aliás, justificativa de todo o colonialismo europeu”. (FAGGION, MISTURINI E PIZZOL, 2013, p. 12)

Os topônimos em investigação, no aspecto ideológico, apontam as relações de poder, a imposição e valorização da religião dos dominantes. Para Dick (1998, p. 103) os diferentes marcadores ideológicos distribuem-se nas coordenadas tempo-situacionais, no qual há actantes básicos como nomeador, o objeto nomeado e o receptor. Assim, os nomes designados a lugares quase sempre estão relacionados com os fatores históricos, sociais, culturais e ideológicos de quando foram denominados.

Se os hagiotopônimos demonstram, na toponímia, a marca do sagrado, o que significa uma cosmovisão típica de uma época, outras marcas ideológicas distintas deste domínio podem ser notadas no universo onomástico. Também configuram épocas, estágios denominativos e chegam mesmo a definir a paisagem regional. O que muda de uma região a outra e mesmo em tempos recorrentes, é a personagem homenageada. Existem as constantes, sempre presentes na onomástica, os dirigentes políticos, reis, imperadores, os que fazem a história da terra e do povo, independentemente dos reais méritos. Mas há também os que nada produziram em prol da coletividade, o seu raio de atuação não ultrapassando o pequeno núcleo onde viveram; mesmo assim conseguem uma homenagem, ainda que a comunidade não participe dessa escolha.

O estudo das práticas de nomeação e sua relevância estão vinculados à necessidade do ser humano de nomear tudo à sua volta: pessoas, animais, objetos, lugares, dentre outros. Os nomes de lugares, em específico, possuem carga significativa e reflexiva de aspectos reais do local que está sendo nomeado. Por meio dos nomes de lugares é possível compreender as influências linguísticas de outros idiomas, reconstruir situações pretéritas, em seus aspectos físicos, sociais, ideológicos, econômicos e políticos, possibilitando observar traços da identidade de um determinado grupo social.

À vista disso, a nomeação ou o ato de nomear ocasiona intensas reflexões sobre quem nomeia? Quem pode nomear? parafraseando Spivak (2010), “pode o subalterno nomear”? As nomeações aqui estudadas apontam para embates entre os colonizadores, os povos colonizados e escravizados, africanos e indígenas, resultando em genocídio e memoricídio de comunidades inteiras. Por que isso acontece? Porque a região foi colonizada posteriormente ao restante do estado e sofreu práticas colonizadoras que ficaram enraizadas em seu contexto social e cultural. Os nomes desses municípios é mais uma das formas que o colonizador usou para legitimar seu poder.

O contexto de formação da mesorregião do sudeste do Pará é caracterizado pela migração física e ideológica, reconhecido como um *lugar de encontros e de passagens* de diferentes povos e diferentes cosmologias; uma região marcada pela colonialidade do poder, da língua, do ser e do saber, no qual foi estabelecido relações de inferioridade e fragmentação na

formação identitária, resutante do mecanismo de dominação e exploração do espaço, dos corpos, das línguas, dos saberes existentes, porém silenciados, marginalizados e subalternizados em detrimento de uma narrativa hegemônica ahistoricamente favorecendo o processo colonizador e seus “desbravadores” e “pioneiros”.

4.2.1 Identidades sulparaense

O contexto histórico dos municípios dos topônimos em estudo apresenta o processo de colonização assinalado pela migração e exploração da terra, seja em busca de mentais preciosos, madeira, seja pela pecuária ou devido a construção de estradas e rodovias que surgiam com a promessa de progresso e prosperidade no viés do colonizador.

Sem dúvidas, é grande a diversidade cultural e linguística que constitui a região sul paraense, em decorrência do contexto histórico, com ênfase nos processos migratórios que caracterizam a região como um lugar de encontro e de passagem de vários indivíduos de outros estados brasileiros.

Ainda que seja sabido da diversidade cultural da região, poucos dos topônimos fazem menção as línguas das várias comunidades tradicionais existentes na região. Quando existentes topônimos com termos de língua indígenas, esses são tupis, e podem ser explicados pela tentativa da impatação da língua Geral durante o início da colonização do estado e do país. A invisibilidade dos povos indígenas e seu apagamento são considerados como mais uma consequência da manutenção da colonialidade nesse espaço.

Mas, a região está associada a imagem de um espaço pouco desenvolvido, conflituoso e violento. E são relacionados esses aspectos com a existência dos povos indígenas, que são colocados em posição de povos bárbaros, culturalmente inferiores. De acordo com Quijano (1992), a imposição do pensamento hegemônico sobre regiões de colonização ocasiona, como consequência principal, o conceito de raça, e, como consequência, o genocídio em massa de corpos, saberes e culturas. Ainda digo que a referência ao corpo indígena, é negativa e pejorativa, ainda mais se considerarmos que essa referência venha de alguém com as vivências pertencentes aos grandes centros do país, como o Sudeste. O Pará e suas regiões sofrem discursos como “lá só tem mata e índio”, “as estradas são trieiros”, “não deve pegar nem sinal de telefone”. Por várias vezes fui alvo de discursos e “brincadeiras” sem graça como “de qua tribo você é?” Discursos como esses reforçam a desvalorização do estado do Pará. São discursos cruéis e violentos.

Em relação às línguas de origem africana, não foram encontrados por meio dos topônimos características linguísticas dessa procedência, fato que não se estranha devido à condição de escravos africanos e de seus descendentes na sociedade brasileira da colônia e do império.

São várias as histórias e perspectivas, que colocam o Pará marcado pela diferença e pela mistura, num processo de (re)construção e (re)conhecimento de identidades em uma comunidade historicamente caracterizada pela colonialidade e pelas relações de poder. Com isso, partir do pensamento de Quijano (1992), entendemos que por meio dos topônimos e dos contextos históricos estudados, “finda a colonização, permanece a colonialidade”. Observada, sobretudo, nos intensos conflitos agrários e de posse de terra, que marcam essa região

Então, todo o Sul do Pará nas palavras de Bazzo (2020, p.136), é a representação, na linguagem, das lutas sociais, culturais e econômicas na região; representa a dominação dos “de fora” sobre os “de dentro” e marca quem é e de onde é o “de fora” que está entrando e dominando o espaço.

As tensões envolvidas nas nomeações dos municípios da mesorregião do sudeste do Pará, são vencidas por corpos soberanos desde a colonização até a atualidade. As marcas do colonizador são evidentes. São os corpos brancos, homens e poderosos socialmente que nomeiam. São os sobrenomes das famílias colonizadoras, ricas, de fazendeiros e poderosas (Bannach, Ulianópolis) que nomeiam, marcam e remarcam o território.

É em referência a religião imposta pelo colonizador europeu que se tem o maior número de topônimos, o total de seis como demonstrado no quadro 5 do capítulo anterior. Os hagiotopônimos, suplantam não só territorialmente lugares já nomeados, mas também como ideologicamente, resultando no apagamento e silenciamento de corpos indígenas e quilombolas. A religião é um forte e importante meio usado pelos colonizadores para impor suas ideologias e assegurar uma colonização/ocupação de corpos e territórios físicos e ideológicos.

São nos hidrotopônimos e nos fitotopônimos onde mais se percebe uma disputa sociolinguística, o tensionamento do espaço enunciativo entre a língua Tupi e a língua da colonização. Talvez isso de se deve ao fato dessas duas taxes estarem ligadas a relação homem e natureza.

Em suma, nota-se nas práticas de nomeação dos topônimos em estudo um apagamento dos povos indígenas, pois em nenhum dos topônimos tem-se referência ou com motivação de nomes de lideranças indígenas ou de seu povo. Logo esses, os indígenas, que já estavam fixados na região antes da “povoação” /colonização realizada por qualquer migrante.

Diante do exposto, fica mais do que evidente que o ato de nomear, mas que um ato de criar, é um ato de dominar. A colonização e os processos migratórios acabam “estabelecendo que o dominador, a quem tudo passa a pertencer, por direito natural, era/é superior ao povo dominado, que por ser inferior deve servir e obedecer ao seu superior.” (REZENDE, 2019, p.3)

Se por meio dos nomes dos lugares é possível inferir acerca da identidade coletiva de uma comunidade (DICK, 1990b) esse pensamento vai de contrapartida as palavras de Tubino (2005) que explica, que: “el problema estructural de los nacionalismos modernos es que construyen identidades colectivas que eclipsan la diversidad cultural y la homogeneizan a partir de la lengua y la cultura de la élite hegemónica” (TUBINO, 2005, p. 01). Assim, a diversidade cultural da mesorregião do sudeste do Pará é constantemente suplantada e homogeneizada por meio da língua e cultura da elite hegemônica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa discutiu-se os impactos dos processos migratórios nas práticas de nomeação dos municípios que compõem a mesorregião do sudeste paraense. De forma específica, a discussão girou em torno de como o processo de migração interferiu na designação dos topônimos, sustentando a manutenção da colonialidade do poder inscrita na nomeação desses lugares.

Para tal, relacionou-se aspectos históricos de formação da mesorregião às práticas linguísticas e culturais de nomeação que atuaram nesse espaço. Ao se tratar das escolhas dos nomes, percebemos a manutenção da colonialidade do poder, evidenciadas nas ideologias linguísticas subjacentes às práticas de nomeação dos lugares. Então, percebemos que os topônimos da mesorregião sudeste do Pará, em sua maioria, fazem referência a aspectos históricos ocasionados devido ao processo de colonização da região, como, por exemplo, a religião, a exploração de recursos vegetais e minerais e aos processos migratórios físicos e ideológicos.

A colonização ocorreu no espaço físico, em se tratando de território, corpo em se tratando de indivíduos e ideológico, por meio da religião, crenças e cultura imposta. O que existia antes da chegada dos colonizadores, passou a não existir mais. Não tem registro nos livros, a versão histórica contada e escrita é do colonizador. Aquele que chegou “descobriu”, “desbravou”, “fundou” e “criou” vilas que posteriormente foram transformadas em cidades, esse registro dos fatos pelo viés do colonizador indica e reforça o lugar de poder e prestígio da escrita, da história e memória. Foram e são os colonizadores que contam e materializam por meio da escrita a história de construção territorial, social e cultural do sul do Pará.

Os povos nativos foram silenciados, invisibilizados, impedidos de contar sua versão dos fatos. E quando houve tentativa de falas, porque houve, uma vez que a colonização, a invasão nem de longe acontece de maneira harmoniosa, as falas e as lutas resultaram em conflitos, em mortes e quando menos como consequência houve a sujeição das ideologias do dominante, neste caso, o colonizador, o migrante, o não indígena.

Assim, tem-se o contexto histórico hegemônico estabelecido no interior do Pará, a noção de ahistoricidade (QUIJANO, 2009), que constrói e solidifica o mito de formação e de desenvolvimento da região, posicionando os colonizadores como “fundadores”, “pioneiros” e “desbravadores”, e apagando toda e qualquer possibilidade de existência de história, cultura e indivíduos antes da chegada dos colonizadores à região.

As diferentes estruturas de composição dos topônimos, conforme demonstrou a análise e descrição linguística, não deixam dúvidas de que a escolha dos nomes dificilmente comporta a marca da impessoalidade, traduzida por algo aleatório ao ato denominativo em si mesmo, tendo em vista que há vários agentes motivadores na estruturação do nome de um lugar. De fato, que diversos migrantes vêm construindo a identidade da mesorregião do sudeste do Pará, nomeando os lugares e atribuindo a eles marcas de suas vivências e experiências, fazendo deles um meio de preservação da memória e da construção de uma identidade.

Os topônimos da mesorregião do sudeste do Pará evidenciam que as localidades que hoje se encontram os municípios, foram ocupadas e reocupadas, tanto de forma física, quanto ideológica. Em destaque temos as ações realizadas por religiosos, como Frei Gil de Vila Nova e suas expedições missionárias na região, famílias evangélicas, ações e influências de políticos e migrações de pessoas oriundas de diversas regiões do Brasil.

No decorrer do trabalho foram apresentados os 39 topônimos e suas respectivas classificações, sendo 21 de natureza antropocultural, 18 de natureza física. Dentre eles dez são hidrotopônimos, seis antropotopônimos, seis hagiopônimos, cinco fitotopônimos, quatro hierotopônimos, três corotopônimos, dois litotopônimos, dois sociotopônimos e um zootopônimo.

A taxa dos hidrotopônimos é a taxa que mais se sobressaem em quantidade em relação as demais, cerca de 26% dos topônimos receberam essa classificação. Seguido dos antropotopônimos e hagiopônimos que somam 15% cada um.

Em relação aos 29 topônimos compostos, deles 18 são de Natureza Antropocultural e 11 de Natureza Física. Neste grupo em relação a quantitativo também se sobressaíram os hidrotopônimos, os hagiopônimos e os antropotopônimos, sendo eles sete, seis e cinco respectivamente.

A maioria dos topônimos são compostos. Restando apenas o número de 10 topônimos simples. Os topônimos simples estão classificados como sendo sete de natureza física e três de natureza antropocultural, divididos em dois fitotopônimos, três hidropotopônimos, um antropotopônimo, um sociotopônimo, um zootopônimo, um litotopônimo e um hierotopônimo.

Quando feita a divisão e classificação dos 39 topônimos da mesorregião sudeste do Pará em masculino e feminino no quadro, 21 foram agrupados como masculinos e 18 como femininos. Assim sendo, há a predominância nessas nomeações do gênero masculino, o que nos leva a refletir acerca da predominância do patriarcalismo e o silenciamento do corpo feminino.

Em referência aos antropotopônimos, Abel Figueiredo, Bannach e Ulianópolis, percebe-se as escolhas ideológicas e políticas marcadas de formas mais explícita no primeiro,

já os demais nos fazem menção a cultura das famílias detentoras de poder que dominavam e dominam as localidades até os dias atuais, famílias ricas, próximas a políticos influentes que ditavam e ditam as “ordens” entre elas e não menos importante, as escolhas dos nomes.

À vista disso, diante das discussões expostas, foi possível chegar ao desfecho de que como já era de se imaginar, perante a uma sociedade marcada/fundada no colonialismo, o subalterno não pode falar, “É impossível para a subalterna falar ou recuperar sua voz e, mesmo que ela tivesse tentado com toda sua força e violência, sua voz ainda não seria escutada ou compreendida pelos que estão no poder. (KILOMBA, 2010, p. 47) o subalterno não pode falar, pois, “está sempre confinada à posição de marginalidade e silêncio que o pós-colonialismo prescreve” (KILOMBA, 2010, p. 47), o subalterno não pode falar a não ser aquilo que agrada e é propagado pela/para minoria hegemônica, detentora do poder político, econômico, social e ideológico. Então, se o subalterno não pode falar, tampouco pode nomear, visto que, nomear é um ato de poder.

As vozes dos indígenas, negros, pardos e mestiços “graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se ‘especialistas’ em nossa cultura, e mesmo em nós” (KILOMBA, 2010, p. 51). Em suma, fica evidente que por meio da história, da escrita, da língua e da nomeação, os colonizadores afirmam e reafirmam sua supremacia e detenção do poder, pois como demonstrado nesta pesquisa, as práticas de nomeação demonstram a manutenção da memória de uma determinada cultura em contrapartida ao memoricídio, apagamento ou silenciamento de outras. Evidenciando a supremacia do colonizador, que chega na terra, explora as riquezas, fixam moradias e ainda “apagam” os povos lá já existentes.

Por meio da observação, análise e descrição da materialidade empírica, os topônimos, foi possível constatar que os dos processos migratórios deixaram registros na toponímia local. Assim, estabelecem um vínculo de identidade entre o termo escolhido e o lugar nomeado. Desse modo, os topônimos podem representar valores e podem revelar traços culturais da memória e da identidade de uma região, mas antes disso revela mais sobre quem nomeia do que propriamente o lugar nomeado.

Esperamos termos contribuído para a compreensão da identidade sul-paraense, a partir dos processos de sua formação, tendo em vista as diversidades culturais, ideológicas, sociais e linguísticas existentes na região. Uma vez que os nomes de lugares, em específico, possuem carga significativa e reflexiva de aspectos físicos do local nomeado e físico e ideológico de quem nomeia. Por meio dos nomes de lugares, é possível compreender as influências

linguísticas de outras línguas, remeter situações do passado, em seus aspectos físicos, sociais, ideológicos, econômicos e políticos, o que possibilita observar traços da identidade de um determinado grupo social.

Acreditamos que com este trabalho e com os posicionamentos aqui assumidos tenhamos e possamos romper, se não, ao menos desestabilizar raízes tão sólidas deixadas, regadas e mantidas pela colonização.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Ribeiro do. *Fundação de Belém do Pará*. Jornada de Francisco Caldeira de Castello Branco em 1616. Brasília, DF. Editora do Senado. 2004. 108p.
- AMORIM, Maria Adelina. *Os franciscanos no Maranhão e Grão-Pará: missão e cultura na primeira metade de seiscentos*, Lisboa: Instituto Camões, 2005.
- ANDRADE, Karylleila dos Santos. *Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins: Projeto ATITO*. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2006.
- BASILIO, Margarida. *Formação e classe de palavras no português do Brasil*. 3. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.
- BAZZO, Manoella Gonçalves. *Estudo sociolinguístico do /r/ retroflexo: uma pegada decolonial sobre a realização da variante entre sujeitos do município de Redenção – Pará*. 2020. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.
- CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Tradução Maria Letícia Ferreira. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- CARVALHO, José Rodrigues de. *Ensino de geografia, discursos e o espaço cultural escolar: diferenças e identidades etnicorraciais e regionais em escolas públicas de Redenção, Pará*, 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, 2019. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9657>. Acesso em: 21 maio de 2020.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Literatura oral no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Global, 2006.
- CRUZ, Daniel; PANAACHUK, Lílian. *Saga e persistência: A histórica formação do sudeste do Pará desde os tempos (mais) antigos*. São Paulo: [s. n], 2014.
- CUNHA, Antônio Geraldo. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexikom editora digital, 2007.
- DIAS, Ana Lourdes Cardoso. *Toponímia dos Primeiros Municípios Tocantinenses*. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. 2.ed. São Paulo: FFLCH/ USP, 1990.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira*. In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. G. (orgs). *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. Vol. II. Campo Grande: ed. UFMS, 2004.
- BRASIL. *Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. V.2 t.1.
- FAGGION, Maria Carmem. MISTURINI, Bruno. PIZZOL, Elis Viviana Dal. *Ideologias no ato de nomear: a toponímia revelando mudanças nas relações de poder de uma comunidade*.

ENTRELETRAS, Araguaína/TO, v. 4, n. 2, p. 10-30, ago./dez. 2013. Disponível em: <file:///D:/Users/Acer/Downloads/987-Texto%20do%20artigo-3567-1-10-20140916.pdf>. Acesso em: 18 de novembro 2021.

FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. *Pará em números*. Belém, 2018. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/produto/relatorios/172>. Acesso em: 13 julho de 2020.

FEITOSA, Ana Carla Rodrigues. *Marcadores Ideológicos na Toponímia do Sudeste do Pará: estudos de hagiotoponímia* (2021). Trabalho de Conclusão de Curso. (Licenciatura Plena em Letras - Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), São Félix do Xingu, 2021.

FERREIRA, João Carlos Vicente. *Cidades do Pará*. Belém: Buriti, 2003.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. *As Bandeiras do Paraupava*. São Paulo. Prefeitura Municipal de São Paulo. 1977.

FLORES, Kátia Maia. *Caminhos que andam: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil* (2006). Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História da UFMG. Belo Horizonte. 2006. 193p.

GOMES, Letícia Santos. *Processos Migratórios e a Formação da Identidade da Mesorregião do Sudeste do Pará: estudos dos topônimos com motivação em nome de pessoas e regiões* (2018). Trabalho de Conclusão de Curso. (Licenciatura Plena em Letras - Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), São Félix do Xingu, 2018.

GUEDES, Gracinda Maria Ferreira. *O Convento de Santa Teresa de Jesus de Coimbra: inventário do acervo documental*. Arquivo da Universidade de Coimbra, 2013. Disponível em:

GROGAN, James; BARRETO, Paulo; VERISSÍMO, Adalberto. *Mogno na Amazônia brasileira: Ecologia e Perspectiva de Manejo*. Belém: Imazon, 2002. Disponível em: <file:///D:/Users/Acer/Downloads/1515-Texto%20do%20Artigo-4377-1-10-20130524.pdf>. Acesso em 14/04/2020.

HOORNAERT, Eduardo. *História da igreja no Brasil: Ensaio de interpretação a partir do povo*. Primeira época. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE. *Os aspectos relevantes dos nomes geográficos e os procedimentos de carga do BNGB– Banco de Nomes Geográficos do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. *História & Fotos*, 2016. V4.2.4. [online] disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em 24/02/2020.

KAYAPÓ, Bepunu; ROBERT, Pascale de. Mapas do diálogo experiências de mapeamento participativo em Moikarakô, Terra Indígena Kayapó, Pará. In: KAHWAGE, Cláudia Maria Carneiro; MARINHO, Haydeé Márcia de Souza (org.). *Situação socioambiental das Terras Indígenas do Pará: desafios para elaboração de políticas de gestão territorial e ambiental*. Belém: SEMA/ DIAP/ CEC, 2011.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Coboó, 2019.

LEITE, Serafim. *História da companhia de Jesus no Brasil*. São Paulo. Instituto Nacional do Livro. 1943. 487 p.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento*. São Paulo: Empório do livro, 2009.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 107-121, ago. 2002. Disponível em: '40142002000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 març. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142002000200008>.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MASSEY, Doreen. A mente geográfica. *GEOgraphia*. Niterói, RJ, v. 19, n. 40, p. 36-40, mai. / ago. 2017. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13798/8998>. Acesso em: 13 nov. 2021.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Tradução: Ângela Lopes Norte. *Cadernos de Letras da UFF*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: <http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/34/traducao.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020.

MIGNOLO, Walter. Epistemic Disobedience, independent thought and de-colonial freedom. *Theory, cultura and society*, v. 26 (7/8), p. 1-23, 2009. Disponível em: <http://waltermignolo.com/wp-content/uploads/2013/01/epistemicdisobedience.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: 1955.

NASCIMENTO, Cláudia Pinheiro. Da fronteira brasileira a fronteira amazônica: uma reflexão histórico-geográfica. *Revista Filosofia Capital*, Brasília, DF, v. 12, p. 34-51, 2017. Disponível em: <http://www.filosofiacapital.org/ojs.1.1/index.php/filosofiacapital/article/download/365/305>. Acesso em: 23 abril 2020.

NEVES, Luis Felipe Baêta. *O Combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú indígena*, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992. Disponível em: <http://www.lavaca.org/wpcontent/uploads/2016/04/quijano.pdf>. Acesso em: 16 de maio de 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-r/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 16 maio 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: CES, 2009, p. 73-117.

- REZENDE, Tadeu Freitas. *A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no Período Colonial: a definição das fronteiras*. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo. 2006. 356 p.
- REZENDE, Tânia Ferreira. *Os compromissos da sociolinguística*. Texto inédito. Goiânia: UFG, 2019.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.
- SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. 2. ed. Corrigida e aumentada. São Paulo: Pensamento, 1901.
- SANTOS, Emilly Silva dos; SANTANA, Ygor Santos de. Colonialidade do poder. In: Matos, Doris Cristina Vicente da Silva; Sousa, Cristiane Maria Campelo Lopes Landulfo de SOUSA(Orgs.) *Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022
- SANTOS, Joviano Gonçalves dos. *O nome e o Lugar: a toponímia na região central de Minas Gerais*. Tese (Doutorado em linguística) – Faculdade de Letras, Universidade federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. *Conflitos Sociais e a Formação da Amazônia*. [Trad.] Noemi Miyasaka Porro e Raimundo Moura. Belém: UFPA, 2012.
- SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (Org.). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.
- SILVA, Daiane Barbosa da. *Toponímia e Identidade: um estudo dos hidrotopônimos do sudeste do Pará* (2018). Trabalho de Conclusão de Curso. (Licenciatura Plena em Letras - Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), São Félix do Xingu, 2018.
- SILVA, Idelma Santiago da. Fronteiras culturais: alteridades de migrantes nordestinos e sulistas na região de Marabá. *Espaço Plural*, Paraná, v. 7, n. 15, p. 21-24, 2006. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/1442>. Acesso em: 06 fev. de 2020.
- SILVA, Idelma Santiago da. *Migração e cultura no sudeste do Pará: Marabá (1968-1988)*. 2006, 181 p. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Ciências humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás/GO, 2006.
- SILVA, Idelma Santiago da. *Fronteira cultural: a alteridade maranhense no Sudeste do Pará (1970-2008)*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, 2010. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/1217>. Acesso em: 11 set. 2020.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 133p., 2010 [1985]. Tradução do original em inglês: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa.
- TAVARES, Maria Goretti da Costa. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. *ACTA Geográfica*, Boa Vista, RR, n. 3, jan./ jun. 2008. Disponível em: <https://revista.ufr.br/actageo/article/view/204>. Acesso em: 18 maio 2019.

TEIXEIRA, Cláudia Barbosa. *A influência do sentido religioso na formação da cidade do Rio de Janeiro: de Villegagnon ao Vice-rei*. Dissertação (Mestrado) Curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

VERSWIJVER, Gustaaf; GORDON, Cesar. Mebêngôkre (Kayapó). *Povos Indígenas no Brasil*. [S. l.], maio 2002. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Meb%C3%AAng%C3%B4kre_\(Kayap%C3%B4\)](https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Meb%C3%AAng%C3%B4kre_(Kayap%C3%B4)) Acesso em: 02 out. 2020.

APÊNDICE – Fichas lexicográfico-toponímicas dos municípios em estudo

Quadro 1 – Classificação do topônimo Abel Figueiredo

Topônimo: Abel Figueiredo	Município: Abel Figueiredo
Localização: Microrregião de Paragominas	
Estrutura morfológica: topônimo composto (subst. Mas. [hebraico] <i>Abel</i> + subst. Mas. [lusitano] <i>Figueiredo</i>)	
Etimologia: <i>Abel</i> nome pessoal masculino com várias interpretações. De Segundo Antenor Nascentes, origina-se do hebraico “hevel”, indicando <i>vaidade</i> , para Guérios vem do hebraico e significa <i>sopro, hálito, o que chora</i> , ou, ainda, do assírio: <i>filho</i> ; Ana belo confirma a origem hebraica “ablu”, qualificando o termo de <i>filho</i> . O termo <i>Figueiredo</i> é um sobrenome lusitano de origem geográfica. De “Figueiredo”, substantivo antiquado que se referia à <i>mata de figueiras</i> .	
Outro topônimo:	
Contexto histórico: O nome do município é em homenagem a um político que ocupou cargo de deputado federal, presidente da Assembleia Legislativa e governador do Estado do Pará. As primeiras movimentações com intenções de colonização o território deram-se por volta de 1964, com a chegada de Natalino Pereira da Silva. Em 1967, estabeleceu-se o fazendeiro Almir Queiroz de Moraes. Logo depois deu-se a chegada de novas pessoas, dando surgimento a um povoado naquela localidade. Em 27 de dezembro de 1991, pela Lei n 5.708, foi criado o município de Abel Figueiredo, com território desmembrado de Bom Jesus do Tocantins. (FERREIRA, 2003, p. 20-21)	
Motivação toponímica: nome de um político	
Taxonomia de natureza antropológica: antropotopônimo - topônimo relativo a nome de pessoas	

Quadro 2 – Classificação do topônimo Água Azul do Norte

Topônimo: Água Azul do Norte	Município: Água Azul do Norte
Localização: microrregião de Parauapebas	
Estrutura morfológica: Topônimo composto (subst. Fem. [latim] <i>Água</i> + adj. [árabe] + subst. Masc. [anglo saxônio] <i>Norte</i>)	
Etimologia: <i>Água</i> , origina-se da língua latina “acqua”. <i>Azul</i> , adjetivo que diz respeito a cor, de origem árabe “lâzürd”. <i>Norte</i> é ponto cardeal em oposição ao sul, origina-se do Anglo saxônio “north” (FERREIRA, 2003, p.23).	
Outro topônimo:	
Contexto histórico: O município de <i>Água Azul do Norte</i> tem esse nome por estar localizada próxima ao Rio Água Azul, no qual a partir de 1978 se caracterizou às margens do rio o povoado inicial. No período de 1983 a 1984, o Projeto Tucumã atraiu enormes contingentes populacionais em busca de terras, provocando esvaziamento populacional na localidade. Outro fato que provocou esvaziamento demográfico foi a procura pelo ouro de Serra Pelada, que, naquela	

época, conheceu o auge de sua história. O povoado de Água Azul suportou a perda de moradores enfrentando adversidades. Foi elevado à categoria de Município com denominação alterada para Água Azul do Norte, em função de existir Município homônimo, pela Lei Estadual de nº 5.694, em 13 de dezembro de 1991, com território desmembrado de Parauapebas.
Motivação toponímica: Rio Água Azul
Taxonomia de natureza física: hidrotópônimo – relativo à acidentes hidrográficos.

Quadro 3 – Classificação do topônimo Bannach

Topônimo: Bannach	Município: Bannach
Localização: Microrregião de São Félix do Xingu	
Estrutura morfológica: topônimo simples (subst. Masc.[germânico] <i>Bannach</i>)	
Etimologia: De acordo com Ferreira (2003) é sobrenome de origem germânica, em homenagem a família “Bannach”, que chegou na região em 1970 migrante do Estado de Santa Catarina.	
Outro topônimo:	
Contexto histórico: O município tem início com a implantação de uma serraria, situada na <i>Fazenda Bannach</i> na região sudeste do Estado. Um dos pioneiros, <i>Iolandes Bannach</i> , informa que a família chegou à região vinda da cidade de Canoinhas, em Santa Catarina. Estabeleceram-se a partir de 1970, não tendo ninguém na vizinhança, sendo que para se chegar ao local onde hoje está assentada a sede municipal, eram necessários percorrer cerca de 110 km a pé, pelo meio da mata. Passada a fase difícil de implantação da indústria madeireira, vieream outras famílias, principalmente de Minas Gerais, da região de Governador Valadares e do Sul do Brasil. A família Bannach foi a responsável pela transformação da localidade em município, ao qual recebe seu sobrenome. Conta-se que foi sugerido a comunidade o nome de <i>Bannápolis</i> , que não foi aceito, sendo escolhido <i>Bannach</i> , devido ao hábito já adquirido. O município de Bannach foi criado em 15 de outubro de 1993, com território desmembrado de Ourilândia do Norte, porém só foi instalado em 01 janeiro de 1997 (FERREIRA, 2003, p. 34).	
Motivação toponímica: sobrenome de uma família	
Taxonomia de natureza antropológica: antropotópônimo - topônimo relativo a nome, apelido ou prenome de pessoas.	

Quadro 4 – Classificação do topônimo Bom Jesus do Tocantins

Topônimo: Bom Jesus do Tocantins	Município: Bom Jesus do Tocantins
Localização: Paragominas	
Estrutura morfológica: topônimo composto híbrido (adj.[latim] <i>Bom</i> + subst.[hebraico] <i>Jesus</i> + prep. <i>de</i> + art. <i>o</i> +subst. [tupi] <i>Tocantins</i>).	
Etimologia: <i>Bom</i> termo que se origina do Latim “bonu”, designando <i>o que tem qualidades; o que é misericordioso ou indulgente; caridoso</i> . <i>Jesus</i> : vem do hebraico “lexu” significando Deus é o auxílio. No grego ficou “Iesoús”, pelo latim “Jesus”. É o sagrado nome do filho de Deus. “Jesus” quer dizer Salvador. Tocantins é um termo de origem geográfica, vem do tupi	

<p>“tu’kã tim” e significa bico de tucano ou nariz de tucano. Designa uma tribo de povos indígenas que possuíam nariz aquilino e habitavam as margens do Rio Tocantins (FERREIRA, 2003, p.40).</p>
<p>Outro topônimo:</p>
<p>Contexto histórico: A partir de informações retiradas do site da prefeitura municipal, <i>Bom Jesus do Tocantins</i> foi criado pela Lei nº 5.454, de 10 de maio de 1988 sancionada pelo então governador Hélio da Mota Gueiros, com área desmembrada do município de São João do Araguaia. De acordo com a memória social local, foi o maranhense Adão Alvino de Souza em 1962, quem primeiro se estabeleceu em terras do já formado município de São João do Araguaia. Com o tempo, em 1966, outros maranhenses foram-se instalando no local. Por volta de 1968 ali habitavam cerca de 60 moradores.</p> <p>Em 1969, foi fundado o povoado com o nome de <i>Bom Jesus do Tocantins</i>. A emancipação político-administrativa e econômica foi inevitável em função do difícil acesso ao município-sede, longe cerca de 150 Km que impedia o povoado de receber apoio regular e necessário ao seu desenvolvimento.</p> <p>Assim, por meio de um plebiscito, com a votação praticamente 100 % favorável o povoado foi transformado em município. No ano de 1991, pela Lei nº 5.708, de 27 de dezembro de 1991, o município de Bom Jesus do Tocantins, teve parte de suas terras desmembradas para a criação do município de Abel Figueiredo, anteriormente o seu principal Distrito. A denominação Bom Jesus surgiu a partir das ideias de moradores mais antigos que consideravam ser este um nome significativo, pois é o nome do filho de Deus. O Município possui, somente, o distrito-sede: Bom Jesus do Tocantins.</p>
<p>Motivação toponímica: religião católica seguida pela maioria das famílias colonizadoras</p>
<p>Taxionomia de natureza antropocultural: hierotopônimo – relativo aos nomes sagrados de diferentes crenças.</p>

Quadro 5 – Classificação do topônimo Brejo Grande do Araguaia

Topônimo: Brejo Grande do Araguaia	Município: Brejo Grande do Araguaia
Localização: Microrregião de Marabá	
Estrutura morfológica: topônimo composto híbrido (subst. Masc. [céltico] <i>Brejo</i> + adj.[latim] <i>Grande</i> + subst. Masc.[tupi] <i>Araguaia</i>).	
Etimologia: o termo <i>Brejo</i> , designa terreno <i>alagadiço, pantanoso</i> , é de origem obscura, possivelmente céltica, com influência moçárabe, em documento de 1257, aparece com como topônimo “bregium”, em 1540, “bregio” e, em 1567 “brejo”. <i>Grande</i> origina-se do latim “grande”, e significa <i>de grande extensão ou volume</i> . O termo <i>Araguaia</i> é de origem tupi, com diversas definições. Segundo Antenor Nascentes se refere ao termo “a’ra” como <i>tempo, período, época</i> e “gwaya”, <i>carangueijo: tempo de apanhar carangueijo</i> . Teodoro Sampaio defende que “a’ra” se refere a <i>arara, ave de cauda longa, pontuda e de bela plumagem</i> e “gwaya” significa <i>manso ou domesticado, arara mansa de cauda longa e bela plumagem</i> . (FERREIRA, 2003, p.44).	

Outro topônimo: Brejo Grande
Contexto histórico: O município de Brejo Grande do Araguaia, originou-se através da exploração de terras localizadas às margens do Rio Araguaia, segundo o IBGE (2013), em torno de 1959, chegaram à localidade algumas pessoas vindas de Bela Vista, que atualmente é no Estado do Tocantins, esse grupo chegou a localidade sob a liderança de Raimundo Negro, através da descoberta de um garimpo que ficava próximo da cidade de <i>Brejo Grande do Araguaia</i> . A localidade recebeu este nome em função do terreno alagadiço com o qual se depararam os colonizadores. No decorrer do anos houve um aumento no fluxo de pessoas, mas somente no ano de 1988, com a Lei Estadual de número 5.448, de 10 de maio de 1988, <i>Brejo Grande do Araguaia</i> elevou-se à condição de município, desmembrando de São João do Araguaia.
Motivação toponímica: referência a um igarapé local e ao terreno alagadiço.
Taxeonomia de natureza física: hidrotopônimo - topônimo relativos a acidentes hidrográficos

Quadro 6 - Classificação do topônimo Breu Branco

Topônimo: Breu Branco	Município: Breu Branco
Localização: Microrregião de Tucuruí	
Estrutura morfológica: topônimo composto híbrido (subst. Masc. [francês] <i>Breu</i> +subst. Masc.[germânico] <i>Branco</i>)	
Etimologia: Breu, termo que se origina no francês “brai”, pelo gaulês”braca”, designando <i>substância semelhante ao pez negro obtida pela evaporação parcial ou destilação da hulha ou de outras matérias orgânicas</i> . Este mesmo termo é aplicado a <i>apelido</i> ou <i>alcunha</i> . <i>Branco</i> vem do germânico “blank”, significando <i>luzidio, brilhante, alvo, cândido</i> .	
Outro topônimo: Breu Velho	
Contexto histórico: A cidade de <i>Breu Branco</i> está ligada a uma antiga localidade que foi inundada pelo Lago de Tucuruí e lembrada como <i>Breu Velho</i> . Este era um povoado instalado entre os municípios de Tucuruí e Novo Repartimento, surgido no período da construção da rodovia Transamazônica. Os moradores de <i>Breu Velho</i> passaram por dilemas durante quatro anos antes de serem instalados na nova localidade de <i>Breu Branco</i> , pois não lhes era permitido o plantio de nenhum tipo de agricultura de subsistência. Após, foram remanejados para a atual <i>Breu Branco</i> em 1980. A comunidade cresceu e seus moradores reivindicaram a emancipação política. A localidade foi elevado à categoria de município e distrito com a denominação de <i>Breu Branco</i> , pela Lei nº 5.703, de 13 de dezembro de 1991, desmembrado de Tucuruí, Moju e Rondon do Pará. O nome de <i>Breu Branco</i> está relacionado a grande quantidade de árvores encontradas nessa região que produzem a resina utilizada na fabricação do breu e que podem ser encontradas nessa região (FERREIRA, 2003)	
Motivação toponímica: O nome Breu Branco tem origem devido a abundância de uma árvore chamada Faveira, que havia nas proximidades do assentamento original de Breu Branco.	
Taxeonomia de natureza física: fitotopônimo – em referência a aspectos de índole vegetal.	

Quadro 7 – Classificação do topônimo Canaã dos Carajás

Topônimo: Canaã dos Carajás	Município: Canaã dos Carajás
Localização: Microrregião de Parauapebas	
Estrutura morfológica: topônimo composto (Subst. Fem. [hebraico] <i>Canaã</i> + subs. Masc. [tupi] <i>Carajás</i>)	
<p>Etimologia: Ferreira (2003) <i>Canaã</i> topônimo de antigo país da Ásia Ocidental. Origina-se do hebraico “chanaan”, designando <i>terra na região da Palestina prometida por Jeová aos descendentes de Abraão “Terra prometida”</i>. O termo <i>Carajás</i> é de origem controversa, se apresenta de diversas formas, pois é tido como nação isolada, podendo ser de origem karáíba, em função do dialeto. O termo autóctone do povo Karajá é “inam”, que significa <i>gente</i>. Para Silveira Bueno é termo de origem tupi “kara’yà”, que define <i>um certo tipo de macaco</i>. Segundo Teodoro Sampaio, o povo karajá costuma (va) dar esse nome aos seus desafetos. Para Orlando Bordoni o termo vem do tupi e significa <i>macaco</i> ou <i>bugio</i>. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira informa que o termo “Carajá” vem do tronco macro-jê e indica indivíduo da nação Karajá, que habita as margens do Rio Araguaia.</p>	
Outro topônimo:	
<p>Contexto histórico: O município originou-se a partir de um projeto de assentamento agrícola, com o objetivo de amenizar os conflitos pela posse de terra na região, assim foram assentadas 1.551 famílias na área que ficou conhecida como Centro de Desenvolvimento Regional, CEDERE. Até 1985, 816 famílias haviam recebido o título definitivo de terra. Porém, naquele mesmo ano, as atividades de assentamento dos sem-terra terminam e o GETAT é extinto. Em outubro de 1994, pela Lei nº 5.860 o CEDERE é desmembrado de Parauapebas e passa a município o de <i>Canaã dos Carajás</i> (FERREIRA, 2003, p. 51).</p> <p>Seu nome tem origem bíblica e significa “Terra Prometida”. A escolha do nome é resultado da grande quantidade de evangélicos que moravam na cidade. O nome “Canaã” tem origem histórica e corresponde ao atual Estado de Israel, no Oriente Médio. Segundo a Bíblia Sagrada, Canaã era neto de Noé, que repovoou a região após o “dilúvio”. Tempos depois, a terra foi prometida por Deus a Abraão e sua descendência. Canaã é descrita nos livros de “Daniel” e “Êxodo” como “terra que emana leite e mel” e “Genesis” afirma, sobre os recursos minerais disponíveis na região como: “ouro”, “cobre” e “níquel”.</p> <p>O último nome, “Carajás”, relaciona-se com o principal acidente geográfico e geológico do município (e da região sudeste do Pará), a Serra dos Carajás. A região é conhecida mundialmente pelas minas de ouro, ferro e manganês. Anteriormente à colonização, esse território era povoado pelos povos Karajá e Kaiapó (Prefeitura Municipal)</p>	
Motivação toponímica: religiosa	
Taxeonomia de natureza antropocultural: hierotopônimo - topônimo relativo à associação religiosa.	

Quadro 8 – Classificação do topônimo Conceição do Araguaia

Topônimo: Conceição do Araguaia Município: Conceição do Araguaia
Localização: Microrregião de Conceição do Araguaia
Estrutura morfológica: topônimo composto híbrido (subst. [latim] <i>Conceição</i> + prep. <i>de</i> + art. <i>o</i> + subst [tupi] <i>Araguaia</i>).
Etimologia: <i>Conceição</i> nome pessoal feminino, designando a simplificação ou encurtamento de <i>Nossa Senhora da Conceição</i> vem do verbo conceber, gerar, do latim <i>concipere</i> . <i>Conceição</i> ‘origem a’ (conceição da Virgem Maria). Por extensão a festa comemorativa dessa concepção (CUNHA, 2007). O termo <i>Araguaia</i> é de origem tupi, com diversas definições. Segundo Antenor Nascentes se refere ao termo “a’ra” como <i>tempo, período, época</i> e “gwaya”, <i>carangueijo: tempo de apanhar carangueijo</i> . Teodoro Sampaio defende que “a’ra” se refere a <i>arara, ave de cauda longa, pontuda e de bela plumagem</i> e “gwaya” significa <i>manso ou domesticado, arara mansa de cauda longa e bela plumagem</i> .
Outro topônimo:
Contexto histórico: O município foi estabelecido por missionários que tinham o objetivo de catequizar os indígenas que viviam na bacia Araguaia-Tocantins. O núcleo que deu origem ao atual município de <i>Conceição do Araguaia</i> foi fundado em 30 de maio de 1897, pelo padre francês Frei Gil de Vilanova, que veio para a região do Araguaia em busca de catequizar os indígenas Kayapó e Xavante. Em 14 de abril de 1900, foi criado o <i>Distrito de Conceição do Araguaia</i> , em 03 de outubro de 1908, através da Lei Estadual nº 1.901, foi criado o Município de Conceição do Araguaia. A lei nº 1.905, de 18 de outubro de 1920, elevou <i>Conceição do Araguaia</i> à categoria de Cidade. Pelo decreto estadual nº 06, de 04 de novembro de 1930, o município de Conceição do Araguaia foi extinto, sendo seu território anexado ao município de Belém. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Conceição do Araguaia, pela Lei Estadual nº 08, de 31 de Outubro de 1935. (FERREIRA, 2003; SCHMINK, 2012).
Motivação toponímica: religiosa em referência a Nossa Senhora da Conceição.
Taxonomia de Natureza Antropocultural: Hagiotopônimo – relativo a nome de santos e santas do hagiologio.

Quadro 9 – Classificação do Topônimo Cumarú do Norte

Topônimo: Cumarú do Norte Município: Cumarú do Norte
Localização: microrregião de São Félix do Xingu
Estrutura morfológica: topônimo composto híbrido (subst. Masc. [tupi] <i>Cumarú</i> + prep. <i>de</i> +art. <i>o</i> + subst. Masc.[anglo saxônio] <i>Norte</i>)
Etimologia: <i>Cumarú</i> , origina-se do tupi “kumba’ru”, <i>nome comum de árvore da família das leguminosas, própria da mata úmida, de grande porte, casca avermelhada ou amarelada, folhas grandes, alternas, flores vermelhas e perfumadas, dispostas em panículas e cujos frutos drupáceos contém grandes sementes negras, odoríferas, rica em cumarina com vários usos medicinais</i> . O termo <i>Norte</i> , origina-se do anglo saxônio “north”, ponto cardeal que se opõe ao sul, região situada ao norte.
Outro topônimo:

<p>Contexto histórico: O município de Cumaru do Norte fica a 749 km da capital, Belém, na região sudeste do Pará. Foi criado em 1991 e nasceu em torno de um garimpo, que surgiu ainda na década de 80. Atraídos pela descoberta de ouro em uma fazenda, dezenas de homens vindos de várias partes do Estado e de outras regiões do País começaram a se fixar na região. A atividade garimpeira cresceu e a área onde hoje fica Cumaru do Norte ganhou uma pista de pouso e decolagem para táxis aéreos.</p> <p>O crescimento da atividade atraiu olhares gananciosos para a região e foi preciso criar o Projeto Cumaru, que ficou sob a responsabilidade do Conselho de Segurança Nacional. O objetivo era acabar com o contrabando de ouro, dar assistência aos garimpeiros e evitar conflitos entre os indígenas Kaiapó. Assim, durante alguns anos a área foi controlada pelos militares do antigo Serviço Nacional de Informações (SNI) e pela Polícia Federal. Enquanto isso, a garimpagem crescia, o pequeno povoado se desenvolvia em torno das famosas 'currutelas' e os problemas sociais se agravaram.</p> <p>Com isso, surgiu o movimento de emancipação. Eram muitos os que queriam se desvincular do município de Ourilândia do Norte. O desejo de separação virou Projeto de Lei e o município foi criado por meio da Lei 5.710, de 27 de dezembro de 1991, desmembrado de Ourilândia do Norte (IBGE).</p>
<p>Motivação toponímica: árvore presente em quantidade significativa na região</p>
<p>Taxionomia de natureza física: fitotopônimo - topônimo de índole vegetal</p>

Quadro 10 – Classificação do Topônimo Curionópolis

Topônimo: Curionópolis	Município: Curionópolis
Localização: microrregião de Parauapebas	
Estrutura morfológica: topônimo híbrido (subst.[tupi] <i>Curió</i> + suf.[grego] <i>pólis</i>)	
Etimologia: <i>Curianópolis</i> trata-se de um topônimo, originado de um apelido. É a junção da palavra “curió” e do sufixo “pólis”. A palavra “curió” vem do tupi “kuri’ó”, designando <i>ave passeiforme, da família dos emberizídeos e bastante cobiçado pela beleza de seu canto</i> . O termo “pólis” é sufixo grego e significa <i>cidade</i> .	
Outro topônimo: Km 30	
<p>Contexto histórico: A primeira denominação do povoamento que se formou às margens da PA-275, foi Km 30, no final da década de 70. Era um povoado formado por famílias que procuravam trabalhos em garimpos de ouro que se intensificavam na região ou na construção da estrada de Ferro Carajás-Ponta da Madeira. Em janeiro de 1980, Aristeu Silva, conhecido por “Ceará”, encontrou um rico filão de ouro, na Fazenda Três Barras. Era o famoso ouro de Serra Pelada, que em pouco tempo agrupou mais de 5.000 homens a procura de ouro.</p> <p>Na época do intenso fluxo do ouro de Serra Pelada, a região era considerada área de segurança nacional. Surgiu então a figura de Major Curió. Curió era o apelido de infância de Sebastião Rodrigues de Moura, que era agente do SNI e pertencia ao Conselho de Segurança Nacional e assumiu a direção do garimpo de Serra Pelada. O então cargo de diretor do garimpo, fez com que o Major Curió se dedicasse à política, sendo eleito deputado federal e posteriormente prefeito de <i>Curianópolis</i>.</p> <p>Elevado à categoria de município com a denominação de <i>Curianópolis</i> pela Lei Estadual nº 5.444, de 10 de maio de 1988, desmembrado do município de Marabá (FERREIRA, p.60,</p>	

2006).
Motivação toponímica: apelido do major e político Sebastião Rodrigues de Moura, <i>Major Curió</i> .
Taxonomia de natureza antropocultural: antropotopônimo - relativo a nome de pessoas, apelidos ou prenomes.

Quadro 11 - Classificação do Topônimo Dom Eliseu

Topônimo: Dom Eliseu	Município: Dom Eliseu
Localização: microrregião de Paragominas	
Estrutura morfológica: Topônimo composto híbrido (subst. Masc.[latim] <i>Dom</i> + subst.Masc.[hebraico] <i>Eliseu</i>)	
Etimologia: <i>Dom</i> , trata-se de título honorífico ou denominação que acompanha cargos eclesiásticos, do latim “dominus”, derivado de “dominu”, significando, senhor de. <i>Eliseu</i> nome pessoal masculino, origina-se do hebraico “El-i-sha” e significa <i>meu Deus é (sua) a salvação</i> (NASCENTES, 1955)	
Outro topônimo: km 0, Filinto Muller	
Contexto histórico: A origem do município de Dom Eliseu está ligada ao município de Paragominas, pois constituía um povoado daquele município que até 1967 era conhecido por “ <i>km 0</i> ”, por ser início da rodovia BR 222 (antiga PA 70), que liga a BR 010 (Belém – Brasília) à Marabá. Posteriormente, recebeu a denominação de <i>Felinto Muller</i> e, mais tarde, ocasião em que é elevado à categoria de distrito passa a se chamar <i>Dom Eliseu</i> , por sugestão do deputado federal Fausto Fernandes, em homenagem ao bispo Dom Eliseu Corolli, da diocese de Bragança. O primeiro morador foi Leopoldo da Cunha, natural de Belém do Pará, que chegou ao local em 1961, como trabalhador da DELTA Engenharia, empresa responsável pela abertura da rodovia que dá acesso a Marabá (BR 222). A perspectiva de conseguir terras férteis e acessíveis incentivou um grande processo migratório, a localização estratégica da cidade no entroncamento das rodovias BR 010 e BR 222 contribuiu para o rápido crescimento da localidade. Em 10 de maio de 1989, por meio da Lei nº 5.450, Dom Eliseu passou à condição de Município, sendo seu território desmembrado do município de Paragominas. A instalação ocorreu em 1º de janeiro de 1989, com a posse do prefeito eleito, Antônio Jesus de Oliveira. O Município é constituído ainda por Vila Bela Vista, Vila Ligação e uma Zona Rural bem extensa.	
Motivação toponímica: em homenagem ao bispo Dom Eliseu Corolli.	
Taxonomia de natureza antropocultural: antropotopônimo – relativo a nomes, apelidos e prenomes de pessoas.	

Quadro 12: Classificação do Topônimo Eldorado do Carajás

Topônimo: Eldorado do Carajás	Município: Eldorado dos Carajás
Localização: Microrregião de Parauapebas	
Estrutura morfológica: Topônimo composto (Subst. Masc.[espanhol] <i>Eldorado</i> + contração da preposição <i>de</i> com o artigo masculino <i>o</i> + (Subst. Masc. [tupi] <i>Carajás</i>).	

<p>Etimologia: substantivo masculino, o termo “Eldorado” para Antônio Cunha (2010) origina do espanhol “el dorado”, e designa <i>país fictício ou cidade pródiga em riquezas e oportunidades</i>. A expressão <i>Eldorado</i> foi usada pelo navegador Francisco Orellana do século XVI, para nomear um país de extraordinária riqueza da América do Sul (NASCENTES, 1955) <i>Carajás</i> topônimo de origem geográfica, em referência à <i>Serra dos Carajás</i> e à nação indígena conhecida por este nome. O termo <i>Carajás</i> é de origem controversa, se apresenta de diversas formas, pois é tido como nação isolada, podendo ser de origem karajá, em função do dialeto. O termo autóctone do povo Karajá é “inam”, que significa <i>gente</i>. Para Silveira Bueno é termo de origem tupi “kara’yà”, que define <i>um certo tipo de macaco</i>. Segundo Teodoro Sampaio, o povo karajá costuma (va) dar esse nome aos seus desafetos. Para Orlando Bordoni o termo vem do tupi e significa <i>macaco</i> ou <i>bugio</i>. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira informa que o termo “Carajá” vem do tronco macro-jê e indica indivíduo da nação Karajá, que habita as margens do Rio Araguaia.</p>
<p>Outro topônimo:</p>
<p>Contexto histórico: O núcleo urbano surgiu no km 2, da rodovia PA-275, nas proximidades da margens do Rio Vermelho. A posição geográfica permitiu o estabelecimento de um número expressivo de trabalhadores à procura de emprego no Projeto Carajás. Eldorado também sofreu efeitos da febre do ouro, ocasionado pelo garimpo de Serra Pelada. O ouro fez com que a localidade tivesse progresso repentino. (FERREIRA, 2003, p. 64)</p>
<p>Motivação toponímica: cidade do ouro, Eldorado e à Serra dos Carajás.</p>
<p>Taxionomia de natureza antropológica: corotopônimo - topônimo relativo a nome de cidades, estados, países e regiões.</p>

Quadro 13 – Floresta do Araguaia

<p>Topônimo: Floresta do Araguaia Município: Floresta do Araguaia</p>
<p>Localização: microrregião de Conceição do Araguaia</p>
<p>Estrutura morfológica: topônimo composto híbrido (subst.[francês] <i>Floresta</i> + prep. <i>de</i> + art. <i>o</i> + subst [tupi] <i>Araguaia</i>).</p>
<p>Etimologia: <i>Floresta</i> substantivo feminino. Topônimo de origem geográfica, em referência a formação arbórea densa. O termo vem do francês antigo “florest”, pelo atual “foret”. O termo <i>Araguaia</i> é de origem tupi, com diversas definições. Segundo Antenor Nascentes se refere ao termo “a’ra” como <i>tempo, período, época</i> e “gwaya”, <i>carangueijo: tempo de apanhar carangueijo</i>. Teodoro Sampaio defende que “a’ra” se refere a <i>arara, ave de cauda longa, pontuda e de bela plumagem</i> e “gwaya” significa <i>manso ou domesticado, arara mansa de cauda longa e bela plumagem</i>.</p>
<p>Outro topônimo:</p>
<p>Contexto histórico: a colonização de Floresta do Araguaia deu-se por meio das ações executadas pelo religioso Monsenhor Augusto Dias de Brito. Em 31 de dezembro de 1971, foi realizada a primeira missa na localidade, logo depois foi construída uma capela e uma pista de pouso. Em 1988, estabeleceu-se em Floresta do Araguaia o empresário José Pereira Barbosa, implantando a empresa Mineração Vale das Andorinhas, que por longo tempo deu sustentação econômica à região. Elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 5.760, de 5 de outubro de 1993, desmembrado do município de Conceição do Araguaia. Instalado em 01 de</p>

janeiro de 1997.
Motivação toponímica: origem geográfica, em referência à mata (floresta) e ao Rio Araguaia
Taxionomia de natureza física: Fitotopônimo – topônimo de índole vegetal

Quadro 14 – Classificação do Topônimo Goianésia do Pará

Topônimo: Goianésia do Pará	Município: Goianésia do Pará
Localização: Microrregião de Paragominas	
Estrutura morfológica: Topônimo composto híbrido (Subst. Masc. [tupi] <i>Goia</i> + sufixo [grego] <i>-nésia</i> + contração da preposição <i>de</i> com o artigo masculino <i>o</i> + subst. Masc. [tupi] <i>Pará</i>).	
Etimologia: termo híbrido de origem geográfica, junção da palavra <i>Goia</i> e do elemento de composição feminino <i>-nésia</i> . A palavra <i>Goia</i> é simplificação do topônimo <i>Goiás</i> , que dá nome a uma cidade e estado brasileiro. Originalmente é nome dos indígenas <i>guaiás</i> por corruptela para <i>goiás</i> , sendo termo que vem do tupi <i>gwa'ya</i> e significa <i>indivíduo igual, gente semelhante, da mesma raça</i> . Ainda, de acordo com Houaiss (2001) é relativo indígena do grupo dos <i>goiás</i> , grupo que teria habitado a cabeceira do rio vermelho em GO. O sufixo <i>-nésia</i> vem do grego “ <i>nêsos</i> ”, que significa <i>ilha</i> , tendo sofrido latinização para fins de adjetivos e formação de topônimos. <i>Pará</i> termo de origem geográfica, que vem do tupi “ <i>pa'ra</i> ” e significa <i>mar</i> . É o nome que se dá ao braço direito do Rio Amazonas, engrossado com as águas do Rio Tocantins. <i>Tão Grande que parece um mar</i> (FERREIRA, 2003, p.68).	
Outro topônimo:	
Contexto histórico: O município de Goianésia do Pará pertencia à Fazenda Baronesa, cujo proprietário era originário do município de <i>Goianésia</i> , no estado de Goiás. O que motivou famílias inteiras a se estabelecerem às margens da rodovia PA-150, em área da Fazenda Baronesa, foi a construção da rodovia PA-263, de ligação com a então Barragem de Tucuruí e a própria construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. A imensa procura por terra fez com que o dono da Fazenda Baronesa realizasse a doação de uma área para o assentamento de diversas famílias que para lá se deslocaram. Houve uma reunião para decisão do nome do lugar que, a princípio receberia o nome de Santana do Rio Verde, no entanto, prevaleceu o de <i>Goianésia</i> , a pedido do proprietário da Fazenda Baronesa, o qual era natural de <i>Goianésia</i> , no Estado de Goiás (FERREIRA, 2003, p. 68). Distrito criado com a denominação de <i>Goianésia</i> , pela Lei nº 5.027, de 13 de maio de 1982, no município de Rondon do Pará. Com o nome alterado para <i>Goianésia do Pará</i> , para diferenciá-lo do Município goiano, ocorreu a emancipação através da Lei Estadual nº 5.686, de 13 de dezembro de 1991, com território desmembrado de Rondon do Pará, Jacundá, Moju e Tucuruí.	
Motivação toponímica: Referência ao município de Goianésia do estado de Goiás.	
Taxeonomia de natureza antropocultural: Corotopônimo - topônimo relativo a nome de cidades, estados, países e regiões.	

Quadro 15 – Classificação do topônimo Itupiranga

Topônimo: Itupiranga	Município: Itupiranga
Localização: microrregião de Tucuruí	
Estrutura morfológica: topônimo simples (subst. Masc.[tupi] <i>Itupiranga</i>)	
Etimologia: <i>Itupiranga</i> vem do tupi “Ytu’piranga”, e significa <i>cachoeira vermelha</i>	
Outro topônimo: Lago Vermelho do Igarapé	
<p>Contexto histórico: O núcleo de origem do atual município de <i>Itupiranga</i> chamava-se Lago Vermelho do Igarapé. Certamente a alteração toponímica foi por analogia. O povoado nasceu à margem esquerda do Rio Tocantins e foi fundado, entre os meses de maio e julho de 1892, por Lúcio Antônio dos Santos, vindo da cidade de Tocantinópolis, estado do Tocantins.</p> <p>O objetivo de Lúcio era a exploração de riquezas naturais da região de matas densas e virgens, na qual habitava o povo indígena gavião. O extrativismo vegetal e mineral era a principal fonte econômica. Obtinha-se o ouro e o látex do caucho.</p> <p>Em divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro 1937 figura no município de Marabá o distrito de Itupiranga. Pelo Decreto-lei n.º 2.972, de 31-03-1938, é extinto o distrito de Itupiranga, sendo suas terras anexado ao distrito de Marabá. Pelo Decreto-lei Estadual n.º 3.131, de 31-10-1938, é recriado o distrito de Itupiranga e anexado ao município de Marabá. No quadro fixado para vigorar no período de 1939 a 1943, o distrito de Itupiranga permanece no município de Marabá.</p> <p>O município foi elevado à categoria de município com a denominação de Itupiranga pela Lei Estadual n.º 62, de 31-12-1947, sendo desmembrado de Marabá. Sede no antigo distrito de Itupiranga. Constituído de 2 distritos: Itupiranga e Jacundá. Instalado em 14-07-1948. Em divisão territorial datada de 1-VII-1955 o município é constituído de 2 distritos: Itupiranga e Jacundá. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960. A Lei Estadual n.º 2.460, de 29-12-1961, desmembra do município de Itupiranga o distrito de Jacundá, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-XII-1963 o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014 (FERREIRA, 2003/IBGE)</p>	
Motivação toponímica: referência ao Igarapé Lago Vermelho no rio Tocantins	
Taxionomia de natureza física: hidrotopônimo – relativo a acidentes hidrográficos	

Quadro 16 – Classificação do Topônimo Jacundá

Topônimo: Jacundá	Município: Jacundá
Localização: Microrregião de Tucuruí	
Estrutura morfológica: topônimo simples (Subst. Masc. [tupi] <i>Jacundá</i>)	
<p>Etimologia: termo de origem geográfica em alusão ao Ribeirão Jacundá, que deriva do tupi “ya-cundá”, designando <i>indivíduo retorcido</i> ou <i>travado</i>. É um peixe fluvial vagaroso que se deixa apanhar com a mão. É também nome de um rio ede nação indígena tupi atualmente extinta, que se encontrava na margem do Rio Tocantins, da foz do Rio Piranhas até o Igarapé Jacundá (FERREIRA, 2003, p. 76).</p>	
Outro topônimo:	

Contexto histórico: de acordo com informações do site da prefeitura municipal de *Jacundá*, o local era habitado inicialmente pelos indígenas gaviões, a área originária do município de *Jacundá* teve entre os seus primeiros colonizadores o Coronel Francisco Acácio de Figueiredo, integrante da comitiva do Deputado e Coronel Carlos Gomes Leitão, que chegou ao local em 1892. O pequeno povoado ribeirinho servia de parada para quem navegava pelo Rio Tocantins e sediou a 2º circunscrição judiciária do município de Baião, ao qual pertencia.

Em 1915 cem moradores fizeram um abaixo-assinado e conseguiram afixar o povoado ao território de Marabá. Na época a principal atividade econômica era o extrativismo da borracha, do caucho, da castanha-do-pará e o diamante. Já no final dos anos 30, a exploração de diamantes às margens do Tocantins, na localidade de Foz do Riacho (depois chamado de *Jacundá*) era a principal fonte da economia local.

Na segunda metade dos anos 70, com a abertura da Rodovia PA-150, a região recebeu um grande número de posseiros. O confronto entre invasores e grileiros foi inevitável. A interferência do extinto GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins), a partir de 1980 ajudou a amenizar os conflitos. O órgão titulou e demarcou lotes de terra, mas os novos proprietários rurais continuaram sem infra-estrutura, como escolas, estradas etc.

Durante esse período instalaram-se na Vila Arraias várias madeireiras, que deram um novo impulso à economia local. Com a construção da barragem de Tucuruí, foram inundados 900 km² do território de *Jacundá*, deixando submersas cachoeiras, canais, garimpos de diamantes, além da antiga sede do município e de alguns vilarejos. A sede municipal foi transferida das margens do Rio Tocantins para a Vila Arraias, no km 88 da Rodovia PA-150, com o remanejamento das famílias que moravam na área que foi inundada pelo lago da hidroelétrica.

Atualmente, os povos indígenas gaviões vivem numa área destinada, no km 15 da PA-70. Os demais habitantes estão espalhados pela cidade e vilarejos do município, que ganhou autonomia política em 1961. A palavra *Jacundá* é o nome genérico de vários peixes da família dos ciclídios, que medem até 26 cm de comprimento e se alimentam de insetos como o *jacundá-coroa* e o *jacundá-pinima*. Na região onde fica o município há grande quantidade desse peixe, por isso, a escolha deste nome.

Jacundá teve sua emancipação política em dezembro de 1961, pela Lei 2.460, com área desmembrada de Itupiranga.

Motivação toponímica: em referência ao nome de um peixe

Taxeonomia de natureza física: zootopônimo – topônimo de índole animal

Quadro 17 – Classificação do Topônimo Marabá

Topônimo: Marabá	Município: Marabá
Localização: microrregião de Marabá	
Estrutura morfológica: elemento específico simples (susbt. Masc. [tupi] <i>Marabá</i>)	
Etimologia: <i>Marabá</i> é referente a um adjetivo que se origina no tupi “ <i>mair-abá</i> ”, significa <i>descendente de francês</i> , definindo <i>filho de francês prisioneiro com índia tupi</i> .	
Outro topônimo:	

<p>Contexto histórico: De acordo com Ferreira (2003) em 1895, os irmãos Antão e Hermínio Pimentel, descobriram grandes cauchais às margens do Rio Itacaiúnas. A notícia correu e não demorou muito para ali apontarem inúmeras famílias de maranhenses e goianos para se dedicarem a extração do caucho. ;</p> <p>Em 1898, estabeleceram-se na localidade os comerciantes e sócios Francisco Casimiro de Souza e Francisco Coelho da Silva, dando alento à incipiente povoação, que em pouco tempo se transformou em um arraial, ponto de parada de caucheiros que subiam e desciam os rios Itacaiúnas e Tocantins.</p> <p>O nome do município foi sugerido por Francisco Coelho da Silva, comerciante que ao se estabelecer na localidade, deu nome de Marabá, em homenagem à Casa Marabá, sua antiga casa comercial em Grajaú, no estado do Maranhão.</p> <p>O município foi criado em 27 de fevereiro de 1913, através da Lei Estadual nº 1.278, com seu território desmembrado do município de Baião.</p>
<p>Motivação toponímica: homenagem à <i>Casa Marabá</i>, antiga casa comercial do senhor Francisco Coelho Silva em Grajaú, no Maranhão.</p>
<p>Taxeonomia de natureza antropocultural: Sociotopônimo – topônimo relativo às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade</p>

Quadro 18 – Classificação do Topônimo Nova Ipixuna

Topônimo: Nova Ipixuna	Município: Nova Ipixuna
Localização: Microrregião de Tucuruí	
Estrutura morfológica: Topônimo composto híbrido (Subst. Fem. [latim] <i>nova</i> + subst. Fem. [tupi] <i>Ipixuna</i>)	
Etimologia: <i>Nova</i> é substantivado feminino de “novo”, que teve sua origem no latim “novu” no qual faz menção a algo novo, a novidade. <i>Ipixuna</i> é de origem geográfica, que deriva do tupi “I” (Y) que se refere a água, rio + “pixuna” significa preta, na junção dos dois significados, torna-se água preta ou água escura. (FERREIRA, 2003, p.91).	
Outro topônimo: Ipixuna	
<p>Contexto histórico: De acordo Ferreira (2003), o processo de colonização do município iniciou-se no ano de 1973. Nessa época foi criado um vilarejo com famílias oriundas da localidade nomeada de Ipixuna (hoje Velha Ipixuna) localizada às margens dos Rios Tocantins e Araguaia, local que foi alagado em função da formação do Lago de Tucuruí.</p> <p>Agora, a Vila de Nova Ipixuna apresentou notável progresso em impulsionado pela construção da usina hidrelétrica de Tucuruí, mas que o processo populacional cresceu de modo significativo com a abertura da rodovia PA-150, na qual proporcionou a acessibilidade de pessoa das diversas regiões do Brasil.</p> <p>A emancipação do município se deu através de manifestações das pessoas que ali habitavam, a população era prejudicada devido a distância dos municípios vizinhos e falta de acesso aos serviços básicos, foi emancipado através da Lei Estadual 5.762, de 20 de outubro de 1993, desmembrando dos municípios de Itupiranga e Jacundá.</p>	
Motivação toponímica: em referência ao Rio Ipixuna	
Taxeonomia de natureza física: hidrotopônimo – relativo à acidentes hidrográficos.	

Quadro 19 – classificação do Topônimo Novo Repartimento

Topônimo: Novo Repartimento	Município: Novo Repartimento
Localização: microrregião de Tucuruí	
Estrutura morfológica: topônimo composto (adj. Masc.[latim] <i>novo</i> + verbo [latim] <i>Repartir</i> + sufixo - <i>mento</i> .	
Etimologia: <i>Novo</i> origina-se do latim “novu”, e refere-se a <i>novidade, vida nova, notícia de pouco tempo, recente. Repartimento</i> é a junção de “repartir+mento”, designando <i>lugar reservado, separado de outros</i> . No estado do Pará, o vocábulo “repartimento” pode significar: <i> fusão de rios em um só</i> .	
Outro topônimo: Repartimento, Repartimento Velho	
Contexto histórico: A história de <i>Novo Repartimento</i> é recente, o município originou-se de um povoado que deve seu nome ao Rio Repartimento, que banhava aquela localidade. Os registros datam como sendo o seu primeiro colonizador, o Sr. Evaristo, que se instalou no povoado no início dos anos 70, devido a chegada da empresa Construtora Mendes Júnior, que veio ao Pará para construir a BR – 230, com o objetivo de ligar a Rodovia Transamazônica à Hidrelétrica de Tucuruí, e instalou-se a altura do Km 154. Surgia aí, o povoado Repartimento. A Vila de <i>Novo Repartimento</i> , foi formada a partir dos estudos topográficos realizados pela Eletronorte, em 1980, onde esses estudos apontaram para a inundação do povoado Repartimento, que a partir daí, passa a ser chamado de Repartimento Velho e os moradores do então Repartimento, passaram a ser chamados de expropriados. A Eletronorte construiu em 1980, a Vila a altura do Km 177 da Rodovia Transamazônica, fazendo entroncamento com a BR – 422, que ligava o povoado ao município de Tucuruí. O Município de <i>Novo Repartimento</i> , após grandes lutas para emancipar-se de Tucuruí, teve sua conquista máxima, em 21 de abril de 1991, com uma votação em plebiscito, o resultado foi de 91,02% de votos favoráveis à emancipação, fato este, que ocorreu no dia 13 de dezembro de 1991, através da lei 5.702, de 13 de dezembro de 1991, desmembrado de Jacundá, Pacajá e Tucuruí.	
Motivação toponímica: em referência ao Rio Repartimento	
Taxionomia de natureza física: hidrotopônimo – relativo à acidentes hidrográficos.	

Quadro 20 – Classificação do Topônimo Ourilândia do Norte

Topônimo: Ourilândia do Norte	Município: Ourilândia do Norte
Localização: microrregião de Ourilândia do Norte	
Estrutura morfológica: topônimo composto híbrido (subst. Masc[latim] <i>ouro</i> + subst. Fem. [inglês] <i>lând</i> +suf. Nom. [grego] <i>ia</i> +prep. <i>de</i> + art. <i>o</i> + subst. masc. [anglo-saxão] <i>norte</i>)	
Etimologia: <i>ouro</i> vem do latim “aurum” e designa <i>metal precioso, amarelo, denso e muito apreciado por sua raridade e valor econômico</i> . O termo <i>land</i> vem do inglês e significa <i>terra</i> . O sufixo nominativo <i>-ia</i> vem do grego “ia” e designa <i>qualidade, propriedade, lugar</i> . O termo <i>Norte</i> , origina-se do anglo saxônio “north”, ponto cardeal que se opõe ao sul, região situada ao norte.	
Outro topônimo: Guaritaí	

<p>Contexto histórico: O município de Ourilândia do Norte, desmembrado de São Félix do Xingu, nasceu de um povoado formada de garimpeiros e outros trabalhadores que não tinham acesso ao Projeto Tucumã, implantado em São Felix do Xingu, em 1980. À construtora Andrade Gutierrez coube a execução do projeto que, elitizado, trazia gente de fora para tomar parte dele diretamente. Havia uma picada que dava início à estrada para a implantação da Rodovia PA-279, justamente onde se firmou o povoado, onde os homens que não podiam entrar no Projeto Tucumã juntavam-se. Por questões econômicas e sociais, em 1983 o Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins – GETAT, implantou nesse local uma colônia para que se resolvesse a questão econômica e social a que estavam expostos os moradores daquele grupo de pessoas.</p> <p>Antes de ser oficialmente <i>Ourilândia do Norte</i>, era colônia, denominada de Guarita I e Guarita II. Muitos colonos, que não sabiam identificar o (I) em algarismo romano, chamavam de Guaritaí. O progresso que chegava a São Félix do Xingu, em virtude do Projeto Tucumã, não alcançava Ourilândia do Norte, onde o povo, que crescia em número ficava apenas a observar, já com a idéia de transformar todo aquele conglomerado em município.</p> <p><i>Ourilândia do Norte</i>, nome dado em razão dos muitos garimpos de ouro existente na região, foi elevado à categoria de município pela Lei de nº 5. 449, de 10 maio de 1988, desmembrado do município de São Félix do Xingu (IBGE).</p>
<p>Motivação toponímica: grande quantidade de ouro e garimpos presentes na região.</p>
<p>Taxionomia de natureza física: litotopônimo - relativo a recursos minerais e à constituição do solo.</p>

Quadro 21 – Classificação do Topônimo Palestina do Pará

Topônimo: Palestina do Pará	Município: Palestina do Pará
Localização: Microrregião de Marabá	
Estrutura morfológica: Topônimo composto híbrido (Subst. Fem. [hebraico] <i>Palestina</i> + contração da preposição <i>de</i> + o artigo masculino <i>o</i> + subst. Masc. [tupi] <i>Pará</i>)	
Etimologia: segundo Antenor Nascentes o termo <i>Palestina</i> é hebraico dos Filisteus “Pelixthim”, naturais de Peleseth. Em grego “Palaistiné” e pelo latim “Palaestina” ou “Palaestiné” de origem bíblica, designando antigo país do Oriente Médio, entre o deserto da Síria, o Líbano e o Mediterrâneo. <i>Pará</i> é termo de origem geográfica, que vem do tupi “pa’ra” e significa <i>mar</i> . É o nome que se dá ao braço direito do Rio Amazonas, engrossado com as águas do Rio Tocantins. <i>Tão Grande que parece um mar</i> .	
Outro topônimo: Centro de Olindo.	
<p>Contexto histórico: O processo de colonização do território do atual município de <i>Palestina do Pará</i> deu-se com a chegada em 1958 de Olindo Ribeiro de Souza e familiares. A localidade ficou por muito tempo ficou conhecida como “<i>Centro de Olindo</i>”. Ainda nos primeiros anos de formação do núcleo estabeleceram-se famílias de religião protestante no local. É deste período a mudança de nome do vilarejo <i>Centro de Olindo</i> passando à <i>Palestina</i>.</p> <p>No ano de 1964, foi descoberto um rico garimpo de diamantes, a 20 km de <i>Palestina</i>. Esse fato determinou o aumento populacional da localidade. Outro fator relevante foi a construção da Rodovia Transamazônica, na década de 1970, perpassando o território de <i>Palestina</i>. A partir dessa época a localidade passou a denominar-se <i>Palestina do Pará</i>, devido</p>	

à tentativa de mudança de sede. A escolha do nome foi devido ao fato de que a maioria dos colonos serem de origem cristã-protestante. Com uma visão religiosa, eles enxergavam naquelas terras uma extensão das promessas bíblicas dadas ao povo Hebreu sobre “A Terra Prometida”.

Elevado à categoria de Município com a denominação de *Palestina do Pará*, pela Lei Estadual nº 5.689, de 13 de dezembro de 1991, desmembrando de Brejo Grande do Araguaia. (FERREIRA, 2003, p.100)

Motivação toponímica: religiosa

Taxeonomia de natureza antropocultural: hierotopônimo- relativo aos nomes sagrados de diferentes crenças.

Quadro 22 – Classificação do Topônimo Paragominas

Topônimo: Paragominas	Município: Paragominas
Localização: Microrregião de Paragominas	
Estrutura morfológica: Termo composto híbrido (Subst.Masc.[tupi] <i>Pará</i> + a sigla do Estado de Goiás [tupi] <i>GO</i> + o primeiro termo do topônimo de Minas Gerais [francês] <i>Minas</i>).	
Etimologia: o topônimo <i>Paragominas</i> é composto por “Pará”, pela sigla “GO” designa o Estado de Goiás, e “Minas” é a forma simplificada do estado de Minas Gerais. <i>Pará</i> , é termo de origem geográfica, que vem do tupi “pa’ra” e significa <i>mar</i> . É o nome que se dá ao braço direito do Rio Amazonas, engrossado com as águas do Rio Tocantins. <i>Tão Grande que parece um mar</i> . A sigla “GO” do nome de <i>Goiás</i> , que, originalmente, é nome dos indígenas “guaiás” por corruptela para “goiás”, sendo termo que vem do tupi “gwa’ya” e significa <i>indivíduo igual, gente semelhante, da mesma raça</i> . <i>Minas</i> , o primeiro termo do topônimo Minas Gerais, é um termo que vem do francês antigo “mine” e designa auríferos e diamantíferos na região ainda no período colonial.	
Outro topônimo:	
Contexto histórico: o surgimento da cidade de <i>Paragominas</i> foi diferente de outros municípios do Pará, que surgiram através da colonização portuguesa, de missões jesuítas ou de forma desordenada à sombra de algum grande projeto. Já <i>Paragominas</i> não, essa cidade que podemos ver hoje foi muito bem planejada pelo seu fundador, Célio Resende de Miranda, com colaboração de Eliel Pereira Faustino e Manoel Alves de Lima.	
Célio Resende de Miranda sempre ouvira falar das imensas riquezas paraenses, de suas matas, clima propício à agropecuária etc., fez sua primeira viagem ao Pará em 1958. Sobrevoando as áreas, vários pontos foram estudados até que sua vista encontrou o local perfeito, entre os rios Gurupi e Capim. No mesmo ano, Célio Miranda foi ao encontro do presidente Juscelino Kubitschek, pedir autorização para iniciar no Pará, o plano de erguer uma cidade em plena Amazônia. O presidente Juscelino Kubitschek mostrou grande interesse pelos planos, concluindo que o projeto, além de evitar a invasão das terras por estrangeiros ou aventureiros, também poderia ajudar a colonizar a região.	
Apoiando os planos de Célio Miranda, o presidente deu-lhe um documento que deveria ser entregue ao governador do Pará, na época Jarbas Passarinho. Nesse documento, Juscelino solicitava ao governo paraense que fosse cedida a Célio Miranda a gleba de terra por ele escolhida.	

Além de receber a concessão da terra, Célio ainda foi presenteado com uma planta elaborada pelo urbanista Lúcio Costa, a qual havia concorrido, junto a outras, para o projeto de construção de Brasília, classificando-se em 4º lugar. Este projeto foi obtido por Célio Miranda através da doação por intermédio do geólogo Jofre Mozart Parada, que na época trabalhava em Brasília.

A cidade precisava de um nome. Muitas sugestões foram apresentadas, Célio Miranda convocou Manoel Alves de Lima, Eliel Pereira de Faustino. Entretanto, Célio já tinha em mente o nome a ser escolhido. Num certo dia de inspiração, disse ele que estando em terras localizadas no Estado do Pará, sendo os pioneiros goianos e ele, o idealizador do projeto, nascido em Minas Gerais, o nome mais adequado seria *Paragominas*. (Site da prefeitura Municipal)

Motivação toponímica: nomes de três estados brasileiro.

Taxeonomia de natureza antropocultural: Corotopônimo - topônimo relativo a nome de cidades, estados, países e regiões.

Quadro 23 – Classificação do a Parauapebas

Topônimo: Parauapebas	Município: Parauapebas
Localização: microrregião de Parauapebas	
Estrutura morfológica: topônimo simples (subst. Masc. [tupi] <i>Parauapebas</i>)	
Etimologia: vocábulo de origem tupi “parauapebas”, significando: rio de águas rasas (IBGE)	
Outro topônimo:	
<p>Contexto histórico: o município de <i>Parauapebas</i> surgiu como um povoado em conturbado processo de colonização, no início da década de 1980, em terras do município de Marabá, ao pé da Serra dos Carajás, nas proximidades do Rio Parauapebas. O surgimento do município ocorreu principalmente devido a exploração de minério de ferro pela Companhia Vale do Rio Doce a partir da implantação do projeto Grande Carajás.</p> <p>O ouro de Serra Pelada, foi outro fator que influenciou no forte fluxo migratório da localidade, ainda na época de sua formação, atraindo um grande contingente populacional. Elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 5.4443, de 10 de maio de 1988, desmembrado do município de Marabá.</p>	
Motivação toponímica: em referência ao Rio Parauapebas.	
Taxeonomia de natureza físico: hidrotopônimo – relativo à acidentes hidrográficos..	

Quadro 24 – Classificação do Topônimo Pau d’Arco

Topônimo: Pau d’Arco	Município: Pau d’Arco
Localização: microrregião de Redenção	
Estrutura morfológica: topônimo composto (subst. Masc.[latim] <i>Pau</i> + contração da preposição <i>d’</i> + subst. Masc.[latim] <i>Arco</i>)	
Etimologia: “ <i>pau</i> ” origina-se do latim “ <i>palu</i> ” “ <i>palus</i> ”, designando árvore ou mourão, <i>d’</i> é a contração da preposição “ <i>de</i> ” (posse), e supressão do artigo masculino “ <i>o</i> ”. O termo <i>arco</i> é substantivo e vem do latim “ <i>arcus</i> ” ou “ <i>arquus</i> ”, designando <i>o que é curvado ou arqueado</i> .	
Outro topônimo: Gameleira	

<p>Contexto histórico: O núcleo que deu origem ao atual município foi um povoado de garimpeiros denominado <i>Gameleira</i>, no início do século XX, no entanto, posteriormente teve, seu declínio. Os que não optavam pela extração do ouro, lidavam com a extração de madeira, agricultura e pecuária. Um fator que contribuiu para êxodo de parte da povoação foi um confronto com os indígenas caiapó da região do Rio Sobrado, em 1920.</p> <p>Em 1972, com a abertura da PA-150, tiveram início os núcleos populacionais de <i>Majoara</i> e <i>Pau d' Arco</i>. <i>Vila Marajoara</i> iniciou-se com a montagem da Serraria Marajoara e a construção de casa para operários. O mesmo fato deu-se em <i>Pau d' Arco</i>, com a construção da Serraria Pau d' Arco. O núcleo de Pau d' Arco prosperou, ultrapassando a povoação de Marajoara.</p> <p>Elevado à categoria de Município e Distrito com denominação de Pau d' Arco, pela Lei nº 5.696 de 13 de dezembro de 1991, desmembrando do município de Redenção (IBGE).</p>
<p>Motivação toponímica: em referência ao Rio Pau d' Arco</p>
<p>Taxeonomia de natureza física: hidrotopônimo – relativo à acidentes hidrográficos.</p>

Quadro 25 – Classificação do Topônimo Piçarra

<p>Topônimo: Piçarra</p>	<p>Município: Piçarra</p>
<p>Localização: microrregião de Redenção</p>	
<p>Estrutura morfológica: topônimo simples (subst. Fem.[espanhol] <i>Piçarra</i>)</p>	
<p>Etimologia: o termo origina-se do espanhol “pizarra”, designando terra misturada com areia e pedras (NASCENTES, 1955)</p>	
<p>Outro topônimo: Cruzelândia</p>	
<p>Contexto histórico: A primeira denominação do atual Município de Piçarra foi Cruzelândia e se constituía num vilarejo, que evoluiu com o crescimento de São Geraldo do Araguaia. Piçarra surgiu quando, em 1978, o Batalhão de Engenharia e Construção - BEC, iniciou a estrada de São Geraldo do Araguaia à Itaipava, em um percurso de 90 km. Em decorrência da grande distância tornou-se necessária a montagem de um acampamento para alojar a equipe e guarda do maquinário. Em seguida decidiu-se por dividir a distância ao meio e montar o acampamento no km 45, que, coincidentemente, seria em cima de uma cascalheira. Por ser uma região totalmente de mata, o BEC mantinha em sua equipe profissionais da área de saúde (médicos e dentistas), que atendiam as pessoas que necessitavam de cuidados médicos e que na época eram conhecidas como 'sobra de terra'. Como consequência dos atendimentos médicos realizados na região, pois havia muita malária e tifo, muitas pessoas se aproximaram e por conseguinte passaram a montar barracos junto ao acampamento da Piçarreira, como era conhecido o lugar, originando assim o povoado e sua denominação.</p> <p>O município de Piçarra foi criado através da Lei nº 5.934, de 29 de dezembro de 1995, sancionada pelo governador Almir Gabriel, desmembrado do Município de São Geraldo do Araguaia. A instalação deu-se no dia 01 de janeiro de 1977, com a posse do primeiro prefeito, rsr. Milton Perreira de Freitas.</p>	
<p>Motivação toponímica: nome de origem geográfica devido ao local possuir muito cascalho, pedra.</p>	
<p>Taxeonomia de natureza física: litotopônimo – relativo a topônimos de índole mineral e à constituição do solo</p>	

Quadro 26 – Classificação do Topônimo Redenção

Topônimo: Redenção	Município: Redenção
Localização: microrregião de Redenção	
Estrutura morfológica: Topônimo simples (subst. Masc.[latim] <i>Redenção</i>)	
Etimologia: termo do latim “redemptione” derivado de “redimemere”, pelo português “redimir”, designando <i>o resgate dos homens por Jesus que para isso ofereceu a sua vida.</i> (FERREIRA, 2003).	
Outro topônimo: Boca da Mata	
<p>Contexto histórico: segundo informações retiradas do site da prefeitura municipal, <i>Redenção</i>, surgiu no início da década de 60 a extinta SUDAM proporcionou a vinda de fazendeiros a se instalarem numa região denominada Boca da Mata. Com o desbravamento da fazenda Santa Tereza, de propriedade do Agrônomo João Lamari do Val, vieram também os pioneiros Ademar Guimarães, a José Bueno Cintra e Gerudes Gomes da Silva. Na mesma época foram chegando Luiz Vargas Dumonte Carlos Ribeiro para conhecerem a serra dos Gradaús, localizada no município de Cumarú. Esses homens viram e conheceram uma região plana e rica de recursos minerais e vegetais, fator que levaram o lançamento da pedra fundamental exatamente no dia 21 de setembro de 1969. O que era uma ideia se transformou em uma vila para centenas de pessoas, as quais vislumbravam nestas terras um futuro promissor. Todos aclamavam em uma só voz “... a terra é boa... o sonho deu certo...” um dos incentivadores para a criação do município de Redenção foi o médico Giovanni Queiroz, tido como o primeiro médico e professor, sendo também proprietário do primeiro hospital denominado Nossa Senhora da Conceição.</p> <p>Construiu-se, onde hoje se situa a Avenida Brasil, uma pista de pouso, a qual, transformou-se no principal centro de abastecimento da região. Ressalta-se que em Redenção em 1972 teve um fluxo com a corrida ao extrativismo florestal, despertando a migração de muitos empresários gaúchos, paranaenses e mineiros. Com a descoberta de ouro em Cumarú em 1981, a vila de Redenção voltou a receber o fluxo populacional provenientes dos estados do Piauí, Maranhão, Pernambuco, e da Bahia. Com essa mesma aventura chegaram também os pilotos de aviação. Nesta época a Vila se tornou o centro irradiador na transação de negócios, onde o ouro e a madeira contribuíram para o incremento comercial e populacional.</p> <p>A cidade de Redenção foi fundada em 21 de setembro de 1969; com o nome de Boca da Mata. No entanto, 04 de junho de 1975 esta localidade foi transformada em distrito de Conceição do Araguaia. Passando a se chamar oficialmente de Redenção.</p> <p>Em 13 de maio de 1982 através da Lei nº 5.028 de autoria do então deputado estadual Plínio Pinheiro Neto Redenção ganha o título de emancipação política desmembrando-se do município de Conceição do Araguaia, passando à categoria de cidade, com a mesma denominação.</p>	
Motivação toponímica: religiosa	
Taxonomia natureza antropológica: hierotopônimo – relativo a nomes sagrados de diferentes crenças.	

Quadro 27 – Classificação do Topônimo Rio Maria

Topônimo: Rio Maria	Município: Rio Maria
Localização: microrregião de Redenção	
Estrutura morfológica: topônimo composto híbrido (subst. Masc.[latim] <i>Rio</i> + subst. Fem.[hebraico] <i>Maria</i>)	
Etimologia: <i>Rio</i> do latim “Rhium”, pelo latim vulgar “rius” e pelo latim clássico “rivus”, em referência a <i>curso d’ água natural, que se desloca de um nível mais elevado para outro, mais baixo. Maria</i> , o nome da Virgem, mãe de Jesus Cristo.Vem do latim “Maria”, este do grego “María”, que, por sua vez, se deve ao hebraico “Miriam”. Palavra então, com diversas interpretações etimológicas (NASCENTES, 1955)	
Outro topônimo:	
Contexto histórico: As origens históricas de Rio Maria estão calcadas na implantação da rodovia PA-70, que liga as cidades de Marabá e Conceição do Araguaia. O que atraiu os moradores e comerciantes ao local foi a possibilidade de exploração das riquezas naturais e minerais existentes em abundância. O primeiro morador de Rio Maria foi Clarindo Rodrigues da Silva, que se estabeleceu, juntamente com seus familiares, nas proximidades do Rio Maria, que dá nome ao município, em terras de Conceição do Araguaia. Em 15 de novembro de 1974, foi instalada a sub-prefeitura de Rio Maria, em área jurisdicionada ao Município de Conceição do Araguaia. O município de Rio Maria foi criado pela Lei estadual nº 5.028 de 13 de maio de 1982, com sede no Distrito de Rio Maria e território desmembrado do município de Conceição do Araguaia.	
Motivação toponímica: em referência ao Rio Maria, localizado em Conceição do Araguaia.	
Taxonomia de natureza física: hidrotopônimo – relativo à acidentes hidrográficos.	

Quadro 28- Classificação do Topônimo Rondon do Pará

Topônimo: Rondon do Pará	Município: Rondon do Pará
Localização: Microrregião de Paragominas	
Estrutura morfológica: Topônimo composto híbrido (Subst. Masc. [francês] <i>Rondon</i> + contração da preposição <i>de</i> com o artigo masculino <i>o</i> + subst. Masc.[tupi] <i>Pará</i>)	
Etimologia: O termo <i>Rondon</i> é sobrenome variante de “Roldon”, nome que origina-se do francês antigo “Rodlant”, que por sua vez vem do germânico “hrôms”, que significa <i>glória</i> . Segundo Houaiss (2001) vem do antropônimo Cândido Mariano da Silva Rondon, militar sertanista e indigenista brasileiro. O termo <i>Pará</i> é de origem geográfica, que vem do tupi “pa’ra” e significa <i>mar</i> . É o nome que se dá ao braço direito do Rio Amazonas, engrossado com as águas do Rio Tocantins. <i>Tão Grande que parece um mar</i> .	
Outro topônimo: Candangolândia	
Contexto histórico: O primeiro nome da localidade foi Candangolândia, em referência aos exploradores e colonizadores da região. As primeiras incursões com tentativa de colonizar a região surgiram em fins do ano 1962, quando foram realizados os trabalhos de demarcação das primeiras fazendas nas imediações do que atualmente é a sede municipal. No ano de 1969, chegou no lugar o médico e ecologista Camilo Vianna, liderando	

estudantes e pesquisadores do *Projeto Rondon*, que faziam atendimentos na área da saúde. Esta operação foi tão importante para a localidade que Candangolândia passou a chamar-se *Vila Rondon*, numa homenagem à ação humanitária desenvolvida pelo exinto *Projeto Rondon*. Logo, a Vila Rondon já possuía postos de gasolina, farmácia e açougue, atraindo mais moradores que encontraram no local propícias condições para a exploração de madeira de lei.

Elevado à categoria de município e Distrito com a denominação alterada para *Rondon do Pará*, pela Lei nº 5.027, de 13 de maio de 1982, desmembrado de São Domingos do Capim. (FERREIRA, 2003, p. 113)

Motivação toponímica: Projeto Rondon

Taxeonomia de natureza antropocultural: sociopotopônimo - topônimo relativo às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade.

Quadro 29 – Classificação do topônimo Santa Maria das Barreiras

Topônimo: Santa Maria das Barreiras	Município: Santa Maria das Barreiras
Localização: Microrregião de Conceição do Araguaia	
Estrutura morfológica: Topônimo composto (Subst. Fem. [latim] <i>Santa</i> + subst. Fem. [hebraico] <i>Maria</i> + contração da preposição <i>de</i> com o artigo feminino <i>a</i> no plural + subst. Fem. [latim] <i>Barra</i> + sufixo [latim] <i>eira</i> no plural)	
Etimologia: <i>Santa</i> feminino de <i>Santo</i> , termo que origina-se do latim “ <i>sanctus</i> ”, <i>mulher canonizada, virtuosa, digna de veneração, e que vive conforme os preceitos da lei divina, segundo a tradição judaico-cristã</i> . O termo <i>Maria</i> , designa o nome da Virgem, mãe de Jesus Cristo. Vem do latim “ <i>Maria</i> ”, este do grego “ <i>María</i> ”, que, por sua vez, se deve ao hebraico “ <i>Miriam</i> ”. Palavra então, com diversas interpretações etimológicas. <i>Barreiras</i> , junção do substantivo feminino “ <i>barra</i> ” e do sufixo “ <i>eira</i> ”. O termo “ <i>barra</i> ” vem do latim vulgar, em referência a <i>sedimentos, pedras e bancos de areias</i> que dificultam o tráfego fluvial. O sufixo “ <i>eira</i> ” vem do latim “ <i>ariu</i> ” designando <i>origem</i> .	
Outro topônimo: Barreira de Santana, Santana do Araguaia	
Contexto histórico: em 1892, o fazendeiro Inocêncio Pereira Costa, demandou às margens do Araguaia a procura de um ponto para estabelecimento. Instalou-se à margem esquerda do Rio Araguaia a partir da ponta norte da ilha do Bananal. O ponto escolhido foi o de altas barreiras no Araguaia, onde se encontra a atual sede municipal de <i>Santa Maria das Barreiras</i> . Ao fundar a vila, Inocêncio Pereira a denominou de <i>Barreira de Santana</i> . Trouxe famílias maranhenses para instalarem-se no local com apoio do então governador do Estado do Pará, Augusto Montenegro. Em 29 de dezembro de 1961, pela Lei nº 2.460, foi criado o município de <i>Santa Maria das Barreiras</i> . Houve alteração toponímica, passando a chamar-se <i>Santana do Araguaia</i> . Por motivos políticos, alavancados por cheias periódicas do Araguaia, a Lei nº 5.171, de 05 de novembro de 1984, transferiu a sede do município de <i>Santana do Araguaia</i> para a localidade de Campo Alegre, que assumiu a categoria de Cidade. Esta mesma Lei determinou o retabecimento do nome de <i>Santa Maria das Barreiras</i> , Distrito de <i>Sanatana do Araguaia</i> . O então Distrito foi elevado à categoria de município com a denominação de <i>Santa</i>	

<i>Maria das Barreiras</i> pela Lei nº 5.451, de 10 de maio de 1988, desmembrado do município de Santana do Araguaia.
Motivação toponímica: religiosa e geográfica, em referência a Santa de devoção e as barreiras naturais de navegabilidade do Rio Araguaia.
Taxonomia de natureza antropocultural e física: Hagiotopônimo – relativo a santas e santos do hagiologia romano Hidrotopônimo - topônimo resultante de acidentes hidrográficos

Quadro 30 – Classificação do Topônimo Santana do Araguaia

Topônimo: Santana do Araguaia Município: Santana do Araguaia
Localização: microrregião de Conceição do Araguaia
Estrutura morfológica: topônimo composto híbrido (subst.[latim] <i>Santaj</i> + [hebraico] <i>Ana</i> + prep. <i>de</i> + art. <i>o</i> +subst [tupi] <i>Araguaia</i>).
Etimologia: <i>Santa</i> feminino de <i>Santo</i> , termo que origina-se do latim “ <i>sanctus</i> ”, <i>mulher canonizada, virtuosa, digna de veneração, e que vive conforme os preceitos da lei divina, segundo a tradição judaico-cristã. Ana</i> vem do hebraico “Hannah” <i>graciosa</i> , que no latim ficou “ <i>ama</i> ” <i>ele</i> (Deus) <i>favoreceu-me</i> . De acordo com os evangelhos apócrifos, Ana seria muito idosa para ter filhos, mas um anjo veio contradizer a natureza e desta forma nasceu a Virgem Maria, mãe de Jesus. A Igreja Católica canonizou Santa Ana no século VI. O termo <i>Araguaia</i> é de origem tupi, com diversas definições. Segundo Antenor Nascentes se refere ao termo “ <i>a’ra</i> ” como <i>tempo, período, época</i> e “ <i>gwaya</i> ”, <i>carangueijo: tempo de apanhar carangueijo</i> . Teodoro Sampaio defende que “ <i>a’ra</i> ” se refere a <i>arara, ave de cauda longa, pontuda e de bela plumagem</i> e “ <i>gwaya</i> ” significa <i>manso ou domesticado, arara mansa de cauda longa e bela plumagem</i> .
Outro topônimo: Altas Barreiras, Santa Maria das Barreiras, Campo Alegre
Contexto histórico: De acordo com o site da prefeitura municipal, a história do município de Santana do Araguaia está intimamente relacionada com a fundação do povoado de Altas Barreiras (hoje sede do município de Santa Maria das Barreiras) em 1892. Formado por migrantes goianos com apoio de frei Gil de Villa Nova, esta localidade desenvolveu-se pela extração de borracha-caucho e outros produtos extrativistas. Teve como principal marco de formação, a construção da Paróquia de Sant’Anna. Com o passar dos anos, Altas Barreiras mostrou-se um povoado muito dinâmico, sendo elevado à categoria de distrito em 31 de dezembro de 1936, passando a denominar-se Santa Maria das Barreiras. Finalmente ganhou autonomia política através da lei estadual nº 2.460, de 29 de dezembro de 1961, desmembrado de Conceição do Araguaia, denominando-se município de “ <i>Santana do Araguaia</i> ”. Entretanto, a configuração atual do município de Santana foi construída a partir do ano de 1966 com a implantação do projeto “Fazenda Campo Alegre”, sob responsabilidade da Cia. Industrial e Agropastoril Vale do Rio Campo Alegre, uma espécie de <i>joint-venture</i> formada por 13 empresas diferentes, encabeçadas pela Volkswagen do Brasil. Em 1975 o empreendimento conseguiu autorização junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para a construção de uma vila operária na área a ser denominada de “Campo Alegre”, com o intuito de formar um núcleo administrativo e fixador

de mão-de-obra. A construção de *Campo Alegre* foi rápida, com sua conclusão sendo efetivada em 1976. Em 1980 a região do Tocantins Araguaia foi atingida por uma grande enchente de seus rios, fato que destruiu parcialmente a sede do município de Santana do Araguaia. Tal cheia prolongou-se pelo ano de 1981. Como Campo Alegre era a localidade dotada de melhor infraestrutura no município, os aparelhos administrativos foram transferidos para a localidade e ali permaneceram.

A vulnerabilidade da antiga sede e a dificuldade para reconstruí-la, contribuíram para que em 5 de novembro de 1984 por meio da lei estadual nº 5.171 transferiu-se definitivamente a sede de Santana do Araguaia para a localidade de Campo Alegre, revertendo a localidade de Santa Maria das Barreiras à sua antiga categoria, como distrito.

Com isto, por mais que Santana do Araguaia (Campo Alegre) seja “original” de Santa Maria das Barreiras, tornou-se herdeira dos direitos administrativos do antigo município.

Por pressão da comunidade barreirense, insatisfeita com seu novo *status* político, em 10 de maio de 1988 é criado o município de Santa Maria das Barreiras, através da lei estadual nº 5.451, desmembrado de Santana do Araguaia.

Motivação toponímica: religiosa, em referência ao nome da Santa Ana

Taxonomia de natureza antropocultural: Hagiotopônimo – relativo ao nome de santo e santa do hagiologia romano.

Quadro 31 – Classificação do Topônimo São Domingos do Araguaia

Topônimo: São Domingos do Araguaia Município: São Domingos do Araguaia
Localização: Marabá
Estrutura morfológica: topônimo composto híbrido (subst.[latim] <i>São</i> + subst.[hebraico] <i>Domingos</i> + prep. <i>de</i> + art. <i>o</i> +subst. [tupi] <i>Araguaia</i>).
Etimologia: <i>São</i> termo que origina-se do latim “ <i>sanctus</i> ”, <i>homem canonizado, sagrado, virtuoso, digno de veneração, e que vive conforme os preceitos da lei divina, segundo a tradição judaico-cristã. Domingos</i> nome pessoal masculino. Origina-se do latim “ <i>Dominicus</i> ”, significando “ <i>do senhor, aquele que pertence ao Senhor</i> ”. O termo <i>Araguaia</i> é de origem tupi, com diversas definições. Segundo Antenor Nascentes se refere ao termo “ <i>a’ra</i> ” como <i>tempo, período, época</i> e “ <i>gwaya</i> ”, <i>carangueijo: tempo de apanhar carangueijo</i> . Teodoro Sampaio defende que “ <i>a’ra</i> ” se refere a <i>arara, ave de cauda longa, pontuda e de bela plumagem</i> e “ <i>gwaya</i> ” significa <i>manso</i> ou <i>domesticado, arara mansa de cauda longa e bela plumagem</i> .
Outro topônimo: Centro das Latas, São Domingos das Latas

<p>Contexto histórico: A localidade do município teve sua colonização iniciada em 1952, com a chegada de Serafim Canário da Silva, lavrador piauiense, vindo de Imperatriz, no Maranhão. O povoado cresceu e por terem sido encontradas várias latas de querosene junto a alguns pés de mangueiras, passou a se chamar <i>Centro das Latas</i>. Em 1955, passou a se chamar <i>São Domingos das Latas</i>, em referência ao padroeiro local, São Domingos de Gusmão.</p> <p>Empreiteiras responsáveis pela abertura da Transamazônica na década de 1970, instalaram acampamentos para seus trabalhadores no local, aumentando, consideravelmente, a população. Elevado à categoria de município com o nome de <i>São Domingos do Araguaia</i>, pela Lei nº 5.706 de 27 de dezembro de 1991, desmembrado do município de São João do Araguaia (FERREIRA, 2003, p. 131)</p>
<p>Motivação toponímica: religião, em referência ao santo padroeiro local</p>
<p>Taxeonomia de natureza antropocultural: Hagiotopônimo - relativo aos santos e santas do hagiologia romano.</p>

Quadro 32 – Classificação do Topônimo São Félix do Xingu

<p>Topônimo: São Félix do Xingu Município: São Félix do Xingu</p>
<p>Localização: microrregião de São Félix do Xingu</p>
<p>Estrutura morfológica: topônimo composto híbrido (subst. Masc. [latim] <i>São</i> + subst. Masc. [latim] <i>Félix</i> +prep. <i>de</i> + art. <i>o</i>+ subst. Masc.[tupi] <i>Xingu</i>)</p>
<p>Etimologia: <i>São</i> termo que origina-se do latim “<i>sanctus</i>”, <i>homem canonizado, sagrado, virtuoso, digno de veneração, e que vive conforme os preceitos da lei divina, segundo a tradição judaico-cristã</i> (NASCENTES, 1955). <i>Felix</i> origina-se do latim “<i>felix</i>”, substantivação do adjetivo <i>felix</i> que, que significa <i>feliz</i>. O termo <i>Xingu</i>, nomeia um Rio do Pará e Mato Grosso, designa nome de um povo indígena que habitava sua foz. Termo de origem controversa, para Silveira Bueno não é tupi, mas também não afirma sua origem; Orlando Bordoni dá como vocábulo de origem tupi “<i>xin... bico, ponta + gu... baía, enseada</i>”: <i>enseada em ponta, grande quantidade de água que escoar por uma ponta</i>. O mesmo Bordoni oferece a definição: <i>rio pouco escuro</i>. Um documento da Prefeitura do Município oferece a definição de “<i>Casa de Deus</i>”, informa ainda que nos primórdios o Xingu era chamado, pelos indígenas de “<i>Tuyá</i>”, que significa “<i>solidão</i>”. (FERREIRA, 2003, p.)</p>
<p>Outro topônimo: Boca do Rio, São Félix da Boca do Rio e São Félix do Gradaús</p>
<p>Contexto histórico: No ano de 1914, o coronel Tancredo Martins Jorge, seringueiro da região, promoveu reunião de seringueiros, caucheiros e suas famílias, instalaram-se no Barracão do Aviador, localizado na confluência dos rios Xingu e Fresco, na época denominada <i>Boca do Rio</i>. Foi o primeiro passo para a criação de um povoado, que prosperou baseado no extrativismo vegetal, passando a ser denominado de <i>São Félix da Boca do Rio</i>. Somente anos depois, passou a se chamar <i>São Félix do Xingu</i>, por influência de religiosos que trouxeram a imagem de São Félix de Valois.</p> <p>Em 1955, foi criado o município denominado <i>São Félix de Gradaús</i>, sendo considerada inconstitucional sua emancipação pelo STF. Somente em 29 de dezembro de 1961, foi efetivada a criação do município, com nome alterado para <i>São Félix do Xingu</i> e território desmembrado do município de Altamira.</p>
<p>Motivação toponímica: religiosa, nome do Santo São Félix, padroeiro do município</p>

Taxonomia de natureza antropocultural: hagiotopônimo - relativo aos santos e santas do hagiologio romano.

Quadro 33 – Classificação do Topônimo São Geraldo do Araguaia

Topônimo: São Geraldo do Araguaia Município: São Geraldo do Araguaia
Localização: microrregião de Redenção
Estrutura morfológica: topônimo composto híbrido (subst.[latim] <i>São</i> +subst.[germânico] <i>Geraldo</i> + prep. <i>de</i> + art. <i>o</i> +subst. [tupi] <i>Araguaia</i>).
Etimologia: <i>São</i> termo que origina-se do latim “ <i>sanctus</i> ”, <i>homem canonizado, sagrado, virtuoso, digno de veneração, e que vive conforme os preceitos da lei divina, segundo a tradição judaico-cristã. Geraldo</i> nome pessoal masculino. Do germânico “ger”, que significa lança, fortemente a lança. Encontradas de formas latinizadas “Gairhardus” e “Giraldus”, sendo que a forma atual é de Gerardo. Para Ana Belo, em Nomes Próprio, pag.87, o étimo deriva do germânico “ger”(lança) e “waldan”(governar), informando que São Geraldo foi um monge da Abadia de Moissac no século XI. O termo <i>Araguaia</i> , segundo Antenor Nascentes se refere ao termo “a’ra” como <i>tempo, período, época</i> e “gwaya”, <i>carangueijo: tempo de apanhar carangueijo</i> . Teodoro Sampaio defende que “a’ra” se refere a <i>arara, ave de cauda longa, pontuda e de bela plumagem</i> e “gwaya” significa <i>manso ou domesticado, arara mansa de cauda longa e bela plumagem</i> .
Outro topônimo:
Contexto histórico: Um garimpo por nome de Chiqueirão, localizado à margem direita do Rio Araguaia, em área do município de Xambioá, atual Estado do Tocantins, foi o principal motivo da origem do município de <i>São Geraldo do Araguaia</i> , à margem esquerda do Araguaia. A colonização definitiva deu-se com o permanecimento de João Rêgo Maranhão, em torno de 1953, quando se dedicou à compra de castanha e arroz. <p>Com o tempo formou-se um povoado em torno do barracão de João Rêgo. Com a morte do filho único do casal de comerciantes, foi erguida uma capela em homenagem a São Geraldo, nome do filho falecido.</p> <p>Em 1980, houve uma cheia do Araguaia que submergiu a maior parte da povoação de São Geraldo. O então, prefeito de Conceição do Araguaia, Giovanni Queiroz, adquiriu terras em uma área mais alta, loteou-as e cedeu aos moradores, continuando a permancer com o antigo nome em homenagem ao filho de seu primeiro colonizador.</p> <p>Elevado à categoria de município com a denominação de São Geraldo do Araguaia, pela Lei Estadual nº 5.441, de 10 de maio de 1988, desmembrado do município de Xinguara.</p>
Motivação toponímica: nome próprio e de origem geográfica em referência ao Rio Araguaia
Taxionomia de natureza antropocultural: antropotopônimo - relativo a nome de pessoas.

Quadro 34 – Classificação do Topônimo São João do Araguaia

Topônimo: São João do Araguaia Município: São João do Araguaia
Localização: microrregião de Marabá
Estrutura morfológica: topônimo composto híbrido (subst.[latim] <i>Santo</i> + subst. [hebraico] <i>João</i> + prep. <i>de</i> + art. <i>o</i> + subst. [tupi] <i>Araguaia</i>).

<p>Etimologia: São termo que origina-se do latim “<i>sanctus</i>”, <i>homem canonizado, sagrado, virtuoso, digno de veneração, e que vive conforme os preceitos da lei divina, segundo a tradição judaico-cristã. João</i> nome pessoal masculino. Vem do hebraico “<i>Yôhãñã</i>”, <i>agraciado por Deus</i> ou <i>Deus é misericordioso</i>. O termo <i>Araguaia</i> é de origem tupi, com diversas definições. Segundo Antenor Nascentes se refere ao termo “<i>a’ra</i>” como <i>tempo, período, época</i> e “<i>gwaya</i>”, <i>carangueijo: tempo de apanhar carangueijo</i>. Teodoro Sampaio defende que “<i>a’ra</i>” se refere a <i>arara, ave de cauda longa, pontuda e de bela plumagem</i> e “<i>gwaya</i>” significa <i>manso ou domesticado, arara mansa de cauda longa e bela plumagem</i>.</p>
<p>Outro topônimo: São João da Ponta.</p>
<p>Contexto histórico: o município teve início por meio de um mocambo chefiado por Maria Aranha localizado próximo a localidade de São Bernardo da Pederneira. A povoação definitiva formou-se a partir de 1850, após a instalação de uma colônia militar na região. A localidade recebeu ajuda e influência de missionários e religiosos. Dentre eles, Frei Gil de Vila Nova foi um dos que influenciou no processo de colonização da região. Em 5 e novembro de 1908, pela Lei nº 1.609, foi criado o município, no entanto, em 3 de novembro de 1922 o município perde sua autonomia, e é anexado ao município de Marabá. Nesta mesma ocasião a vila tem seu nome alterado para São João da Ponta, permanecendo assim até 1956. A Lei nº 2.460, de 29 de dezembro de 1961, restaurou o município São João do Araguaia, com sua área desmembrada de Marabá (FERREIRA, 2003, p.137).</p>
<p>Motivação toponímica: homenagem ao santo São João e referência ao Rio Araguaia</p>
<p>Taxionomia de natureza antropológica: Hagiotopônimo – relativo a nome de santo e santa do hagiologia romano.</p>

Quadro 35 – Classificação do Topônimo Sapucaia

Topônimo: Sapucaia	Município: Sapucaia
Localização: Microrregião de Redenção	
Estrutura morfológica: Topônimo simples (Subst. Fem. [tupi] <i>Sapucaia</i>)	
<p>Etimologia: <i>Sapucaia</i> substantivo feminino que vem do tupi “<i>yasapu’kaya</i>” <i>planta da família das lecitidáceas</i>, do gênero <i>Lecythis</i>, com pixídios do qual se fazem cuias e objetos de adorno, e que prendem as patas dos macacos que lhes tentam tirar as sementes doces e comestíveis, que deu origem ao antigo ditado “<i>macaco velho não mete a mão em cumbuca</i>”. Para Antenor Nascentes o étimo vem do tupi “<i>iasapuka’i</i>”, designando <i>fruto que salta do olho</i>, pois a cápsula do fruto poca, arrebenta, deixando cair as sementes, ligado a “<i>e’sa</i>”...<i>olho</i> e “<i>poka</i>” ... <i>que estoura, estala</i>.</p>	
Outro topônimo:	
<p>Contexto histórico: O município de Sapucaia foi criado através da Lei Estadual 5 961, de 24 de abril de 1996, sancionada pelo então Governador Almir Gabriel, com território desmembrado do Município de <i>Xinguara</i>, com sede na localidade de <i>Vila Sapucaia</i>, situada na Rodovia PA-150, que passou à categoria de Cidade com a denominação de <i>Sapucaia</i>.</p> <p>A instalação oficial deu-se em 01 de janeiro de 1997, com a posse do prefeito, José Augusto Marinho, seu vice e vereadores, eleitos no pleito municipal de 03 de outubro de 1996.</p>	
Motivação toponímica: referência à árvore abundante na região	

Taxeonomia de natureza física: fitotopônimo – topônimo de índole vegetal

Quadro 36 – Classificação do Topônimo Tucumã

Topônimo: Tucumã	Município: Tucumã
Localização: microrregião de São Félix do Xingu	
Estrutura morfológica: topônimo simples (subst. Masc.[tupi] <i>Tucumã</i>)	
Etimologia: Tucumã vem do tupi “tuku’ma”, designando espécies de palmeiras do gênero <i>Astrocaryum</i> e <i>Bactris</i> , nativas no Brasil, especialmente na Amazônia.	
Outro topônimo:	
<p>Contexto histórico: o município de <i>Tucumã</i> surgiu com a implantação do Projeto carajás em 1977, advindo da necessidade do Governo de colonizar um grande espaço vazio existente na Gleba Carapanã. Foi um projeto particular realizado pela Construtora Andrade Guterrez. Em 1981 começaram os serviços de construção da cidade e em 1982 foram assentados os primeiros colonos oriundos da região sul do País, por possuírem tradição agrícola e recursos próprios para se auto sustentarem, pelo menos no primeiro ano de assentados, contudo com a descoberta do ouro na região, muitas pessoas chegaram e inclusive sem terras de outros estados, ficando a situação tensa e sem controle por parte da iniciativa privada (Andrade Guterrez) que começou a recuar nos investimentos, passando o problema e salvaguardar o projeto de colonização particular, sendo este invadido por mais de 3 mil famílias.</p> <p>A partir da suspensão dos investimentos por parte da empresa privada, o povo se uniu e formou o conselho de <i>Desenvolvimento Comunitário de Tucumã</i>, que se incumbiu de administrar o núcleo urbano até a implantação do município em 1º de janeiro de 1989.</p> <p>O município foi elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Tucumã, pela Lei estadual nº 5455, de 10 maio de 1988, desmembrado de São Félix do Xingu (IBGE).</p>	
Motivação toponímica: de origem geográfica, em referência a uma palmeira existente na localidade	
Taxeonomia de natureza física: fitotopônimo – topônimo e índole vegetal.	

Quadro 37 – Classificação do Topônimo Tucuruí

Topônimo: Tucuruí	Município: Tucuruí
Localização: microrregião de Tucuruí	
Estrutura morfológica: topônimo simples (subst. Masc. [tupi] <i>Tucuruí</i>)	
Etimologia: <i>Tucuruí</i> vem do tupi, com diversas variações toponímicas. Para vários dicionaristas o termo é “tucura”... gafanhoto + “y”... rio, água: rio dos gafanhotos. Para Luís Carlos Tibiriçá o vocábulo é “tycuroy”, que significa <i>líquido frio, gelado</i> , sendo que esta definição é bem aceita, pois naquela região os rios e igarapés apresentam águas com temperatura mais baixa do que o considerado normal. O dicionarista Silveira Bueno apresenta o termo como “tucurai”derivado de “tucuruvi” de “tucura”... gafanhoto + “oby”...verde	
Outro topônimo: São Pedro de Alcobaça	

<p>Contexto histórico: A origem do município de <i>Tucuruí</i> está relacionada com a colonização de Alcobaça, fundada em 1781, a mando do Capitão-General José de Nápolis Tello de Menezes, com caráter fiscal e militar. A 31 de outubro de 1870, através da Lei nº 662, o governo do Pará criou a <i>Freguesia de São Pedro do Alto Tocantins</i>, situado no lugar denominado <i>Pederneiras</i>, em área jurisdicionada ao município de Baião, então principal núcleo populoso daquela região. Posteriormente o nome do Distrito passou a ser <i>São Pedro de Alcobaça</i>. Localizado exatamente no sítio onde hoje se encontra <i>Tucuruí</i>.</p> <p>O Decreto Lei Estadual nº 4.505, de 30 dezembro de 1943, alterou a denominação de São Pedro de Alcobaça para Tucuruí, por determinação do governador Magalhães Barata. O município de Tucuruí foi criado em 31 de dezembro de 1947, através da Lei nº 62, artigo nº36, com território desmembrado do município de Baião.</p> <p>O município foi consolidado após a inauguração do primeiro e único trecho da Estrada de Ferro Tocantins. Posteriormente a economia se fortaleceu pelo extrativismo vegetal, especialmente através da madeira e castanha-do-pará. A colonização de Tucuruí deveu-se, em parte, à grande procura de pessoas que demandavam da região do Tocantins, atraídos pelas riquezas naturais, bem como pela facilidade de acesso ao Estado de Goiás. A Hidrelétrica de Tucuruí foi inaugurada em 1984, levando energia elétrica para vários pontos do Estado e também para o nordeste brasileiro (FERREIRA, 2003).</p>
<p>Motivação toponímica: em referência aos rios da região</p>
<p>Taxeonomia de natureza física: hidrotopônimo – relativo à acidentes hidrográficos</p>

Quadro 38 – Classificação do Topônimo Ulianópolis

Topônimo: Ulianópolis	Município: Ulianópolis
Localização: Microrregião de Paragominas	
Estrutura morfológica: Topônimo híbrido composto por aglutinação (Subst. Fem. [italiano] <i>Uliana</i> + elemento de ligação <i>o</i> + sufixo [grego] <i>-ópolis</i>)	
Etimologia: Ulianópolis, termo híbrido formado pelo sobrenome “Uliana”, pelo elemento de ligação “o” e pelo sufixo “ópolis”. O termo <i>Uliana</i> é sobrenome de origem italiana, forma feminina de “Uliano”, que, por sua vez, é variação vêneta e friulana de “Juliano>Zulian”. Existem hipóteses que o étimo deriva do eslavo “úlitza”, que significa <i>estrada, via</i> , indicando os cavaleiros eslavos, a serviço da República de Veneza, que vigiavam e guarneciam as estradas. O termo <i>-ópolis</i> é sufixo grego e significa <i>cidade: Cidade dos Uliana</i> .	
Outro topônimo:	
Contexto histórico: De acordo com informações do site da prefeitura municipal, a colonização da área começou em 1958, quando os primeiros colonizadores montaram um pequeno acampamento sob um pé de Cumarú, próximo a um riacho. O encarregado do acampamento, o engenheiro Bernardo Sayão, ao ver o pequeno curso d’água pensou tratar-se do Gurupí, rio que estabelece a divisa dos Estados do Pará e Maranhão. Ao saber que era apenas um afluente do Gurupí, ele chamou o rio de Gurupizinho.	
O povoado, que também começou a ser chamado de <i>Gurupizinho</i> , passou a abrigar na década de 60 várias famílias, atraídas pelos projetos de colonização da Amazônia e pela facilidade em conseguir terras na região. Entre as primeiras famílias a chegar ao local estava a Família Uliana, nome que deu origem a denominação atual do município.	

O local, que recebia muitos migrantes de outros estados, principalmente do Espírito Santo, inicialmente ficou conhecido como *Gurupizinho dos Capixabas*. Elevado à categoria de município recebendo o nome de Ulianópolis através da Lei Estadual nº 5.697, de 13 de dezembro de 1991, desmembrado do município de Paragominas.

Motivação toponímica: sobrenome de uma família.

Taxonomia de natureza antropocultural: antropotopônimo – relativo a nomes próprios, apelidos ou prenomes.

Quadro 39 – Classificação do Topônimo Xinguara

Topônimo: Xinguara	Município: Xinguara
Localização: Microrregião de Redenção	
Estrutura morfológica: Topônimo híbrido constituído por aglutinação (Subst. Masc. [tupi] <i>Xingu</i> + termo [tupi] <i>ara</i> em alusão ao Rio Araguaia).	
Etimologia: <i>Xinguara</i> composto por uma terminologia híbrida, formada pela palavra “Xingu” e o sufixo “ara”. O termo “Xingu”, nomeia um Rio do Pará e Mato Grosso, designa nome de um povo indígena que habitava sua foz. Termo de origem controversa, para Silveira Bueno não é tupi, mas também não afirma sua origem; Orlando Bordoni dá como vocábulo de origem tupi “ <i>xin... bico, ponta + gu... baía, enseada</i> ”: <i>enseada em ponta, grande quantidade de água que escoia por uma ponta</i> . O mesmo Bordoni oferece a definição: <i>rio pouco escuro</i> . O termo <i>ara</i> é parte do topônimo <i>Araguaia</i> é de origem tupi, com diversas definições. Segundo Antenor Nascentes se refere ao termo “a’ra” como <i>tempo, período, época</i> e “ <i>gwaya</i> ”, <i>carangueijo: tempo de apanhar carangueijo</i> . Teodoro Sampaio defende que “a’ra” se refere a <i>arara, ave de cauda longa, pontuda e de bela plumagem</i> e “ <i>gwaya</i> ” significa <i>manso ou domesticado, arara mansa de cauda longa e bela plumagem</i> (FERREIRA, 2003, p.155).	
Outro topônimo: Entroncamento do Xingu	
Contexto histórico: A colonização do município de Xinguara ocorreu através da abertura da rodovia PA-279, na qual tinha como finalidade ligar o município de São Félix do Xingu à rodovia PA-150, que perpassa o Estado do Pará. O marco inicial da estrada foi fixado no entrocamento onde atualmente se encontra a sede municipal. Inúmeras pessoas se estabeleceram em torno daquele marco, dando origem a um povoado, que devido a sua posição geográfica, recebeu no ano de 1976 o nome de Entroncamento do Xingu. A prefeitura de Conceição do Araguaia, determinou a urbanização da localidade, criando uma sub-prefeitura para a coordenação dos serviços. Elevado à categoria de Município com a denominação de Xinguara pela Lei Estadual de número 5.028, de 13 de maio de 1982, desmembrado do Município de Conceição do Araguaia. O nome do Município é homenagem a dois importantes rios existentes no Estado do Pará – <i>Xingu</i> e <i>Araguaia</i> .	
Motivação toponímica: localização geográfica, referência aos Rios Xingu e Araguaia.	
Taxonomia de natureza física: hidrotopônimo - relativo à acidentes hidrográficos	